



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES E**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCHLA/CCAUE)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)**

**RANIERY FONTENELE FIRMINO**

**VERSÕES DO PATRIMÔNIO:**

**Usos e narrativas dos moradores do Poço da Draga**

**JOÃO PESSOA**

**2013**

RANIERY FONTENELE FIRMINO

**VERSÕES DO PATRIMÔNIO:**

**Usos e narrativas dos moradores do Poço da Draga**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lara Santos de Amorim

JOÃO PESSOA

2013

F525v Firmino, Raniery Fontenele.

Versões do patrimônio: usos e narrativas dos moradores do Poço da Draga / Raniery Fontenele Firmino.-- João Pessoa, 2013.

137f. : il.

Orientadora: Lara Santos de Amorim  
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CT

1. Administração da cultura. 2. Patrimônio cultural. 3. Usos do espaço. 4. Identidade. 5. Narrativas.

UFPB/BC

CDU: 351.85(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE)  
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



**RANIERY FONTENELE FIRMINO**

**VERSÕES DO PATRIMÔNIO: USOS E NARRATIVAS DOS MORADORES DO  
POÇO DA DRAGA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade  
Federal da Paraíba.

Resultado: APROVADO

Em: 19 de junho de 2013.

**Banca examinadora**

\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Lafa Santos de Amorim (orientadora)  
PPGA/UFPB

\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Lady Selma Ferreira Albernaz (examinadora)  
UFPE

\_\_\_\_\_  
Profª. Dra. Luciana de Oliveira Chianca (examinadora)  
PPGA/UFPB

Em memória de Hernandys Fontenele Firmino.

## AGRADECIMENTOS

À minha Mãe Maria Fontenele Firmino e às pessoas de minha família.

Aos professores Dr. Ubiracy de Sousa Braga (EUCE) e Dr. Geovane Jacó Freitas (EUCE) pelas correções do projeto de pesquisa.

À Dona Zaira, por ter sido uma grande amiga e ter me acolhido no seu pensionato em João Pessoa-PB.

Aos meus grandes amigos Núbia Torres e Aurilo Torres por terem me concedido um espaço em sua casa, apoiado e cuidado de mim, quando estive fazendo a pesquisa de campo em Fortaleza-CE.

Aos moradores e moradoras do Poço da Draga, em especial à Dona Francisca, ao Seu Valdemiro, à Dona Zenir, à Dona Geralda e a Seu Loro pela boa convivência e pelas entrevistas concedidas.

À professora Dra Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB) pelas suas sugestões impares para a qualificação esta dissertação.

Às professoras: Dra. Luciana de Oliveira Chianca (UFPB) e Profa. Dra. Lady Selma Ferreira Albernaz (UFPE) pelo grande enriquecimento intelectual, pelas dicas, indicações de possíveis investigações.

À minha orientadora e professora Lara Santos de Amorim pelo incentivo, correções da dissertação e pela paciência e empenho.

Aos meus amigos de mestrado e a todos os meus professores da UFPB com os quais aprendi a dialogar.

Enfim a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Como os pássaros que só põem seus ovos no ninho de outras espécies, a memória produz num lugar que não lhe é próprio (CERTEAU, 2011, p. 150).

## RESUMO

Esta pesquisa parte de uma reflexão acerca da proposta do Decreto nº 3.551 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial constituintes do patrimônio cultural brasileiro e que, de certa forma, tem alargado os significados da categoria de patrimônio. Assim, esta dissertação investigou o processo de construção da realidade social do que vem a ser constituído e definido como patrimônio cultural significativo, tendo como referência os processos em disputa de controle do espaço, em torno do Centro Histórico de Fortaleza. Tomou, especificamente, como terreno empírico para análise e compreensão antropológica o caso dos moradores do Poço da Draga que têm residido no bairro Centro por mais de 70 anos. A categoria de patrimônio aqui é pensada etnograficamente tendo como referência o ponto de vista desses moradores, seus usos e suas narrativas no espaço do bairro central.

**Palavras-chave:** Identidade. Narrativas. Patrimônio Cultural. Usos do espaço.

## ABSTRACT

This research starts with a reflection on the draft decree n° 3.551 establishing the record of cultural immaterial nature of the Brazilian cultural patrimony and that, somehow, it has been extending the meaning of the patrimony category. So, this dissertation investigated the construction process of the social reality of what comes to be constituted and defined as significant cultural patrimony, having as reference the processes for grabs control of the area around the historic center of Fortaleza-CE. It took specifically as empirical field for anthropological analysis and understanding the case of residents Poço da Draga who have resided in the neighborhood Centro for over 70 years. The category of patrimony here is thought ethnologically with reference to the views of residents, their uses and their narratives in the space the neighborhood Centro.

**Keywords:** Identity. Narratives. Cultural Patrimony. Uses of space.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios .....	42
Figura 2 - Imagem da Praça do Ferreira .....	46
Figura 3 - Cédula de votação da Campanha “Eleja Fortaleza” .....	48
Figura 4 - Placas com luminosos nas fachadas de lojas do entorno da Praça do Ferreira.....	58
Figura 5 - Imagem externa do Acquario do Ceará .....	65
Figura 6 - Imagem interna do Acquario do Ceará .....	65
Figura 7 - Matéria jornalística sobre o Poço da Draga .....	67
Figura 8 - Planta do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras .....	68
Figura 9 - Local que deveria ser aterrado para a Construção do Centro Multifuncional .....	71
Figura 10 - Coordenador Regional do IPHAN, Romeu Duarte.....	72
Figura 11- Matéria jornalística sobre a História do Poço da Draga .....	73
Figura 12- Imagem da comunidade do Poço da Draga.....	74
Figura 13- Mapa da demarcação do bairro Centro .....	81
Figura 14 - Mapa de localização do Poço da Draga .....	83
Figura 15 - Imagem aérea do Poço da Draga .....	84
Figura 16 - Construção do Acquario do Ceará .....	89
Figura 17 - Operários trabalhando na construção do Acquario Ceará.....	90
Figura 18 - Criança tomando banho de mar, moradora do Poço da Draga .....	91
Figura 19 - Antigo Pavilhão Atlântico.....	92
Figura 20 - Calçada dos armazém da INACE .....	93
Figura 21 - Bases de sustentação do Acquario do Ceará.....	95
Figura 22 - Panfleto divulgado no dia da votação .....	98
Figura 23- Comissão eleitoral para a eleição dos representantes da Zeis.....	98
Figura 24 - Dona Ivone votando nos representantes da Zeis .....	100
Figura 25 - Comprovante de votação.....	101
Figura 26 - Frente da casa de Seu Loro .....	104
Figura 27 - Corredor de acesso ao fundo da casa de Seu Loro.....	105
Figura 28 - Croqui do Beco dos Alemãos .....	106
Figura 29 - Entrada para as residências pela Rua Almirante Tamandaré.....	109
Figura 30 - Futebol dos meninos do Poço da Draga.....	110
Figura 31- Pessoas fazendo caminhada .....	111
Figura 32- Skatista do Poço da Draga .....	112

Figura 33 - Ciclistas do Poço da Draga .....	113
Figura 34 - Turistas na Ponte dos Ingleses .....	113
Figura 35 - Barraquinhas com guarda-sóis .....	114
Figura 36 - Surfistas do Poço da Draga pegando onda.....	115
Figura 37 - Jovens surfistas do Poço da Draga.....	115
Figura 38 - Carregadores da Feira na Rua José Avelino .....	117
Figura 39 - Sacoleira encaixotando manequins para viagem .....	117

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 ASPECTO IMATERIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	15
1.1 A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA JURÍDICA .....	16
1.2 CONCEPÇÃO OFICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICA PÚBLICA E PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL.....	18
1.3 POR UM PATRIMÔNIO POPULAR COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E ENQUANTO PROCESSO: PRODUÇÕES CULTURAIS DOS SETORES SUBALTERNOS.....	31
1.4 FRONTEIRAS DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL: UMA PROBLEMÁTICA DE ORDEM TEÓRICA E PRÁTICA .....	34
<b>2 MODERNIDADE: CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA E PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	39
2.1 O CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	41
2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: TOMBAMENTO DOS ANTIGOS PRÉDIOS E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA.....	51
2.2.1 Ações e Agentes: a Ação Novo Centro e Panefor; Funcet e Secult .....	52
2.2.2 A Revitalização: Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e Acquario do Ceará	60
2.3 DIFERENTES VERSÕES DO PATRIMÔNIO: O CASO DOS MORADORES DO POÇO DA DRAGA .....	67
<b>3 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS PRÁTICAS CULTURAIS DOS MORADORES DO POÇO DA DRAGA NO CENTRO DE FORTALEZA</b> .....	79
3.1 O BAIRRO CENTRO E A RELATIVA (IN)VISIBILIDADE DO POÇO DA DRAGA .	80
3.1.1 Localização geográfica do Poço da Draga .....	80
3.1.2 Etnografia entre os moradores do Poço da Draga .....	87
3.1.3 A invisibilidade dos moradores do Poço da Draga: perspectivas sociopolítica e econômica .....	94
3.2 O SENTIDO SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO POÇO DA DRAGA: ESPAÇO VERSUS ALTERIDADE .....	101
3.3 USOS DO PATRIMÔNIO: O ESPAÇO NO BAIRRO CENTRO.....	107

3.4 NARRATIVAS DE LUGARES E ESPAÇOS NO POÇO DA DRAGA .....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	126
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	131

## INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa constitui-se em um desdobramento da investigação desenvolvida pelo autor durante a graduação e intitulada inicialmente como *A Praça do Ferreira como Patrimônio Cultural, Fortaleza-CE. Uma Indicação de Análise*, financiada parcialmente pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, no período de 2002 e 2003.

No decorrer da pesquisa, o título foi alterado para *A Praça do Ferreira, Além do Esconderijo: Patrimônio de Pedra e (E)ventos. Uma Análise Social das Práticas do Cotidiano*. O estudo teve como resultado uma monografia defendida e aprovada no Centro de Humanidade (CH) da Universidade Estadual do Ceará (EUCE), em 2004.

A partir dos estudos acima, foi pretendido o aprofundamento no tema. Por essa razão, a presente proposta da pesquisa emergir da necessidade de investigar, mais a contento, o processo de construção da realidade social do que vem a ser constituído e definido como patrimônio cultural significativo, tendo como referência os processos em disputa de controle do espaço em torno do Centro Histórico de Fortaleza, especificamente tomando como terreno empírico para análise e compreensão antropológica o caso dos moradores do Poço da Draga.

No início da pesquisa foram encontradas ações empreendidas por instituições públicas no âmbito federal, estadual, municipal e por organizações da sociedade civil. É o caso, por exemplo, do relatório de atividades do *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – IPHAN, de 1998, que contém a seguinte afirmativa: “o IPHAN participou do Grupo de Trabalho Cultura e Identidade, responsável pela montagem do Plano Estratégico de Fortaleza/CE, patrocinado pela Câmara de Dirigentes Lojistas, com o apoio da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado”.

No dia 22 de junho de 2001, o jornal *Diário do Nordeste* divulgou a campanha “Eleja Fortaleza”, lançada pelo Sistema Verdes Mares – SVM, na tentativa de, com isso, escolher, por meio de votação “popular”, um ícone que melhor representasse Fortaleza, elegendando a Praça do Ferreira - uma das praças do centro da cidade.

Com o Decreto nº 3.551, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 04 de agosto de 2000, instituiu-se o registro de bens culturais de natureza imaterial constituintes do patrimônio cultural brasileiro e cresce o debate sobre as mudanças de políticas públicas relacionadas à área da cultura, campo de atuação dos antropólogos. Nesse sentido, a antropologia tem contribuído com a discussão sobre o patrimônio cultural porque este conhecimento científico sempre tratou as questões socioculturais que envolvem a

alteridade de forma simbólica, sem ter de distinguir entre bens materiais e imateriais. Além disso, o decreto amplia a concepção de patrimônio, tornando-o mais flexível quanto ao uso dessa categoria, ao mesmo tempo em que tem conduzido os antropólogos a realizarem novas pesquisas.

As pesquisas realizadas revelaram também que a investigação da revisão literária e a análise de jornais apontavam para o estudo dos moradores antigos do Centro Histórico de Fortaleza. Dentre eles, os moradores do Poço da Draga, que têm resistido às transformações urbanas pelas quais vem passando o centro da cidade, exatamente na delimitação do seu Centro Histórico, circunscrito por três *bulevares*, representado pelas avenidas Dom Manuel e Imperador (a Oeste e Leste) respectivamente, Avenida Duque de Caxias ao Sul e, ao Norte, pelo Oceano Atlântico.

Esses moradores começaram a ter visibilidade no espaço público do bairro quando a imprensa jornalística e a televisiva local passaram a veicular histórias de remoção e desapropriação do terreno onde está localizada a comunidade, principalmente nos primeiros meses de 2001. Naquele ano, esses meios de comunicações divulgavam notícias sobre o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (CMFE), um megaempreendimento do Governo do Estado do Ceará a ser construído na porção inicial da Praia de Iracema.

A escolha do local e o caso em questão chamou a atenção do pesquisador para a problemática do patrimônio, pois o Poço da Draga está localizado no ponto originário que funda a cidade de Fortaleza. Trata-se de um critério que favoreceria a construção desse centro, cujo papel, além de sua multifuncionalidade, seria permitir a proteção e o realce das arquiteturas de valor histórico da área, do patrimônio material, e incentivar o desenvolvimento do turismo na cidade.

Estranhamente, essa perspectiva mostra que os agentes dessa intervenção urbana valorizam mais os prédios antigos do que as lembranças de pessoas idosas, como os moradores antigos do Poço da Draga que detêm a memória desse patrimônio. A lógica dessa conservação parece substituir os moradores do Poço da Draga, os quais fazem uso desse espaço e são conhecedores de estórias ocorridas ali, por turistas e visitantes que serão observadores do patrimônio edificado.

Portanto, no primeiro capítulo serão descritas as políticas públicas e as práticas de preservação do Brasil a partir da constituição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desde sua criação, tomando dois períodos importantes para a historiografia oficial da instituição. O primeiro deles, conhecido como período heroico, que começa em 1936 e vai até a morte de Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1969. E o segundo

período, quando Aloísio Magalhães assume a gestão do órgão, dando início a uma nova política na área do patrimônio cultural brasileiro na década de 1980, ou seja, de sua formação até o dia da assinatura do Decreto nº. 3.551. A ideia, nesse tópico, é compreender historicamente o desenvolvimento das questões que envolvem o patrimônio tanto material como imaterial, numa perspectiva política do Estado, e refletir sobre o que isso tem implicado teoricamente nos conceitos elaborados com o intuito de resolver a dicotomia.

No segundo capítulo toma-se como terreno empírico para o estudo da categoria do patrimônio o Centro Histórico de Fortaleza. A partir de um levantamento histórico da formação desse Centro, destacam-se seus limites geográficos e procura-se estabelecer, aos poucos, a relação destes limites com os moradores do Poço da Draga. Numa perspectiva macro, identificam-se os agentes e suas ações para a revitalização desse centro, como: A Ação Novo Centro e Panefor, FUNCET e SECULT, e, numa abordagem micro, o caso dos moradores do Poço da Draga. Ambos os enfoques estão imbricados e fazem parte das transformações pelas quais vem passando o bairro central de Fortaleza.

Para a construção desse capítulo foram utilizadas fontes de pesquisa como os jornais locais de Fortaleza, *Diário do Nordeste e o Povo*, que foram sendo adquiridos de forma artesanal e intelectualmente à maneira de Wright Mills (1980), ou seja, colecionados em arquivos pessoais. O período do recorte histórico da pesquisa foi de 2001 a 2002.

No capítulo 3 é descrita a localização geográfica do Poço da Draga, que sempre esteve ligada do bairro central de Fortaleza. Nessa relação do Poço da Draga com o Centro de Fortaleza, O Poço da Draga ficou encravado e escondido até o momento em que o poder público e a iniciativa privada passaram a ter interesse na área para investir no ramo turístico e/ou no setor imobiliário. Assim, com a construção do Dragão do Mar, o Poço da Draga passa a adquirir mais visibilidade na cidade, e porque não dizer visitabilidade, pois mais visitantes e turistas têm frequentado o bairro.

Permanecer escondido entre os muros dos prédios históricos da Caixa Econômica Federal e dos antigos armazéns da Industrial Naval tem garantido ao Poço da Draga a sua resistência, como também é o caso de terem ficado longe do processo de urbanização da cidade. Desse modo, os moradores antigos do Poço da Draga constituíram uma comunidade de pescadores que passou por um processo de favelização, entendida como a deterioração dessa área, em decorrência do crescimento da população, da falta de serviços públicos e da ausência de saneamento básico. Nesse sentido, os moradores do Poço da Draga têm acionado sua antiga identidade de comunidade por meio da memória, como uma forma de reivindicar direitos sociais.

## 1 ASPECTO IMATERIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Atualmente temos visto crescer novos debates, tanto nacionais quanto internacionais, que vêm colocando o tema do patrimônio cultural na ordem do dia das políticas públicas no Brasil e no exterior. Particularmente, os antropólogos estão sendo convocados a se manifestar diante de mudanças significativas nas formulações de políticas culturais, especificamente aquelas relacionadas ao fomento do chamado patrimônio intangível ou imaterial (LIMA FILHO; ABREU, 2007).

Em relação a esse assunto, é bom lembrar que a Antropologia, que parecia tratar de questões sociais antes negligenciadas, como os saberes e tradições de povos etnicamente diferentes e minorias sociais de nuances variadas, agora se impõe às discussões. Isso porque as novas dimensões fazem parte de uma cultivada tradição científica que jamais precisou referir “imaterialidades”, como querem alguns, para os estudos referentes à cultura, uma vez que sempre tratou do assunto sem esquecer os aspectos simbólicos presentes em quaisquer práticas socioculturais (BELTRÃO; CAROSO, 2007).

A respeito disso, em seu livro “A retórica da perda” (2002), Gonçalves afirma que a noção de apropriação tem desempenhado uma função central nos discursos do patrimônio cultural. A própria palavra “patrimônio” qualifica essa função como uma forma de propriedade herdada, em oposição a uma adquirida. Apropriarmo-nos de alguma coisa implica uma atitude de poder, de controle sobre aquilo que é objeto dessa apropriação, provocando também um processo de identificação por meio do qual um conjunto de diferenças é transformado em identidade. No contexto dos discursos sobre o patrimônio cultural, para o autor, a apropriação é entendida como uma resposta necessária à fragmentação e à transitoriedade dos objetos e valores. Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, ou melhor, no plano das narrativas nacionais, uma nação torna-se o que é na medida em que se apropria do seu patrimônio.

É importante acrescentar ainda que, para Gonçalves, as narrativas sobre patrimônios culturais estão baseadas em narrativas históricas ou antropológicas sobre a memória e a identidade nacionais. Para ele, trata-se de narrativas realistas cujos referentes são os eventos e personalidades históricas que formaram a nação, ou as ideias e valores que formam a identidade nacional.

De um modo específico, as histórias narradas por intelectuais nacionalistas sobre o patrimônio cultural brasileiro são, basicamente, histórias de apropriação, contadas para responder a uma situação de perda e com o propósito de construir a nação. O patrimônio, para

Gonçalves (2002), é narrado como em um processo de desaparecimento ou destruição, sob a ameaça de uma perda definitiva. Essa narrativa pressupõe uma situação primordial feita de pureza, integridade e continuidade, situação esta, para ele, seguida historicamente por impureza, desintegração e descontinuidade. A história, de certo modo, é vista como um processo de destruição. A fim de que seja possível fazer frente a isso, estabelecem-se estratégias de apropriação e preservação do patrimônio.

Gonçalves, então, conclui que a nação, ou seu patrimônio cultural, é construída por oposição ao seu próprio processo de destruição. De modo similar ao que faziam determinados tipos de antropólogos engajados no resgate de culturas primitivas em vias de desaparecimento, intelectuais nacionalistas têm como propósito fundamental a apropriação, preservação e exibição do que consideram como o que pode ser salvo do processo de destruição e perda do patrimônio cultural da nação. Logo, para Gonçalves, é possível dizer, de certo modo, que aquilo que antropólogos e historiadores fazem, ao escrever livros sobre culturas distantes no espaço e no tempo, intelectuais nacionalistas associados às políticas de patrimônio cultural também fazem enquanto colecionam, restauram, preservam e exibem objetos e atividades culturais objetificadas, associadas a uma suposta existência original ou primordial da nação.

### 1.1 A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO COMO CATEGORIA JURÍDICA

Em termos jurídicos, a noção de patrimônio é referida no art. 10 das disposições preliminares da Constituição brasileira de 1934. O artigo diz que compete concorrentemente à União e aos Estados: “III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”.

Mas é somente com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que a proteção dos bens culturais no Brasil é regulamentada. O texto do decreto, além de explicar os valores que justificam a proteção, pelo Estado, de bens móveis e imóveis, tem como objetivo resolver a questão da propriedade desses bens. Desde então, para Fonseca (2005), todas as constituições brasileiras têm ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres a serem observados tanto pelo Estado quanto pelos cidadãos.

Com o decreto, cria-se o instituto do tombamento que tem visado à proteção de bens culturais pelo Estado no Brasil, na tentativa de incidir sobre o sistema de valores dos bens por ele atingidos e sobre o estatuto da propriedade desses bens de forma peculiar. Ou melhor, ainda para Fonseca, nesse caso específico do bem tombado, a tutela do Estado recai sobre

aqueles aspectos do bem, considerados de interesse público por seus valores culturais, referenciais da nacionalidade.

Aqui cabe a seguinte ressalva: embora a proteção incida sobre as coisas, pois são elas que constituem o objeto da proteção jurídica, para Fonseca (2005), o objetivo da proteção legal é assegurar a permanência dos valores culturais nela identificados. Ou melhor, para ela, no caso do patrimônio, esses valores estão inscritos na própria coisa, em função de seu agenciamento físico-material, e só podem ser captados através de seus atributos. Mas com o tombamento, o bem não perde o valor econômico que lhe é próprio, enquanto coisa, passível da apropriação individual. Por esse motivo, Fonseca adverte que é preciso regular mais rigidamente ainda, nesse caso, o exercício do direito à propriedade.

Assim, sobre o mesmo bem, enquanto bem tombado, para Fonseca (2005) incidem duas modalidades de propriedades: a propriedade da coisa, alienável, determinada por seu valor econômico; e a propriedade dos valores culturais nela identificados que, por meio do tombamento, passa a ser alheia ao proprietário da coisa - é a propriedade da nação, ou seja, da sociedade sob a tutela do Estado.

Ainda para Fonseca, esse duplo exercício de propriedade sobre um mesmo bem gera, obviamente, uma série de problemas, pois o exercício de um tipo de propriedade limita necessariamente o exercício do outro. Para a autora, é evidente que os conflitos de interesses, sobretudo entre o interesse público e o privado, ficam nesse caso, mais acirrados, porque o valor cultural de um bem não é regulado por um mercado específico, mas se define no nível da “economia das trocas simbólicas”.

Resumidamente, de acordo com Fonseca (2005), o âmbito de uma política de preservação do patrimônio vai muito além da mera proteção de bens móveis e imóveis em sua feição material, pois, para ela, se as coisas funcionam a partir da mediação imprescindível dessa atividade, não constitui, em princípio, a sua justificativa, que é o interesse público, nem seu objeto último, que se pretende preservar. Conforme está explícito nessa abordagem jurídica da questão, os significados são apreendidos nas coisas e somente nelas, e não se pode deixar de levar em consideração o fato óbvio de que os significados nela não estão contidos, nem lhe são inerentes, ou melhor:

São valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de reprodução, de apropriação e reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social (FONSECA, 2005, p. 41).

## 1.2 CONCEPÇÃO OFICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: POLÍTICA PÚBLICA E PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL

Nesta perspectiva, cabe evocar algumas informações que dizem respeito à política do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), antigamente denominado de SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que, desde sua formação até final dos anos 1990 privilegiou os tombamentos das edificações, ou seja, de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, levando em conta a proteção a bens móveis e imóveis considerados relevantes para a identidade da nação brasileira, devido a suas expressivas características arquitetônicas, artísticas e históricas (LIMA FILHO; ABREU, 2007).

De acordo com a historiografia oficial dessa instituição, o SPHAN teve três períodos: o período heroico, que corresponde a sua criação, em 1936, até a morte de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1969. Um segundo período, identificado por essa historiografia de 1969 a 1979, tempo em que a direção esteve a cargo de Renato Soeiro, colaborador sucessor a Rodrigo, mas que não foi marcado por mudanças significativas em termos de política oficial de patrimônio. E o terceiro período, em 1979, quando Aluizio Magalhães assumiu a direção do SPHAN e deu início a uma nova política para o patrimônio cultural brasileiro (GONÇALVES, 2002, p. 49-50).

Para Fonseca (2005) a criação do SPHAN, em 1936, deve ser analisada a partir de dois fatos significativos para a vida cultural e política brasileira na primeira metade do século XX: o movimento modernista e a instalação do Estado Novo, em 1937, fruto da Revolução de 1930. A análise do modo como os agentes do SPHAN, recrutados entre os adeptos do Modernismo, conduziram esse duplo compromisso de aparente contradição e conciliação, ou seja, com um movimento cultural renovador e com um governo autoritário, é fundamental para se compreender a feição específica que o SPHAN assumiu enquanto órgão do Estado na área cultural.

A autora explica que, desde a segunda década de século XX, os intelectuais - que depois vieram a se integrar ao Modernismo - publicavam artigos alertando para a ameaça de perda irreparável dos monumentos de arte colonial. Em 1920, na “Revista do Brasil”, Mário de Andrade, que estivera em Minas Gerais em 1919, publicou textos sobre o assunto. Posteriormente, “A Revista”, periódico mineiro dirigido por Carlos Drummond de Andrade e Marfins de Almeida, também abriu espaço para a questão, além de outros profissionais, como arquitetos e engenheiros, que se interessavam pelo destino e proteção da arte colonial brasileira como manifestação de uma autêntica tradição nacional.

Diante do problema, Fonseca (2005) acredita que as primeiras respostas do poder público a essas demandas do meio intelectual partiram dos governos de Estados com significativos acervos de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).

No nível Federal, foi no âmbito dos museus nacionais que surgiram as primeiras iniciativas nesse sentido. Fonseca lembra que, no início dos anos 1920, o professor Alberto Childe, conservador de Antiguidade Clássicas do Museu Nacional, foi encarregado pelo então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e diretor do Museu Nacional, professor Bruno Lobo, de elaborar um anteprojeto de lei para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, que foi considerado inviável porque atrelava a proteção à desapropriação.

A entrada mesmo do Estado na questão foi efetivada em 1936, quando o ministro Gustavo Capanema, estando à frente do Ministério da Educação e Saúde, se mobilizou para as iniciativas já em curso desde os anos 1920, visando à proteção dos monumentos e obras de arte nacionais. Sua ideia inicial, ainda de acordo com Fonseca (2005), era fazer o levantamento das obras de pinturas, antigas e modernas, de valor excepcional, existente em poder de particulares na cidade do Rio de Janeiro. Percebendo que o assunto requeria uma atuação abrangente, que compreendesse também as edificações e outras obras de artes, e alcançasse todo o território nacional, o ministro resolveu recorrer a Mário de Andrade, para que “o intelectual de trezentas facetas” (expressão empregada pela antropóloga para definir o modernista), apoiado em sua experiência no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, elaborasse um projeto sobre a temática.

Não é novidade que Mário de Andrade é um dos principais representantes do Modernismo brasileiro e autor de *Macunaíma* (1928), o herói sem nenhum caráter, uma das fábulas mais espantosas sobre a identidade brasileira. Além disso, ele e Oswald de Andrade podem ser considerados os artífices da Modernidade brasileira, por despertarem um senso crítico e sugerirem múltiplas estratégias de reciclagem, paródia e outros procedimentos de reelaboração das matérias-primas de nossa cultura, por meio do conceito da antropofagia (VELOSO; MADEIRA, 1999).

A rigor, é importante a observação de Fonseca (2005) quando lembra que Mário de Andrade não se enquadrava em nenhum dos grupos da época, embora tenha se declarado, em algum momento, “antropofagista”. Inicialmente ligado ao grupo paulista, Mário de Andrade serviu de elo entre vários intelectuais modernistas de todo o país através de seus contatos pessoais, viagens e correspondências. De formação católica, professor do Conservatório de Música de São Paulo, poeta, romancista, contista, cronista, etnógrafo, Mário de Andrade

assumiu, em meados da década de 1930, no governo de Armando Sales de Oliveira, do Partido Democrático, a direção do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

Veloso e Madeira (1999) apontam também que o artista ocupou singular posição nas décadas de 1920, 1930 e 1940, sendo um dos articuladores mais veementes e convictos das novas narrativas gestadas, nesse período, sobre a cultura brasileira. Cultura essa, cuja concepção para Mário traz em seu bojo um dos aspectos de maior riqueza em sua obra, que é a permanente busca da resolução da tensão presente nas várias dicotomias típicas da modernidade, como as cientistas sociais nos fazem notar: popular versus erudito, particular versus universal, arte pura versus arte interessada, originalidade versus reprodução.

Como resultados das viagens empreendidas por Mário foram produzidos vários textos sobre o Aleijadinho e a pintura tradicional em 1920 e 1924, assim como o livro “Turista Aprendiz”, relato etnográfico de uma viagem ao Nordeste e Norte, em 1928, e um conjunto de relatórios e monografias, elaborado a partir de suas pesquisas sobre arte colonial brasileira, enviadas ao SPHAN.

Por intermédio dessa produção tem sido possível avaliar a riqueza da formação intelectual de Mário de Andrade, que tematizou em profundidade os conceitos de cultura, símbolo, arte, estética, ética, folclore, e, que, a partir desse trabalho elaborou uma definição da cultura brasileira, entendendo-a como um processo de criação permanente, cuja dinâmica seria capaz de produzir um sentido de universalização, de comunhão com a totalidade da civilização, entendida por ele como o conjunto dos processos de comunicação do homem ocidental (VELOSO; MADEIRA, 1999).

Veloso e Madeira afirmam também que, mesmo hoje, o trabalho que Mário de Andrade realizou bem poderia ser incorporado ao que vem sendo chamado de nova etnografia, que supõe um encontro intersubjetivo entre pesquisador e pesquisado, ensejando uma atitude de envolvimento e participação no contexto social. Para elas, Mário de Andrade é um etnógrafo aprendiz que, no entanto, dá lições de mestre.

Outro ponto importante que as autoras do livro “Leituras Brasileiras” chegam a indicar sobre Mário de Andrade tem sido o fato de que ele propôs uma valorização do passado, mas não uma volta sem critérios ou críticas, já que, segundo Mário, o passado é fonte de conhecimento apenas na medida em que produz inspiração para o desvendamento de tradições, cujo conhecimento abre possibilidades de futuro.

A história, para Mário de Andrade, é construída no engajamento com a contemporaneidade, sendo um compromisso com o tempo atual. De outro modo, é preciso

romper com a visão estática do passado e inventar o presente, desvendá-lo, para que se possa chegar a novos patamares de civilização.

Esse novo conceito de história, introduzido com o Modernismo, conduz Mário de Andrade a um rompimento com a postura tradicional, que supunha uma continuidade entre passado, presente e futuro, e se detinha nos grandes fatos sociopolíticos. Ao contrário disso, Mário realça a necessidade de invenção do dado contemporâneo, propondo, em suas narrativas e imagens, sínteses originais para a cultura brasileira: a valorização da ludicidade, da criatividade e da preguiça.

Escolhido, então, por sua erudição e também devido à amizade que cultivava com Carlos Drummond de Andrade, chefe do gabinete do Ministério da Educação e Saúde, e com o próprio Gustavo Capanema (GUEDES, 2000), Mário de Andrade elaborou, a pedido deste, um anteprojeto da criação do Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional. Esse documento foi usado em discussões preliminares sobre a estrutura e os objetivos dessa instituição (ANDRADE, 1981 apud GONÇALVES, 2002, p. 41-42).

Para Fonseca (2005), no anteprojeto de Mário de Andrade a concepção de patrimônio é sem dúvida extremamente avançada para seu tempo. Ao reunir em um mesmo conceito de arte, manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, que seria aquela que merece proteção.

Essa noção de arte concebida por Mário serve como unificadora da ideia de patrimônio. Ou melhor, ao apresentar, com detalhes e exemplos o que ele entende por arte em geral e nos oito categorias que discrimina, Mário de Andrade se detém ao aspecto conceitual da questão do patrimônio e dos valores que lhe são atribuídos.

Para se ter uma ideia da sofisticação, no anteprojeto de sua definição de arte, que se aproxima da concepção antropológica de cultura, Mário de Andrade a concebe como uma palavra geral que significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza das ciências, das coisas e dos fatos. E especifica seu conceito de arte em oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas estrangeiras, e, como elas se agrupariam nos quatro livros de tombo e nos museus correspondentes, Mário de Andrade indica uma visão abrangente e avança para sua época em relação às noções de arte e de história vigentes, inclusive nos serviços de proteção já existentes na Europa (FONSECA, 2005).

A autora também observa que havia uma preocupação no pensamento de Mário de Andrade em valorizar o popular. Sem dúvida, para ela, o popular é um traço marcante na obra de Mário de Andrade, tanto cultural quanto institucional, ao ponto de o popular ser objeto de

suas reflexões e o povo, seu alvo. Na análise do texto do anteprojeto, Fonseca nota um cuidado por parte de Mário de não privilegiar, do ponto de vista da atribuição de valor, as formas de expressão cultas.

Em princípio, todas as obras de arte, para Mário de Andrade, tanto as eruditas, incluindo as Belas Artes, quanto as populares - arqueológicas, ameríndias e aplicadas - poderiam ser inscritas nos livros do tombo. Mas, enquanto as obras de arte eruditas são referidas a partir dos instrumentos que as consagram como “mérito nacional” - por exemplo, prêmios em concursos, menções em livros de história da arte, inclusão em acervo museológico e avaliação pelo Conselho Consultivo do SPHAN -, as obras de arte arqueológica, ameríndia e popular são fartamente exemplificadas no texto, provavelmente porque, para Fonseca, não ocorreria considerá-las na época com a mesma naturalidade como bens patrimoniais. Nesse caso, são disciplinas como a arqueologia e a etnografia que vão legitimar sua inclusão nos livros do tombo.

De maneira geral, para Fonseca, o texto do anteprojeto de Mário de Andrade é amplo e aborda com detalhes a questão conceitual (tanto as obras, quanto aos critérios para avaliá-las). Assim, poderiam ser consideradas patrimônios, detendo-se também na estrutura e no fundo do órgão, tendo sempre em mente os meios de divulgar e coletivizar o patrimônio.

Então, o SPHAN começou a funcionar experimentalmente em 1936, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o SPHAN passou a integrar oficialmente a estrutura do MES e foi criado o Conselho Consultivo (FONSECA, 2005). A instituição se estruturou em duas divisões técnicas: a Divisão de Estudos e Tombamento (DET), a que estavam vinculados a Seção de Arte, a Seção de história e também o Arquivo Central; e a Divisão de Conservação e Restauração (DCR). O SPHAN estava representado regionalmente em distritos e tinha sob sua responsabilidade os museus regionais, que foram sendo criados a partir de 1918 (FONSECA, 2005).

A versão apresentada por Mário de Andrade para a criação desse órgão não foi aceita na íntegra. Ela foi formulada de forma definitiva no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, de autoria do próprio Rodrigo M. F. de Andrade. O decreto-lei estava voltado, basicamente, para garantir ao SPHAN que surgiam os meios legais para a sua atuação em um campo extremamente complexo - a questão da propriedade. Conforme Fonseca, esse era o principal entrave à instituição da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Ou seja, a preocupação, nesse sentido, não era com o aspecto conceitual ou com o organizacional, que já teriam sido equacionados no anteprojeto de Mário, mas com recursos operacionais que fossem não só legais como também reconhecidos como legítimos. Para Fonseca (2005, p.

105), a conceituação de patrimônio, propositalmente deixada em aberto, tinha um limite em relação ao anteprojeto: “Para viabilizar a proteção legal era necessário referir-se a coisas (bens móveis), o que marcava a inadequação do instrumento proposto - o tombamento - para proteger manifestações folclóricas, como lendas, superstições, danças dramáticas”.

Assim, para Fonseca, o tombamento surgia como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais. Essa solução se tornou possível na medida em que a Constituição de 1934 estabeleceu limites ao direito de propriedade, definindo-lhe o conceito de função social. Por outro lado, para ela, em termos econômicos, ao garantir ao proprietário não só o uso como a posse do bem material, o instituto do tombamento dispensava, para finalidade de preservação, a onerosa e praticamente inviável figura da desapropriação (FONSECA, 2005 apud CASTRO, 1991; ANDRADE, 1987).

Entre o projeto e o decreto-lei é preciso dizer que muitas das inovações daquele se perderam. Por exemplo, para Barbalho (1998), o primeiro: previa a preservação de todas as obras artísticas, popular e ameríndia, além de especificar detalhadamente e de forma bem ampla o que seriam essas categorias. O decreto preserva as obras, só que sem as definir. Mário de Andrade propôs, também, a preservação da produção cultural material e espiritual, enquanto o projeto só contemplava os bens materiais. Um dos únicos pontos do projeto Mário de Andrade que se mantém, representando um avanço à situação anterior, é o de colocar o interesse público cultural acima do direito à propriedade privada, permitindo que imóveis particulares sejam tombados.

Estes objetos tidos como bens culturais eram tombados mediante critérios que se fundamentavam no ideário do Movimento Modernista de 1922. Assim, eles deveriam adequar e compatibilizar o antigo e o novo, o tradicional e o moderno, o erudito e o popular. Isto ocorreu devido ao fato desse decreto ter incorporado muitos dos traços do projeto de Mário de Andrade. Por exemplo, os bens culturais materiais têm sido classificados nos seguintes livros de tomo: “1. Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico; 2. Livro de Tombo Histórico; 3. Livro de Tombo das Belas Artes e 4. Livro de Tombo das Artes Aplicadas” (GUEDES, 2000, p. 54).

Essas obras arquitetônicas (ou de pedra e cal), protegidas pelo SPHAN, eram eternizadas porque faziam parte de sua concepção de patrimônio histórico brasileiro. Conforme a análise dos prédios tombados, a preservação se reduzia aos monumentos que valorizavam uma cosmovisão de uma elite, culturalmente hegemônica, branca e católica. Essa concepção de patrimônio sedimentou um “nacionalismo autoritário”, em conformidade com a

referência de Alexandre Barbalho (1998), tomada de empréstimo Déa Ribeiro Fenelon. Ele achava que o objetivo do projeto proposto pelo SPHAN era: “recuperar o passado e alcançar uma definição da identidade nacional apropriada às elites, mesmo que possuindo orientações modernistas” (BARBALHO, 1998, p. 33).

Na realidade, sobre a oposição entre o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-Lei nº 25, de 30.11.37, para Fonseca (2005), há na verdade um falso problema, se considerarmos o ponto de vista dos objetivos mais imediatos do SPHAN, quando de sua criação, e do quadro político e ideológico naquele momento. Ela considera que na análise desse momento da história do SPHAN, as diferenças mais significativas entre ambos não residem propriamente no conceito de patrimônio, e sim no modo como viam a ação cultural enquanto ação política.

Nesse caso, uma observação de suma importância notada por Fonseca (2005) é que, ao analisar o programa de trabalho e as realizações do SPHAN nos seus primeiros anos, não se pode dizer também que o espírito do antiprojeto de Mário tenha sido totalmente esquecido. Para ela, é significativo que a primeira das publicações do SPHAN seja um ensaio de Gilberto Freire sobre mocambos do Nordeste. Lúcio Costa também se interessou tanto por questões técnica ou histórica, quanto por plástico, que apresenta o estudo dos tipos de habitações popular (ANDRADE, 1987 apud FONSECA, 2005).

Também podemos destacar nesse período o discurso e a política de Rodrigo Melo de Andrade para o “patrimônio histórico e artístico” que, para ele, estão fundados em um determinado paradigma de história como disciplina acadêmica. Nesse sentido, é importante ressaltar que, embora Rodrigo não fosse um historiador profissional, ele fez uso de um discurso histórico para justificar suas teses e propostas em relação à cultura brasileira (GONÇALVES, 2002).

De acordo com Gonçalves (2002), nos termos desse paradigma histórico, Rodrigo de Andrade narra o “patrimônio histórico e artístico” a partir de suas origens. Ou melhor, ele situa essas origens em um passado distante, ultrapassando o evento histórico da “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500 - que podem ser as origens da civilização, especificamente ocidental, ou as origens da humanidade. Ao mesmo tempo, lembra Gonçalves que Rodrigo de Andrade situa as origens da cultura brasileira na “tradição” singular produzida pelas contribuições das populações indígenas, africanas e europeias no Brasil. Seu propósito, com isso, é afirmar e defender a existência de uma genuína cultura nacional brasileira.

Em outras palavras, ainda para Gonçalves, as populações ameríndias e de origem africanas do Brasil são interpretadas por Rodrigo como situadas em estágios ultrapassados de evolução cultural e, desse modo, têm sua vida social e cultural presente ignoradas.

Assim, a singularidade do patrimônio cultural brasileiro é concebida como produto unificado da combinação dessas três diferentes heranças: a africana, a ameríndia e a europeia. Segundo Rodrigo, uma “tradição” brasileira veio a ser criada e estabelecida com base nesse processo de combinação cultural.

No discurso de Rodrigo de Andrade, uma vez que o patrimônio cultural brasileiro é narrado como uma “causa” e ele como o herói exemplar que dedicou integralmente sua vida a essa causa, as primeiras décadas de existência do SPHAN são classificadas pela historiografia oficial como um “período heroico”. Já em seus últimos anos, diz Rodrigo, tudo está ainda para ser feito e ele assume, em grande parte, a responsabilidade por isso. Tal atitude, para Gonçalves (2002), enfatiza a causa do patrimônio como uma causa transcendente, no sentido em que no contexto da narrativa de Rodrigo de Andrade, o “patrimônio histórico e artístico” é situado acima, englobando as contingências das vidas individuais.

Diferente do contexto histórico e político em que veio a ser formulada a política dos anos 1930, quando o SPHAN foi criado, associada ao nome de Rodrigo de Andrade, Aluísio Magalhães assumiu a direção do SPHAN nos anos finais do regime político autoritário que vigorava no Brasil desde o Golpe Militar de 1964. Os últimos anos da década de 1970 caracterizam-se como um período de “abertura política” e de liberação do regime político em vigor. Alguns intelectuais foram convidados e concordaram em participar em alguns níveis de governo, notadamente na área de política cultural. Ainda conforme Gonçalves (2002), assim como o nome de Rodrigo de Andrade está associado ao SPHAN e a uma determinada política de patrimônio, o de Aluísio Magalhães está intimamente associado com a política de patrimônio cultural implementada pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 1970.

Com o apoio de ministro Eduardo Portela e do general Golberi do Couto e Silva em 1979, Aluísio Magalhães foi nomeado diretor do IPHAN. Na sua gestão ocorreu a fusão do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (IPHAN/PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Reuniram-se, assim, numa só instituição, os recursos e a experiência gerencial do PCH, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovada do CNRC, criando uma nova estrutura: um órgão normativo, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e um órgão executivo, a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM) (FONSECA, 2005).

Para Fonseca (2005), o CNRC se propunha como um de seus objetivos à reelaboração da dicotomia erudito/popular e a conferir um status de patrimônio histórico e artístico nacional à produção dos contextos populares e das etnias indígena e afro-brasileira. Na mesma linha, para ela, o projeto de CNRC (que foi assumido pela FNpM) queria dar um novo sentido à política da preservação. Para Fonseca, não se tratava mais de apenas preservar materialmente monumentos e sítios em que reconheciam valores históricos e artísticos que justificavam o investimento em sua conservação pela sua mera presença e visibilidade. Essa era considerada uma política elitista, para benefício apenas das camadas cultas. A tarefa de preservação, nos anos 1970, passou a assumir novas funções para além da esfera estritamente cultural. Como nos indica Fonseca, procura-se relevar nos bens culturais sua dimensão de produtores de valor econômico, seja diretamente, como matéria-prima a atividade turística, seja indiretamente, como referências para a busca de soluções adequadas ao processo de desenvolvimento brasileiro.

Já a partir dos anos 1980, a preservação das manifestações culturais dos diferentes contextos brasileiros assumiu uma nítida conotação política, na medida em que a ideia de diversidade se sobrepunha a de desigualdade. Ainda para Fonseca (2005) ao propor a introdução de bens do “patrimônio cultural não-consagrado” no patrimônio histórico e artístico nacional (basicamente, bens das etnias afro-brasileiras e vinculados à cultura popular), e a participação da sociedade na construção e gestão desse patrimônio, a política da FNpM visava à inserção na luta mais ampla que mobilizava então a sociedade brasileira pela reconquista da cidadania. Assim, na gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, uma primeira expressão dessa participação foi a introdução da prática de consultar as populações dos centros históricos, o que ocorreu nos seminários de Ouro Preto, Diamantinas, Cachoeira, São Luis e outras cidades.

Contrastando com a narrativa histórica de Rodrigo de Andrade, em que o Brasil aparece como “civilização” e “tradição”, a de Aloísio parece mais próxima, assim, à de um moderno antropólogo social ou cultural, cuja autoridade está baseada em uma teoria sistemática da cultura e da sociedade (CLIFFORD, 1988 apud GONÇALVES, 2002). Ainda que não seja ele próprio um antropólogo, para Gonçalves, sua política cultural está orientada por alguns valores presentes, de forma distinta, em teorias que informam a moderna antropologia. Assim, Aloísio substitui o “patrimônio histórico e artístico” de Rodrigo de Andrade pela noção de “bens culturais” (MAGALHÃES, 1984 apud GONÇALVES, 2002). Quando usa a noção de “cultura brasileira”, ele enfatiza mais o presente do que o passado. Aloísio destaca que a noção de “bens culturais” tal como a usa, existe no contexto da vida

cotidiana da população. Para Gonçalves, além disso, Aloísio assinala a importância de um contato direto entre os profissionais do patrimônio cultural e as populações locais. Ele enfatiza, ainda, a diversidade cultural existente no contexto da sociedade brasileira. Mas, acredita que, conforme a análise de Gonçalves, além da diversidade, existe uma cultura brasileira que é integrada, contínua e regular.

Segundo a concepção de Aloísio, os “bens culturais” são compreendidos como “indicadores” a serem usados no processo de identificação de um “caráter” nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteada pelo futuro. Para Gonçalves, na visão de Aloísio, o passado é tido como uma referência que deve ser usada e reintegrada no presente e com propósitos futuros. Opondo-se ao enredo da narrativa de Rodrigo de Andrade, articulado pelas ideias de “civilização” e “tradição”, a história narrada por Aloísio é articulada pelas noções de “desenvolvimento” e “diversidade cultural”. Diferentemente de Rodrigo, o propósito de Aloísio não é “civilizar” o Brasil preservando uma “tradição”, mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento. De outro modo, o propósito de Aloísio é identificar e preservar o caráter nacional brasileiro de forma que o processo de desenvolvimento econômico e tecnológico possa prosseguir sem que isso represente uma perda de autonomia cultural frente aos países de Primeiro Mundo.

Aloísio, assim como Rodrigo de Andrade, vê a cultura brasileira composta por múltiplas e distintas subculturas: africana, ameríndia e europeia. Em contraste com a narrativa de Rodrigo, ele vê essas culturas, especialmente a africana e a ameríndia, não como estágio de uma evolução universal em direção à civilização, mas como formas de vida social e cultural atuais, diversas e em processo de transformação. O autor enfatiza que deveriam ser igualmente representadas por uma política de patrimônio cultural (GONÇALVES, 2002).

Aloísio Magalhães também recontextualiza a política de patrimônio cultural do SPHAN com a intenção de formular e propor uma alternativa. Na narrativa de Rodrigo de Andrade, os principais problemas enfrentados pelo SPHAN são a “ignorância” e a “indiferença” da população em relação à existência do patrimônio. Em contraste, conforme Gonçalves, Aloísio critica a política tradicional do SPHAN, porque ela deixava de lado certas dimensões do patrimônio cultural brasileiro, notadamente sua diversidade, assim como a importância e o papel desempenhado pelas diferentes formas de cultura popular. Aloísio acusa essa política de não ter seguido o projeto original do SPHAN, proposto por Mário de Andrade em 1936, onde aquelas dimensões eram contempladas. Para Aloísio, esse documento expressa uma concepção de patrimônio mais ampla do que aquela que veio a informar a política

efetivamente implementada pelo SPHAN, de 1936 até os anos 1960. Desse modo, ainda para Gonçalves, Aloísio usa Mario de Andrade como um precursor, afirmando que o trabalho dele faz apenas seguir as propostas contidas naquele documento.

No entanto, para Fonseca (2005) as indefinições do discurso de Aloísio Magalhães, que em meados dos anos 1970 podiam ser encaradas como estratégias políticas, foram tornando problemática sua aceitação por parte de setores sociais mais radicais. Em primeiro lugar, Fonseca acha que esse discurso revaloriza a cultura popular a partir de uma visão idealizada, sem identificar os sujeitos reais que a produzem e consomem, além de seu lugar subalterno na sociedade brasileira. Em segundo lugar, para ela, sua posição, junto ao governo federal, de porta-voz dos produtores dessa cultura, tornava-se progressivamente mais problemática, tanto em função das ações desse governo, que contradiziam a intenção de abertura, quanto à própria rearticulação da sociedade civil. Para Fonseca, esses aspectos do discurso de Aloísio e da prática do CNRC provocaram críticas de lideranças de setores da intelectualidade e desconfiança por parte da liderança dos movimentos populares ainda incipientes.

Outro fato importante para esse estudo tem sido que as diferenças de perspectiva na área da preservação entre os agentes da SPHAN e os CNRC não eram incontornáveis. A prática dos agentes do CNRC e, posteriormente, da FNpM, como, certamente, também do SPHAN junto à comunidade vinha demonstrando os valores culturais atribuídos pelas elites cultas. E, ainda, através dos órgãos estatais de preservação, aos bens que integravam o patrimônio, sendo frequentemente estranhos, ou mesmo indiferentes, para as populações que conviviam com esses bens. Ou seja, para a grande parte dos habitantes das cidades históricas, seja porque essas populações lhes atribuíam valores de outra ordem, seja porque consideravam que havia necessidades mais prementes a serem atendidas pelo poder público, por exemplo, na área de infraestrutura urbana, saúde e educação, dentre outros serviços (FONSECA, 2005). Essas diferenças de perspectivas entre os dois grupos, para Fonseca, relativamente à orientação das atividades de preservação, decorriam antes de resistências de ambas as partes que de questões de princípio, pois no próprio campo tradicional de atuação da SPHAN as teses do CNRC poderiam ser comprovadas. Mas, para que isso ocorresse, era necessário que os dois grupos desenvolvessem uma atuação conjunta, o que só acontecia raramente.

Esse fato demonstrava que, na prática, a síntese pretendida por Aloísio Magalhães não chegou a se concretizar realmente, e as inevitáveis diferenças de orientação técnica das três instituições fundidas, sobretudo, entre os da referência e os de pedra e cal, não foram

superadas em uma proposta de trabalho comum. Para Fonseca (2005), a proposta do CNRC, apropriada e desenvolvida pela FNpM, encampada pela SEC (Secretaria da Cultura), em certa medida, inclusive pela Constituição Federal de 1988, foi conhecida praticamente apenas enquanto discurso. Para ela, conceitos como referência, dinâmica cultural, indicadores culturais, contextos culturais específicos e outros, embora tenham se tornado moeda corrente nos programas e projetos culturais produzidos durante a década de 1980, continuavam obscuros, mesmo dentro da FNpM. Para a autora, faltou elaborá-los, em termos de seu potencial cognitivo e de sua utilização, através da discussão e divulgação de trabalhos e ações que demonstrassem, na abordagem de problemas específicos, como eram entendidos e operacionalizados.

Na final dos anos 1980 também e na década de 1990, duas importantes mudanças ocorreram. A primeira, do lado do governo. Na subcomissão de Educação, Cultura e Saúde, da Comissão Affonso Arinos, da qual Falcão (2001) teve a oportunidade de propor que fosse incluída no anteprojeto de constituição, então em elaboração, a definição de patrimônio como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais. Incorporava-se, assim, uma dicotomia tradicional do Código Civil, sendo possível realizar um estratégico avanço conceitual na área cultural.

A proposta, conforme Falcão, contou com o apoio de outros membros da subcomissão, entre eles Cristovam Buarque, Antonio Ermírio de Morais e Eduardo Portella. Mais tarde, foi incorporada pela Assembleia Nacional Constituinte, na nova Constituição Democrática do Brasil, de 1988, no artigo 216. Para Falcão, ambos os bens culturais seriam merecedores da proteção do Estado e da sociedade. Ele acha que somos, provavelmente, o único país do mundo onde a proteção ao patrimônio imaterial é direito-dever constitucional. A partir daí, por exemplo, pioneiramente, a Prefeitura de Caruaru, no nordeste brasileiro, decretou que a Feira de Caruaru - feira popular que existe há mais de 200 anos - fosse considerada patrimônio da comunidade local. Na verdade, a cidade de Caruaru confunde-se com a Feira de Caruaru, tão integradas são suas identidades e tão fundamental é a feira para a economia e cultura da região.

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 entende como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – As formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1989, p.141-142).

Este conceito constitucional, para Falcão (2001), é autoaplicável e a regulamentação infraconstitucional é apenas exigência de operacionalidade. A regulamentação que implementa um sistema de proteção ao bem patrimônio imaterial tardou a vir em nível federal.

Nesse sentido, é importante informar que uma das reuniões que elaborou as primeiras linhas de atuação do IPHAN, na perspectiva do patrimônio imaterial, aconteceu na cidade de Fortaleza (CE), em 2000. A reunião congregou técnicos de várias agências governamentais e propôs a formulação de uma política voltada para o Patrimônio Intangível. Concomitante, por ocasião dos festejos dos 500 anos de descobrimento do Brasil, o Ministério da Cultura propôs ao antropólogo Antonio Augusto Arantes a criação de uma metodologia para inventário das manifestações culturais na região do sul da Bahia, onde havia um projeto de criação de um “Museu Aberto do Descobrimento”. Gestores do patrimônio interessados na nova política do Patrimônio Intangível articularam-se no projeto de criação de um programa de ação voltado para o Patrimônio Intangível no Brasil, e, em 4 de agosto de 2000 foi promulgado o Decreto 3.551, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (LIMA FILHO; ABREU 2007).

Com esse decreto, instituiu-se o registro de bens culturais de natureza imaterial constituintes do patrimônio cultural brasileiro e criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Diferente do patrimônio material, pelo menos como critério de seleção estipulado pelo IPHAN, os bens culturais que compõem o patrimônio imaterial estão sendo registrados, a partir dos termos do decreto, nos seguintes livros: o do Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; o das Formas de Expressões, onde serão inscritos manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e Os Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

No decreto ainda está prevista a abertura de outros livros de registro de bens culturais imateriais, conforme a complexidade do assunto e a diversidade da cultura do país vão

exigindo novos procedimentos de categorização. É importante ressaltar que a inscrição de um bem cultural será escolhida dependendo de sua importância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira, por isso mesmo estando sujeita à continuidade histórica.

Os órgãos governamentais que podem fazer a instauração do processo de registro de um bem cultural desse tipo, de forma legítima, são: o Ministério da Cultura, as instituições vinculadas à esse ministério, as Secretarias do Estado, de Municípios e do Distrito Federal, a sociedade e associações civis. No processo, as propostas para que cada bem cultural seja designado, deverão constar de descrição pormenorizada do mesmo, de documentação necessária e de todos os elementos que lhe compõem. Essas propostas, ao serem encaminhadas ao presidente do IPHAN, passam por um Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Em caso de um parecer favorável ao bem imaterial, o mesmo deverá ser inscrito em um livro de registro de sua categoria e se consagrará por um ato de instituição como Patrimônio Cultural Brasileiro.

### 1.3 POR UM PATRIMÔNIO POPULAR COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E ENQUANTO PROCESSO: PRODUÇÕES CULTURAIS DOS SETORES SUBALTERNOS

Muitos são os estudos que afirmam que essa categoria [patrimônio] constitui-se em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais. O que não é incorreto. Omite-se, no entanto, o seu caráter milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico, na Idade Média e na modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir. Podemos dizer que ela também se faz presente nas chamadas sociedades tribais (GONÇALVES, 2007, p.109).

Sobre o tema do patrimônio imaterial ou intangível cabe aqui mostrar algumas lacunas e dívidas pendentes na legislação brasileira, conforme a sugestão de Rotman e Castells (2007), que apontam para a necessidade de se adequarem as leis nacionais e as locais aos argumentos e aos documentos produzidos por organismos internacionais pertinentes, como também às novas conceituações que se têm produzido no campo acadêmico sobre questões dessa natureza.

De maneira abrangente, eles apontam que documentos, convênios e recomendações emanados de organismos internacionais e europeus, de alguma forma, têm contribuído na produção de mudanças importantes sobre a abordagem dessa discussão, dentre eles, destacamos sucintamente: Convênio para a Proteção dos Bens Culturais no caso de conflito

armado (1954), assinado em Haya; Comissão Franceschini, do Parlamento Italiano (1966); Convenção sobre a “Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”, em Paris (UNESCO, 1972); Convênio de Paris sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular (UNESCO, 1989); e a Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003 apud ROTMAN; CASTELLS, 2007).

Nessa última convenção, em particular, de acordo com as autoras citadas (2007), produzem-se modificações na nomenclatura e na denominação adotada em 1989, de Cultura Tradicional e Popular para Patrimônio Cultural Imaterial (IPC). A partir de então, o IPC vincula-se a fundamentos identitários culturais. O documento entende que, até a presente data, nas legislações nacionais e internacionais, predominou a dimensão “material” no contexto de uma concepção clássica do patrimônio, o que refletiu o direito referente aos bens culturais. O objetivo que se busca nessa convenção é a reversão de tal questão mediante o reconhecimento do IPC, sua valorização em termos similares ao patrimônio cultural material e a implementação de medidas tendentes a seu desenvolvimento e seu amparo legal.

No documento, explicita-se uma definição compreendendo o patrimônio imaterial, como:

os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, se reconheçam como parte de seu patrimônio cultural, descrevem-se, ainda os âmbitos de manifestação do mesmo (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p. 73).

Nessa mesma linha de pensamento, além da definição de patrimônio ampliar as concepções tanto de bens quanto de expressões culturais, as pesquisadoras percebem que há inclusão de grupos e setores sociais que não tinham sido contemplados nem reconhecidos na noção consagrada. Isso é importante porque contribui para a legitimação e reconhecimento destes grupos, ou melhor, essa definição alude fortemente para aquilo que tem sido tradicional, para a oralidade e para o popular.

De outro modo, ainda para Rotman e Castells (2007), reconhece-se que historicamente os processos de construção patrimonial têm sido associados fundamentalmente aos tempos do estado-nação, vinculados à sua utilização como recurso de unificação do mesmo. Neste sentido, o patrimônio, enquanto suporte e recriação simbólica das identidades, tem operado fundamentalmente na conformação e na reprodução da identidade nacional.

Esse fato acarretou a seleção de bens (culturais, históricos e artísticos) determinados pelos interesses desse Estado (e suas classes hegemônicas), que usualmente não tem

contemplado a nação real. Isso ocorre na maioria dos Estados latino-americanos, que, sendo nações com produções culturais heterogêneas, vêm excluindo parte das mesmas, privilegiando um patrimônio cultural dominante.

Sendo assim, essa nova perspectiva advoga na atualidade pela “ampliação” do conceito de patrimônio cultural, para que este abarque manifestações culturais constitutivas da diversidade cultural, passada e presente, que têm construído a nação. Ou seja, luta-se pela valorização e pela inclusão de diferentes expressões culturais como parte integrante dos patrimônios nacionais, dentre eles aqueles produzidos por setores subalternos (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p. 59).

Como exemplo de produções culturais dos setores subalternos, que até então não tinham sido contemplado, podemos citar: a coleção de magia negra (que atualmente mantém-se integrada ao Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro) e os morros cariocas, por serem objetos de discriminação por parte dos órgãos governamentais:

Um exemplo concreto dessa “negação” pode ser constatado nos livros de resumo de bens tombados - o acervo do museu de magia negra não constava deles até o livro ser editado em 1984. Mas esse comportamento “tabu” não se dirigia somente a essa coleção: alguns outros tombamentos considerados problemáticos, como os dos “morros” do Rio de Janeiro; também sofreram o impacto desses preconceitos institucionais no período designado de “fase heroica” dos tombamentos arquitetônicos de “pedra e cal” do Instituto do Patrimônio (CORRÊA, 2007, p. 290-291).

Não obstante, a adoção dessa nova nomenclatura não resulta favorável, na medida em que reanima discussões já superadas em outros âmbitos; fecha certos debates e introduz imprecisões sobre os alcances e características das produções culturais desses setores.

Sobre esse ponto, gostaríamos de fazer a seguinte ressalva, essa concepção mostra dificuldade para compreender o patrimônio como construção social e enquanto processo (ROTMAN; CASTELLS 2007). De outro modo, durante muito tempo, o patrimônio foi associado unicamente a coisas corpóreas no mundo; já a preservação, a uma prática constituída de operações voltadas para a seleção, proteção, guarda e conservação dessas coisas. Somente com a grande expansão cronológica, tipológica e geográfica que o campo do patrimônio sofreu após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Marcia Sant’Anna (2003), foi que processos e práticas culturais começaram, lentamente, a ser vistos como bens patrimoniais em si, sem necessidade de mediação de objetos, isto é, sem que objetos fossem chamados a reificá-los ou representá-los. Essa nova percepção não surgiu de uma reflexão europeia ou ocidental, mas da prática de preservação oriunda de países asiáticos e do chamado

Terceiro Mundo, cujo patrimônio, em grande parte, é constituído por criações populares anônimas, não tão importantes em si por sua materialidade, mas pelo fato de serem expressões de conhecimento, práticas e processos culturais, bem como de um modo específico de relacionamento com o meio ambiente.

Além do mais, ainda para Sant'Anna (2003), no mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como principais depositários da tradição cultural. A permanência no tempo das expressões materiais dessas tradições não é o aspecto mais importante, é um conhecimento necessário para reproduzi-los. Nesses países, resumidamente, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado, é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição presente. De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento, preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importante do que as coisas que as corporificam. Por exemplo, nos anos 1950, quando o Japão instituiu uma primeira legislação de preservação do seu patrimônio cultural, não foram obras de artes e edificação o seu alvo, mas o incentivo e o apoio a pessoas e grupos que mantêm as tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas que compõem esse patrimônio. Como podemos constatar, essa concepção tem sido completamente diferente da que será discutida no próximo subitem.

#### 1.4 FRONTEIRAS DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL: UMA PROBLEMÁTICA DE ORDEM TEÓRICA E PRÁTICA

Há de se fazer algumas ressalvas quanto à distinção feita entre patrimônio material e imaterial como forma de seleção de bens culturais na atuação da instituição. Com o decreto 3.551, o IPHAN recuperou uma das metas básicas de sua criação, mas também colocou uma problemática de ordem teórica e prática. Até então, o IPHAN, com sua política de preservação, conforme o decreto nº 25, esteve voltado ao patrimônio de pedra e cal, vindo a se comprometer com interesses de setores dominantes da sociedade de ontem e, logo, com os de hoje também. Suas definições técnicas têm sido afinadas aos interesses de ricos e poderosos, distanciando-se do antigo projeto de Mário de Andrade, que visava a valorização de uma cultura popular. É digno de nota ainda que tal separação entre objeto tombado e os valores nele contidos, e que o confirmam como patrimônio público, nos mostra que:

Mesmo material, todo elemento da cultura é igualmente imaterial, sendo essa separação uma estratégia de poder muito eficaz no sentido de, mais uma vez, valorizar uma cultura de ostentação e aparência desenvolvida entre as classes dominantes brasileira. As práticas de tombamento, em vista disso, orientaram-se pela valorização do aspecto estético-arquitetônico, resultando de tudo isso uma total incapacidade para perceber as políticas culturais populares como objeto de reflexão patrimonial, como patrimônio público (NEVES, 2001, p.1).

Os aspectos problemáticos da distinção conceitual entre as duas modalidades de patrimônio são suficientemente conhecidos. Ou seja, a separação entre físico/material e o imaterial/oral tem resultado inviável, uma vez que ambos os aspectos estão inevitavelmente unidos e se articulam em qualquer expressão cultural e patrimonial. E mais, citamos:

Como alguns autores têm associado, a intangibilidade pode ser inclusive como o aspecto mais relevante de um bem, na medida em que precisamente sua legitimação como patrimônio será resultado das lutas pela imposição do sentido; são os significados, os usos e valores que se assinalam e se atribuem às expressões culturais os fatores que determinam seu caráter e, portanto, sua inclusão no campo patrimonial. (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p.73-74).

Para o sociólogo Eduardo Diatahy B. de Menezes (2000), esse recurso praxiológico que dicotomiza os bens culturais em materiais e não-materiais, deve-se ao legado positivista. Ele tem a necessidade operacional de “pares antitéticos”, que dominam o pensamento ocidental. O estudioso não crê na sua validade, ou seja:

Com efeito, sem os símbolos, sem as significações nele investidas, e sobretudo sem os agentes culturais interpretantes, o chamado patrimônio cultural material não passa de um montão de escombros. Inversamente, o patrimônio simbólico ou imaterial não teria existência real senão imbricado em veículos ou suportes que o tornem objetivado, que forneça a sua concretude (MENEZES, 2000, p.78-79).

Assim, podemos dizer que a resposta para tal problemática começa por uma análise da produção social do sentido. Para isso, seria preciso que a própria definição de patrimônio pudesse articular tanto as dimensões materiais como imateriais de um mesmo objeto cultural. Além do mais, a questão do patrimônio cultural e da produção social de sentido está relacionada com a memória coletiva. Esta depende do imaginário histórico que:

Manifesta intrínseca necessidade de ruínas, visto que ele opera segundo a possibilidade incessante de atribuir significado aos materiais que vão compondo nosso cemitério cultural e conforme à organização institucional do luto mediante a representação da função simbólica da (MENEZES, 2000, p. 79).

Em se tratando, portanto, do patrimônio histórico-cultural e da memória coletiva, torna-se necessário indagar sobre que coisas preservar e por quê? Para Diatahy Menezes, é fácil encontrar resposta para esse questionamento. A espécie humana parece ser movida por um desejo de transcendência, não se limitando às condições de existência, mas tenta superá-la, voltando-se para tudo o que é belo, perfeito e duradouro. De forma precisa, “mediante inúmeros artefatos e por meio da organização espacial da vida coletiva e individual, o homem estrutura as marcas de sua memória, assegurando a dimensão social e histórica da existência” (MENEZES, 2000, p. 79).

Quanto à questão: que coisas, objetos e memória preservar? A resposta nos leva aos dispositivos de poder. Isto porque a memória coletiva é um importante instrumento usado nas relações de forças que compõem a sociedade, a fim de dominar o corpo social. Quanto a este ponto, Menezes acredita que:

Assegurar a posição de senhores da memória e do esquecimento tem sido, uma preocupação constantes das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as formações sociais. E os silêncios da história são reveladores desses dispositivos da manipulação da memória coletiva. Ora, numa ordem social hierarquizada e excludente, é fácil de supor como são discriminatórios os mecanismos de seleção, de consagração e de preservação da memória e do patrimônio (MENEZES, 2000, p. 79).

Esse equívoco nos pressupostos, para o autor, reflete também uma relação prática questionável, pois o registro dos bens culturais ditos imateriais difere do tombamento dos bens culturais materiais. Assim, como preservar efêmeras manifestações da cultura que se caracterizam exatamente pela mobilidade e pela transformação? Logo, percebemos uma nítida postura conservadora desses setores de nossa inteligência. Para Menezes, não faz sentido preservar oficialmente simulações de representações populares que corresponderam a outras matrizes socioculturais de fases ultrapassadas de sua história. Isto porque:

Bens culturais imateriais se compõem de tudo aquilo que se incorpora e constitui nossas atitudes e condutas. Analiticamente, são um momento do processo cultural que não necessita de outros registros, pois fazem parte dos códigos que instituem os homens como seres semióticos, são parte integrante de nossa estética-em-uso (MENEZES, 2000, p. 81).

Outra perspectiva que pretende abordar as questões postas pelo o decreto n° 3.551, que institui os bens intangíveis, visa compreender o patrimônio cultural como um conjunto de narrativas, distinguidas pelo discurso da monumentalidade e pelo discurso do cotidiano, ambas as categorias elaboradas por José Reginaldo Gonçalves (2007). O autor afirma que

cada um desses discursos traz consigo uma concepção da relação que estabelece com a nação, seu passado, sua identidade e seu futuro. Todos eles têm coexistido, dialogicamente, desde os anos 1920 e 1930 do século XX até a atualidade, tendo sido gerados nos quadros dos discursos modernistas no Brasil.

De forma sucinta, para Gonçalves, no registro do cotidiano, a narrativa do patrimônio tem como ponto de referência básica a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos e categorias sociais em sua vida cotidiana. São os pontos de vista articulados por cada uma dessas individualidades que fornecem o ponto de partida para narrar o patrimônio. A nação deixa de ser a totalidade homogênea representada por um patrimônio narrado no registro da monumentalidade. A heterogeneidade passa a ser reconhecida como uma configuração definidora da sociedade nacional.

Sendo assim, na primeira modalidade narrativa os objetos são postos no tempo contingente das relações cotidianas. Nessa modalidade destacam-se os objetos, espaços usados e atividades exercidas pelos segmentos sociais em sua vida cotidiana, e que estão marcados pela transitoriedade. Na segunda modalidade narrativa, os objetos são situados num tempo transcendente, associados a eventos históricos fundadores e a heróis nacionais. Portanto, o patrimônio aparece na forma de monumentos, cujo destino é permanecer. Dessa maneira, ainda para Gonçalves, passam de “monumentos”, como os chamados de “pedra e cal” a “bens culturais”, que podem ser estruturas arquitetônicas, urbanísticas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais.

Nesse sentido, esta pesquisa considera importante a sugestão do autor de que as categorias “monumentalidade” e “cotidiano”, seguindo a oposição entre o épico e o romance, podem ser “boas para pensar” esse conjunto de traços que definem dialogicamente as dimensões épicas e românticas que se fazem presentes nas narrativas de patrimônio. Não por acaso, essas palavras aparecem de forma recorrente nas narrativas. No jargão antropológico, elas podem ser chamadas, sem muita margem de erro, de “categorias nativas”.

De outra maneira, sendo também importante para a investigação do presente trabalho, consideramos a afirmação de que a iniciativa do decreto tem sido bastante louvável porque representa uma inovação e uma flexibilização nos usos da categoria patrimônio, particularmente no Brasil. Ela oferece, também, a oportunidade de aprofundar nossa reflexão sobre os significados que podem assumir essa categoria (GONÇALVES, 2007).

Por fim, não devemos esquecer que a dinâmica e a inovação são fatores constitutivos de todo o processo patrimonial. Neste sentido, discutimos, com base em Rotman e Castells

(2007), a necessidade de que mais estudos sobre a questão do patrimônio continuassem abordando conjuntamente as suas dimensões política, econômica e simbólica. Ficou bastante claro que na atualidade o patrimônio não se relaciona somente com processos identitários em escala nacional, mas também, em igual ou maior medida, com processos identitários em nível local, implicando distintos coletivos sociais. Nos capítulos que seguem, exploraremos as questões teóricas aqui apontadas, a partir da análise das categorias nativas dos moradores do Poço da Draga.

## 2 MODERNIDADE: CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA E PATRIMÔNIO CULTURAL

O triunfo da estética sobre a ética não poderia ser mais evidente (HARVEY, 1992, p. 295).

Um certo tipo de intervenção urbana tem sido executada nos espaços urbanos da vida cotidiana pública no Brasil nas últimas décadas, em muitas cidades históricas, desenvolvendo políticas de *gentrification*, cujo resultado mais visível é a alteração da paisagem, com a transformação de degradados sítios em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. O termo *gentrification*, utilizado por Leite (2004), designa a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais.

Esse processo, estudado por autores (FEATHERSTONE, 1995), (HARVEY, 2006), (SMITH, 1996; ZUKIN, 1995 apud LEITE, 2004), tem tido como resultado muitas vezes uma realocação estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio possível de ser reapropriado por alguns segmentos da população e por seus visitantes. Antigas áreas, à margem do processo de urbanização das grandes cidades, vão se transformando em complexos centros de lazer, com sofisticados bares, restaurantes e galerias de arte, numa apropriação quase privada do espaço urbano. Essas práticas terminam por segmentar áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenário de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública.

Desde as reformas de Paris, feitas por Haussmann no governo autoritário de Napoleão Bonaparte pós-1848, lembra Rogério Proença Leite (2000) que práticas desse tipo continuam a “embelezar” estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de *gentrification* de patrimônio cultural, e, especificamente no caso do Brasil, essas políticas erguem suas próprias fronteiras, ao mesmo tempo em que removem outras, quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. As novas medidas urbanas reeditam política e espacialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares de vida cotidiana pública aos moradores e frequentadores dessas áreas.

Por isso mesmo essas políticas urbanas têm dividido opiniões e recolocado o debate sobre o patrimônio cultural em torno de temas caros às ciências sociais, tais como identidade, cidadania, memória e democracia cultural. São esses alguns dos conceitos que perpassam o

debate sobre as cidades históricas, divididas entre a suposta autenticidade da tradição e a espetacularização de suas fachadas para o consumo visual.

Ainda para esse autor, o argumento fundamental que tem justificado as atuais políticas culturais de *gentrification* continua baseando-se no conceito da tradição, embora pressuponha uma retomada da ideia de patrimônio cultural acrescida de uma concepção mercadológica que o trata como mercadoria cultural. Ambas as formas de intervenção, para ele - seja a que apoia a discutível ideia de uma memória nacional ou local, seja a que se orienta pela não menos discutível lógica do consumo - são formas igualmente seletivas de intervenção e apropriação simbólica, construídas a partir de determinadas concepções sociais. Uma supõe como sendo eficaz uma memória compartilhada para ações convergentes no interior de uma nação ou de uma localidade que a represente; outra canaliza o valor potencial de ações de consumo no interior do mercado cultural.

Esse mercado cultural não seria algo que ameaçaria ou confirmaria o patrimônio externamente, de fora de suas fronteiras; ao contrário, ele existiria internamente aos patrimônios culturais modernos, no interior de suas fronteiras, fazendo parte de sua natureza, não podendo estes existir sem aquele. A própria “inalienabilidade” dos bens que integram os patrimônios pode tornar-se uma forma de mercadoria nos contextos contemporâneos, agregando valor aos objetos e transformando-os em alvo de interesse turístico. Este último, embora representado tendencialmente de forma negativa e descritiva, parece ser, na verdade, uma das fontes para a existência social e cultural do patrimônio (GONÇALVES, 2007).

O interessante aqui é que, para o autor, não se trata somente de mercado de bens inalienáveis. Nessa categoria de mercado, compram-se não objetos (que devem permanecer, em tese, “inalienáveis”), mas “experiências” por intermédio de imagens sensíveis do passado histórico, das culturas populares, das culturas regionais, dos primitivos, das culturas nativas e das civilizações tradicionais.

Sendo assim, os discursos do patrimônio cultural no Brasil, por várias décadas, pautaram-se por uma assumida recusa do mercado, uma vez que este era necessariamente associado ao “inautêntico” (GONÇALVES, 2002). No entanto, o fato é que esses discursos estiveram sempre indiretamente associados à indústria turística (AGUIAR, 2006 apud GONÇALVES, 2007). Em sua busca obsessiva pelo objeto de uma perda irreparável, esteja ele situado no universo autêntico do “passado” ou das “culturas populares”, ou “culturas primitivas”, o patrimônio na verdade transforma localidades em pontos de atração turística (KIRSHENBLATT-GIMBLET, 1998 apud GONÇALVES, 2007).

Gonçalves nos dá um exemplo relevante para esse estudo: um prédio como “patrimônio cultural” existe na medida em que se inibe ou se limita sua condição de mercadoria; ele não pode ser vendido ou não pode sofrer alterações. No entanto, essa sua condição de mercadoria está presente não apenas na possibilidade de ser alienado, mas efetivamente na sua condição de objeto de consumo turístico, portanto, enquanto suporte de uma determinada imagem que é consumida: o passado nacional, a cultura popular ou antigos bairros como o do Centro Histórico da Cidade de Fortaleza. Compramos essas imagens, ou essa “experiência” quando visitamos um prédio, ou quando adquirimos suas reproduções. Os patrimônios sempre prometem algo mais do que eles mesmos; prometem a experiência de realidade ausente, distante, e que nos acena por meio de seus fragmentos, em outras palavras, trazem sempre uma promessa não cumprida de totalização.

## 2.1 O CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

O caso do Centro Histórico de Fortaleza, que retrata a história da cidade, decorre do processo de modernização de Fortaleza que, de acordo com Ponte (2000), teve início a partir de 1860 e se prolongou até as primeiras décadas do século XX, se constituindo por um “conjunto de novos costumes e equipamentos tecnológicos”, particularmente resultantes da revolução técnico-científica.

Para o historiador, esse conjunto de fatores que compuseram o processo de remodelamento em Fortaleza na década de 1960 foi impulsionado pelo crescimento da exportação do algodão cearense no mercado europeu, em consequência da suspensão do algodão norte-americano, por causa da Guerra de Secessão. Este acontecimento favoreceu o processo de constituição de Fortaleza como núcleo aglutinador, papel desempenhado somente por outras capitais, mas que, de 1840 em diante, foi detendo a exclusividade do comércio exportador e importador, passando a ser o mais importante polo comercial do Estado (PONTE, 2000). Foi nesse período que o Cais de Fortaleza surgiu com um equipamento importante. E nas proximidades do local, trabalhadores desse porto ocuparam o terreno, no qual surgiu o Poço da Draga (como será observado no terceiro capítulo). Com esse posto, sob o intenso crescimento econômico, a capital do Ceará conseguiu intensificar seu comércio, tornando-se o principal centro urbano, econômico, financeiro e social do Estado, sobrepujando a cidade de Aracati, que até o século XVIII ostentava tal condição.

Diante disso, a cidade tendia a se expandir de forma desordenada, com grande crescimento populacional e alarmante número de exclusão social, pois a modernização de

Fortaleza beneficiava somente parte da cidade e da população, enquanto uma maioria ficava à margem. A fim de ajustá-la aos “códigos de civilização”, conforme o estudo de Ponte (2000), foram empreendidas reformas urbanas, levadas a cabo pelo poder público, elites enriquecidas e por alguns intelectuais locais.

Ao então intendente municipal Antônio Rodrigues Ferreira coube contratar o engenheiro Adolfo Herbster, que elaborou a Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios em 1875 (Fig.1), cujo traçado foi inspirado nas reformas executadas em meados do mesmo século pelo barão de Haussmann, que visava à ordenação de Paris através de construções de avenidas e extenso alinhamento de ruas (GIRÃO, 1979). Com o plano urbanístico de Adolfo Herbster, ruas foram alargadas e estendidas até os subúrbios, becos e vias estreitas corrigidos, tornando mais ágil o fluxo de pedestres e carros. Com isso, a capital ficou também “mais aberta e transparente, (que) dificultava possíveis ocorrência de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital” (PONTE, 2000, p. 166).

Figura 1 - Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios



Fonte: (PONTE, 2000, p. 166)

Desse modo, foi somente pelos meados do século XIX que o processo de urbanização de Fortaleza se espalhou em todos os sentidos, conforme demonstra a planta acima<sup>1</sup>, principalmente para o oeste e o sul, pois o Riacho Pajeú constituía obstáculo<sup>2</sup> à sua expansão para leste, enquanto o Atlântico impedia o seu crescimento para norte. No rumo sul surgiria a Praça Carolina, onde se realizava a chamada Feira Velha, hoje desaparecida com a construção, em seu perímetro, dos prédios dos Correios e Telégrafos, do Banco do Brasil e do Palácio do Comércio. Aderaldo assim definia ironicamente estas edificações: “três entidades pobrezinhas, que não podiam adquirir terrenos para levantar sua sede” (1989, p. 12).

Segundo o autor, cerca de cem metros ao sul, havia um arruado irregular, inclinado para sudoeste e, por isso, chamado Beco do Cotovelo, trecho de chão em que se realizaria outro tipo de comércio popular, a Feira Nova. A fim de se confirmar a vocação daquele trecho da cidade, “naturalmente” destinado a ser a Praça, foi necessário promover a demolição daqueles pequenos prédios, certamente de taipa. Quem se encarregou disso foi Antônio Rodrigues Ferreira, levado do Rio de Janeiro para o Ceará pelo comerciante Manuel Caetano de Gouveia em 1825.

Natural de Niterói (RJ), Antônio Rodrigues Ferreira nasceu em 1801 e teve uma adolescência e uma mocidade conturbadas. Isto porque perdera a mãe ainda muito cedo e o pai fugiu para longe da Corte. Sem a proteção dos progenitores, Ferreira teve necessidade de se empregar, ainda menino, numa farmácia de um integrante do Partido Liberal. Devido ao relacionamento de ambos, Antônio Ferreira foi perseguido por adversários conservadores e preso (GIRÃO, 1979).

O boticário foi levado do Rio de Janeiro para Fortaleza nesse ano por aquele comerciante. No largo da Feira Nova, ele instalou uma botica conhecida por Farmácia Ferreira, localizada no antigo n° 24 da Feira Nova e, depois, n° 566 da Rua Major Facundo. A botica ficava numa casa de três portas, a qual morou até falecer (GIRÃO, 1979).

Por prestar favores ao “povo”, pessoas indiferenciadas e desconhecidas, tornou-se bastante conhecido por seus serviços de farmacêutico. Logo, pela sua popularidade, Ferreira seguiu a carreira política. Em 1842 foi nomeado suplente de delegado de polícia na capital (GIRÃO, 1979). No mesmo ano, devido a condições imprevistas, recebeu o mandato de vereador, e depois de presidente da Câmara, equivalente ao executivo municipal naquele

---

<sup>1</sup> A planta de Herbster nos permite entender os limites do desenvolvimento urbano da antiga cidade de Fortaleza, a partir dessa coordenada, nos deixando uma pergunta: onde seria seu ponto central?

<sup>2</sup> Esse obstáculo natural teria sido importante para a compreensão da ocupação, permanência e invisibilidade dos moradores do Poço da Draga.

tempo. Em seguida, de intendente e, finalmente, prefeito. Ao todo foram 18 anos de largos prestígios políticos.

Em 1871, a pedido do camarista Amaral Júnior, a praça, ainda apelidada de Praça da Municipalidade, passou a ser denominada de Praça do Ferreira, em memória de Boticário Ferreira pelos serviços prestados a capital cearense, quando em exercício público. Além desse nome, a praça como era também familiarmente chamada pelos seus frequentadores, teve vários outros, como: Largo das Trincheiras, Praça Pedro II e Praça da Municipalidade. Na época, isso era uma prática comum aos vereadores, “alterar as denominações dos logradouros da cidade ao sabor dos vultos prestigiosos da época” (ADERALDO, 1989, p. 51). E, curiosamente, eram consideradas ruas os logradouros que estavam situados no sentido norte-sul. Já no rumo leste-oeste, estes eram denominados travessas.

Quanto ao então arquiteto Adolfo Herbster, tratava-se de um pernambucano nascido em 14 de maio de 1826, filho de suíço alemão João Batista Herbster, e Luzia Margarida Herbster, de origem francesa. Herbster foi para o Ceará em 1855, desembarcando em Fortaleza em 29 de janeiro, aos 29 anos de idade (GIRÃO, 1979). Para o autor, do ponto de vista da política urbana, uma das obras mais significativas do arquiteto está nas “Cartas de Fortaleza”, que traçou tendo em mira a remodelação e ampliação da cidade.

A primeira planta, de abril de 1859, levada por ordem da Câmara e aprovada pela lei provincial nº 914, de 12 de setembro, está na escala de 4.800 palmos e 480 braças e se restringe ao “estado atual” da cidadezinha acanhada. Sua população, computados os subúrbios e cabanas de palha, não ultrapassava mais de 16.000 habitantes. A quantidade de casas de tijolos e de sobrados alinhados chegava a 610 e 80, respectivamente.

A segunda refere-se à planta já citada (Fig. 1), uma planta da cidade de Fortaleza, de traçado expansionista. Ela tem pretendido disciplinar o crescimento dessa cidade, levando o sistema xadrez muito além da parte construída. A escala era em palmos.

A planta de 1888 é a derradeira, já que Herbster se encontrava prestes a se aposentar, intitulada de Planta da Cidade de Fortaleza, Capital da Província do Ceará. Ela tem grande dimensão e escala de 0,005, igual a palmos, e nela continua o enxadrezamento. Essa última não foi colocada em prática pelos poderes públicos, ficando o manuscrito guardado no Museu Histórico do Ceará.

Em 1925, deu-se outra reforma (aliás, várias foram as intervenções sofridas pela praça, ao longo das administrações públicas) que descaracterizou a Praça do Ferreira, cuja ação foi demolir seus cafés e o Jardim 7 de Setembro. Esta reforma marcou a historiografia de Fortaleza e decretou o fim da *belle époque* na cidade. Esses equipamentos representavam o

“signo da inauguração da modernidade em Fortaleza, datada do final do século e marcada pelos ideais de [civilização] e [aformoseamento] urbano” (PONTE, 2000, p. 185-186). Eles se tornaram um obstáculo para uma racionalidade que surgia, ao mesmo tempo em que era preciso que desaparecessem para dar passagem ao pragmatismo do vai e vem da massa de trabalhadores, dos automóveis e bondes elétricos dos anos 1920.

A partir daí, esse ideal de modernização racional de Fortaleza toma como referenciais os espaços públicos e as edificações centrais (isso será analisado no item 2.2), os quais passaram a sofrer intervenções urbanas com o intuito de transformá-los em cartões-postais, através de investimentos públicos e privados (SILVA FILHO, 2002). Intervenções essas que passam também por um processo de divulgação e promoção de imagens da cidade para exportação. Tomemos como exemplo a campanha “Eleja Fortaleza”, divulgada pelo jornal Diário do Nordeste, no dia 20 de junho de 2001, promovida pelo Sistema Verdes Mares (SVM) na tentativa de escolher, através de votação popular, um ícone que melhor representasse Fortaleza. O objetivo da campanha foi destacar valores históricos e culturais da cidade.

A campanha, portanto, tinha a importância de representar Fortaleza por meio de um símbolo como, por exemplo, no Brasil o ícone da cidade do Rio de Janeiro tem sido o Cristo Redentor; da cidade de Florianópolis, a Ponte Hercílio Luz; da cidade de Natal, o Morro do Careca. E de Fortaleza? Fortaleza era carente de um símbolo que a projetasse como uma cidade turística, tanto nacional quanto internacionalmente. Algumas autoridades, que têm desenvolvido um trabalho no setor de turismo, achavam a iniciativa uma forma de divulgar ainda mais Fortaleza, e, conseqüentemente, aumentar o número de visitantes à capital cearense. Para outras personalidades fortalezenses, a campanha era também uma ótima oportunidade para valorizar o patrimônio da cidade. Por exemplo, para Marco Aurélio Câmara, presidente da Associação dos Meios de Hospedagem e Turismo do Ceará (AM-HT/CE):

Toda cidade turística tem um ícone e em Fortaleza não podia ser diferente. Daí, a importância da promoção levada adiante pelo SVM. A divulgação da cidade ganhará um novo direcionamento a partir da escolha do ícone. (DIÁRIO DO NORDESTE, p.1, 22 jun. 2001).

Conhecidas do público por divulgar imagens da cidade como cartões-postais, seis edificações foram consideradas candidatas a ícone de Fortaleza, dentre elas: Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, Ponte dos Ingleses, Praça do Ferreira, Praia de Iracema, Teatro

José de Alencar e Velas do Mucuripe. Esses seis candidatos (a maioria deles, localizados no centro da cidade ou em seu entorno) foram “sugeridos” por 40 pessoas ligadas ao comércio, indústria, representantes da sociedade e artistas da capital cearense, que estiveram reunidos a portas fechadas no Hotel Meliá Confort Fortaleza.

Na reunião, foram escolhidos ao todo 20 candidatos a ícone, mas somente os mais representativos puderam ficar na cédula de votação. Ou melhor, a campanha já tinha preferência por uma candidata a símbolo (a Praça do Ferreira), como chegamos a entender mediante análise do discurso do jornal. Por isso, supomos que os “votantes” foram manipulados pela campanha, se levarmos em conta a veiculação de discurso do jornal e sua relação com a cédula de votação (FIRMINO, 2004).

De outro modo, para Harvey (2006) a publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora uma importância muito maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. Além disso, a publicidade, para ele, já não parte da ideia de informar ou promover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido.

Figura 2 - Imagem da Praça do Ferreira



Fonte: Diário do Nordeste (p.1, 22 jun. 2001).

Tendo em vista, então, que o discurso não é a mensagem ou simplesmente a informação transmitida do emissor ao receptor, de um referente num tipo de código, mas sim “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2000), entende-se que, nesta perspectiva, todos os candidatos a ícone foram expostos, ressaltada a importância de cada um. Mas o que nos chamou a atenção foi exatamente como a Praça do Ferreira fora divulgada (Fig. 2). Então, analisemos o seguinte discurso, divulgado pela campanha “Eleja Fortaleza”:

A Praça do Ferreira é o coração de Fortaleza. A praça, localizada no Centro da cidade, tem como referência a Coluna da Hora. A iluminação especial, os jardins bem cuidados, a arborização a partir de árvores típicas do Ceará e os extensos bancos de madeiras fazem da praça um aprazível local para lazer e bate-papo de gente de todas as idades. Os frequentadores têm a oportunidade de conferir os belos prédios que circundam, como o Cine São Luís, a Farmácia Oswaldo Cruz e a Caixa Econômica Federal. (DIÁRIO DO NORDESTE, p.1, 22 jun. 2001).

Tomando como base a frase “A Praça do Ferreira é o coração de Fortaleza”, manifestada por esse discurso no jornal, e fazendo uma concatenação com a cédula de votação da campanha “Eleja Fortaleza” (Fig. 3), observa-se que nesta cédula havia a seguinte frase: “Faça um x onde seu coração bater mais forte”. De ambas as frases, concluímos o seguinte: se a Praça do Ferreira é o coração de Fortaleza, então, fazer um x onde meu coração bate mais forte é exatamente forjar a votar na Praça do Ferreira. Eis o discurso propagado pela campanha do jornal ao lado da cédula de votação, que deveria ser recortada, preenchida e depositada nas urnas do Banco Itaú pelos participantes.

Eleja Fortaleza. Declare o seu amor pela cidade. Se você ama a nossa cidade, ainda dá tempo de participar do Eleja Fortaleza. Escolha qual é o símbolo de Fortaleza, o lugar onde seu coração bate mais forte. Depois, passe numa agência Itaú e vote. Não deixe para última hora. Participe. (DIÁRIO DO NORDESTE, p.1, 23 ago. 2001).

Figura 3 - Cédula de votação da Campanha “Eleja Fortaleza”



Fonte: Diário do Nordeste (p.1, 23 ago. 2001)

Além desses seis candidatos, na cédula de votação havia um espaço “opcional” em branco para que “os votantes” pudessem escolher outro símbolo, podendo ser um monumento ou um logradouro da cidade que não tivesse sido citado (por que um monumento ou um logradouro?). Devido a isso, houve muito descontentamento por parte da população, principalmente da “periferia da cidade” menos favorecida pelas políticas urbanas empreendidas pela administração pública, como fora o caso da Barra do Ceará. Os moradores deste bairro chegaram a reivindicar que o Morro de Santiago fosse inserido na cédula da campanha “Eleja Fortaleza”, promovida não somente pelo Sistema Verdes Mares, mas também pelo Banco Itaú e Prefeitura Municipal de Fortaleza. O Morro de Santiago tem tido sua importância porque foi o primeiro lugar povoado na capital cearense. Lá se encontra o Fortim de Santiago, edificação construída em 25 de julho de 1604 pelo espanhol Pero Coelho de Sousa. Esse descontentamento foi manifestado no depoimento de um dos moradores da Barra do Ceará, Francisco Alberto de Sousa:

Quando o pessoal da Barra do Ceará viu a cédula de votação pensou logo: [deixaram o marco da colonização de fora]. Justo aqui que é belo por natureza, com o Rio Ceará navegável e com áreas de mangues preservadas [...] Aqui nós somos baïrristas mesmo e queremos a inclusão da Barra do Ceará na programação turística e histórica de Fortaleza, quem sabe até com o tombamento do morro como patrimônio da cidade. (DIÁRIO DO NORDESTE, p.15, 12 ago. 2001).

A campanha começou no dia 20 de junho e se estendeu até o dia 2 de setembro. Nesse período de vigência foram postas várias urnas, que ficaram disponíveis nas agências do Banco Itaú e nos “pontos votantes” ou “locais de maior movimento da cidade”, como praias, shoppings, praças e também através da internet. Seu encerramento contou com um coquetel no Iate Clube. Como era de se esperar, o resultado ficou com a Praça do Ferreira, candidata predileta, com 305.013 votos, 22,2% de um total de 1.376.646 votos; nos dizeres do jornal: “considerada o coração de Fortaleza, bateu mais forte e conquistou a opinião dos fortalezenses que participaram do “Eleja Fortaleza” (DIÁRIO DO NORDESTE, p. 9, 13 set. 2001).

As Velas do Mucuripe (é possível notar que na cédula de votação há um desenho de uma jangada) ficaram em segundo lugar, com 302.252 votos, 22 % do total. Em terceiro, a Ponte dos Ingleses, com 250.387 votos. Em quarto lugar, a Praia de Iracema, com 244.084 votos. Na quinta colocação, com 83.680 votos, ficou o Theatro José de Alencar. Na sexta colocação, “o candidato da periferia da cidade”, Morro do Santiago, com 70.232 votos. Como dissemos, o Morro de Santiago fora citados pelo moradores da Barra do Ceará para ser “incluído” no itinerário histórico-turístico de Fortaleza. Na sétima posição ficou o Forte de Nossa Senhora de Assunção, com 69.501 votos. Além desses, devido ao espaço optativo, que apareceu como a sétima opção da cédula, outros cartões-postais foram votados, como o próprio Morro de Santiago da Barra do Ceará, o Centro Dragão do Mar, a Praia do Futuro e outros.

Para o superintendente de Sistema Verdes Mares, Mansueto Barbosa, a campanha foi comemorada devido à estrondosa votação, que ultrapassou a marca da campanha do Cearense do Século, ou melhor: “Isso nos dá certeza que chegamos até à população através de nossos veículos. Essa campanha veio coroar o povo de Fortaleza” (DIÁRIO DO NORDESTE, p. 9, 13.set. 2001).

Para o historiador Juarez Leitão, a campanha “Eleja Fortaleza” foi justa, porque a Praça do Ferreira é o símbolo mais expressivo da cidade. Diferentemente do Passeio Público, a praça não perdeu o seu sentido agregador e consegue ainda exercer um “fascínio social”, servindo para congregar os que querem conversar e descansar, embora ela tenha perdido seu

entusiasmo, “porque os tempos são outros”. Ele acha também que não existe nenhum equipamento urbano na cidade que tenha a perenidade e representatividade da praça, mesmo quando sofrera intervenções no governo de José Walter Cavalcante (DIÁRIO DO NORDESTE, p. 5, 13 abr. 2002).

A partir do exemplo da campanha “Eleja Fortaleza” entendemos a ênfase dada pelo governo do Estado do Ceará, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Sistema Verdes Mares e outras entidades ao seguimento turístico da cidade, estando voltados para uma estratégia bem ampla que será analisada a seguir. Portanto, além de ser uma atividade econômica, o turismo promove novas imagens e símbolos do estado, associando-se à atração de investimentos em outros setores.

Esse investimento e incentivos cada vez maiores ao turismo em Fortaleza vem criando um discurso de exportação de imagens a serem propagadas para o consumo. Para a socióloga Irys Barreira (2001), essa dinâmica tem sido marcada por duas perspectivas de apresentação da cidade: uma, a história da cidade com seus costumes, e outra, a produção artesanal e a sua natureza. A primeira remete ao reforço e à “reinvenção” de costumes e valores. Já a segunda propõe uma espécie de paraíso, exemplificado e fortificado na visão de uma região privilegiada por belezas naturais. Para ela, foi na década de 1990 que as propostas de revitalização ganharam maior densidade nas falas dos planejadores e dos gestores. A descentralização gradativa de atividades explicitou as diferenças de zonas por ofertas de serviços e equipamentos, gerando discursos sobre as desigualdades e a necessária recuperação de áreas conhecidas anteriormente como nobres, como o centro da cidade, tido como o local por excelência, para a recuperação da dignidade do passado.

A pesquisadora lembra também que lamentações sobre a desfiguração do espaço urbano ou a busca de recomposição da “história” da cidade, através de uma política de preservação do patrimônio nesse período em Fortaleza, coincidiu com um grande aumento de edifícios e áreas de lazer e comércio típicos das metrópoles. Ou seja, a revitalização do centro da cidade e o tombamento dos antigos prédios respondem a esse fluxo dialético de transformação e preservação que tem caracterizado a maioria das cidades brasileiras até o momento.

Nesse sentido, Barreira (2001) acrescenta que não tem sido somente o Centro Histórico de Fortaleza que vem passando por esse processo, mas também outras cidades nordestinas, como, por exemplo, o Pelourinho em Salvador e os centros históricos de Recife, de São Luiz e de João Pessoa. Por isso, para a autora, tem sido sintomático que a maioria desses centros históricos ainda tenha sido alvo de remodelação. Ou seja, as velhas praças,

lugarejos e sentidos herdados de uma tradição estão sendo reativados e, recompondo as antigas referências associativas solapadas por uma modernidade que tem tornado a cidade funcional para o desempenho das atividades produtivas, mas bastante problemáticas para o convívio humano.

## 2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: TOMBAMENTO DOS ANTIGOS PRÉDIOS E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA

As questões acima abordadas levantam outra dimensão do papel mutante da espacialidade na sociedade contemporânea. Para Harvey (2006), se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo, para ele, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os tornem mais atraentes para o capital altamente móvel. Harvey acredita que as elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidade, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal e outras ações políticas, a fim de atrair o desenvolvimento para o seu espaço particular.

No caso específico do centro de Fortaleza, sob condições dessa acumulação mais flexível, o comércio “tradicional” da área central da cidade tem tido de enfrentar uma concorrência desigual que, para Iran Ribeiro (2001), ex-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza, se deve à abertura do país às empresas estrangeiras, ou seja, tem havido uma significativa perda de terreno do comércio de rua e lojas de departamento para os shoppings e supermercados. Além de avançadas formas de vender diretamente via internet, televisão ou porta a porta que estão sendo utilizadas pela indústria, outras transformações seriam a propagação do autosserviço das lojas de conveniências, a alteração do horário de funcionamento das lojas em função de novos hábitos e costumes dos consumidores, a mudança nas formas de crédito e débito - por exemplo, o cartão de crédito toma lugar do cheque e do boleto, além de novas necessidades familiares, como a utilização do telefone celular, televisão por assinatura e várias outras.

Com tudo isso, é importante lembrar que para o empresário Pio Rodrigues (2002), o centro de Fortaleza, em 2000, era o responsável direto por 8% de todos os impostos arrecadados em todo o estado no setor produtivo, constando 7.470 empresas que estavam cadastradas na Secretaria da Fazenda do Estado de Ceará. Já na Secretaria das Finanças do Município eram quase 10 mil empresas. Quanto ao número de lojas que operavam no centro,

estava em torno de 1.500 ativas, comparado ao Shopping Iguatemi, o maior da cidade, que tinha o equivalente a 240 lojas. A capacidade de transporte coletivo estava na ordem de 300 mil passageiros por dia. Outro dado se referia ao número de transeuntes, que circulavam nos principais calçadões do centro, que era de 80 mil pessoas por dia.

Daí a necessidade urgente de reivindicar dos governos estadual e municipal, por parte dos lojistas, uma política que possa modernizar e desenvolver o comércio do centro da cidade. Tal política deveria conjugar os serviços que o centro comercial da cidade oferece com o turismo. Desta forma, o estado e a capital cearense se tornariam mais competitivos nessas áreas em relação aos seus concorrentes no país e no exterior.

No sentido material, Zukin (2000) acredita que esse processo de inversão do sentido da paisagem pelos poderosos está articulado à recentralização do investimento global nas grandes cidades e à acumulação de capital nas áreas econômicas dominadas pelo setor de serviços. Ou melhor, para ele, o capital, no sentido simbólico, depende da capacidade que o capitalista tem de impor múltiplas perspectivas à paisagem e vendê-las para o consumo visual.

Isso tem sido proposto e tomado como um desafio pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Fortaleza. Desafio este que visa devolver à cidade seu centro, ao mesmo tempo, história, serviços, moradia, transporte, patrimônio, cultura e memória seriam elementos cuja finalidade ativaria a formação da identidade desse espaço tido como referencial (O POVO, 19 ago. 2001), pois se fala em requalificação do centro da cidade há mais de 15 anos, mas intervenções só tiveram efeito no início da década de 1990.

### **2.2.1 Ações e Agentes: a Ação Novo Centro e Panefor; Funcet e Secult**

Em resposta à constatação da insuficiência de ações isoladas e dirigidas para a obtenção de resultados em curto prazo, surge nessa mesma época a ONG Ação Novo Centro, entidade ligada à Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), a fim de promover o desenvolvimento do centro, fazendo a interface entre as instâncias públicas e privadas envolvidas na questão. Na iniciativa privada tem tido as seguintes parcerias: a Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Estado do Ceará (FACIC); Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) e outras entidades ligadas ao setor produtivo, cujo objetivo tem sido acompanhar, proteger, discutir e promover o movimento em Pró-requalificação do centro da Fortaleza. Esse tem sido um dos movimentos que se insere numa tentativa de reinvenção das cidades para o mercado mundial.

Além disso, a Ação Novo Centro de Fortaleza juntamente com o Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza (Planefor) têm tido caráter propositor e tem feito às vezes da sociedade civil organizada no Movimento Pró-requalificação do centro de Fortaleza. Ambas as associações funcionam no prédio da CDL, onde promovem sistemáticos e representativos fóruns de discussão, saindo de lá muitas das medidas urbanísticas executadas pelos órgãos públicos (O POVO, 19 ago. 2001).

Para Pio Rodrigues (2002), empresário e presidente da ONG Ação Novo Centro, dois pontos seriam significativos para a requalificação do centro da cidade. O primeiro deles seria começar falando da história da cidade. As ações partiriam de um trabalho de recuperação dos prédios e das fachadas históricas do centro, tendo elementos de complementaridade. Ou melhor, um trabalho integrado com o IPHAN, Prefeitura, Coelce, Ação Novo Centro, a universidade, através da escola de Arquitetura, e outros órgãos.

A Ação Novo Centro, conforme depoimento de Pio Rodrigues para o jornal “O Povo”, do dia 29 de abril de 2002, estava trabalhando durante mais de seis meses daquele ano, fotografando, pesquisando, levantando cada uma das 57 fachadas que tinham sido identificadas como resgate da história de Fortaleza. Esse projeto já tinha 27 levantamentos totalmente concluídos e o restante deles estava em andamento. Pio Rodrigues dizia também que ele tinha tido uma reunião com o secretário Nilton Almeida, da Secult, e que o empresário iria estar porta a porta com cada lojista, levando o projeto para que cada um recuperasse sua fachada mediante alguns incentivos. A Ação Novo Centro já tinha conseguido viabilizar o levantamento, a identificação e o projeto completo. Cabia no momento, a cada lojista e a cada cidadão de Fortaleza, contribuir. Isso era extremamente significativo porque essa ação mudaria o panorama do centro da cidade, resgatando a história da cidade de Fortaleza, por meio do patrimônio arquitetônico. Além do mais, ele dizia no depoimento: “Todos sabemos o que isso pode representar para um novo centro que se reencontra com sua história”.

O segundo ponto, para Pio Rodrigues, seria a questão da habitação. Ele achava que só se teria um centro realmente seguro, 24 horas por dia, quando o centro fosse habitado, porque, para ele, a habitação era uma defesa muito fácil de ser feita. Exemplificava por meio desta situação que o cidadão que trabalhava no centro era aquele que levava uma hora e meia para chegar ao Conjunto Ceará ou na Região Metropolitana de Fortaleza, em um ônibus que nem sempre viajava de maneira correta. Este cidadão poderia morar nas cercanias. Não queria dizer com isso que iria morar na Praça do Ferreira, mas poderia morar nas residências da Tristão Gonçalves, ou nas casas da Rua 24 de Maio, ou da Avenida Duque de Caxias - regiões que eram calmas e permitiam que o cidadão saísse e voltasse do seu trabalho a pé. Era preciso

lembrar que o centro talvez fosse o bairro que melhor estava atendido por serviços públicos. Existia, naquele momento, e haveria sempre, muito o que fazer pelo centro da cidade.

A participação das instituições envolvidas diretamente com o patrimônio material tem sido da seguinte forma, ou melhor, o Centro Histórico de Fortaleza tem contado com três níveis de tombamento: federal, estadual e municipal. Todos eles têm tido responsabilidades legais sobre o patrimônio edificado, pois o tombamento necessita do aval de especialistas ligados a órgãos oficiais. Assim, à 4<sup>o</sup> Superintendência Regional do IPHAN cabe o processo relativo aos bens de relevância nacional (Decreto - Lei n<sup>o</sup> 25, de 1937). Já o Departamento de Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura e Desporto de Estado (Secult) realiza o tombamento em nível estadual (Lei 9.109, de 1968). E a Prefeitura, através do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza (Funcet) se responsabiliza pelos bens de importância municipal (Lei 8.023, de 1998).

No município de Fortaleza, esses bens patrimoniais se encontram no centro da cidade porque, para José Campelo Filho, arquiteto e diretor da Funcet (O POVO, 24 fev. 2002), o centro de Fortaleza era a cidade antiga, que surge depois do pós-guerra, por volta da década de 1950, cuja área ainda tem sido delimitada por três *bulevares*, representados pelas avenidas Dom Manuel e Imperador (a oeste e leste) respectivamente, Avenida Duque de Caxias ao sul e, ao norte, pelo Oceano Atlântico (traçadas pela Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios, em 1875, elaborada por engenheiro Adolfo Herbster). Elas têm facilitado o tráfego da cidade e sido utilizadas para o descongestionamento do trânsito do centro de Fortaleza.

A Funcet, portanto, tem dividido esse centro em três zonas, divididas por sua vez em setores, localizando o que foi tombado e o que será proposto tombamento. O órgão já detectou 502 imóveis, classificados dentre os estilos eclético, neoclássico e *art déco*. O inventário do centro da cidade tem sido feito a fim de que a instituição possa definir uma ação de política cultural, porque ela não pode tomar todas essas casas, mas somente aquelas que são representativas. Também não vale apenas tomar um único edifício. José Campelo acreditava que essa preservação pontual tem sido um problema em nível federal. Isto deve ser evitado mediante uma política que possa melhorar zonas, caminhos e praças, porque o objetivo tem sido concentrar esforços para conservação patrimonial.

E vários projetos têm sido elaborados pela Funcet, indo de encontro a esse objetivo, principalmente em nível turístico. Campelo (2002) esclarece:

Treinamentos de guias (gente da terceira idade, jovens), treinamentos com turistas [...] Você hoje não sabe nem as ruas que são os patronos da sua cidade. Quem é Sena Madureira? Pois a ideia é que você chegue para um taxista e o cara possa dizer, naquela zona do Centro da cidade, [Dragão do Mar, ah sim, o Chico da Matilde, uma pessoa que lutou e tal...]. Ele pode gerar um conto que seja atrativo, vamos dar um material básico para eles.

Para José Campelo havia um sentido nesse trabalho. Ele achava que a história da cidade de Fortaleza não podia se apagar, porque não teria sentido a vida dele e nem a de ninguém. Ele mostrava uma fotografia ampliada para a entrevistadora do Jornal O Povo e falava da imagem da sapataria Belém que era do seu avô. Dizia que o avô era espanhol, e que ele tinha chegado à Fortaleza em 1903. Além disso, que essa casa ainda existia. “Eu chego lá e olho, e olho, e olho, parece que posso ver meu avô” (2002, p.7).

Quanto ao departamento da Secult, ele tem sido privilegiado, se comparado ao mesmo órgão da Prefeitura. O departamento tem oito profissionais, entre arquitetos, engenheiros, desenhistas e fotógrafos. Tem também conselho patrimonial, composto por representantes do IPHAN, da Universidade Federal do Ceará (UFC), da Universidade estadual do Ceará (UECE), Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e outras instituições. Mesmo com tudo isso, Mardônio Guedes, historiador de formação e gerente do departamento de patrimônio da Secult, empossado apenas há quatro meses naquele ano, achava, de acordo com o mesmo jornal, do dia 24 de fevereiro de 2002, que era pouco. “Precisamos ampliar a equipe para uma atividade mais intensa. Não devemos ter uma atuação somente em Fortaleza, mas em todo o Estado”.

Para Mardônio, a gestão dele ainda estava passando por uma fase de reelaboração que procurava intensificar uma diversidade de atuações, não somente nas edificações, mas também no patrimônio imaterial, no sentido de reforçar o trabalho de educação patrimonial, vendo as várias manifestações culturais, como por exemplo, o artesanato e a dança.

Ainda em relação ao patrimônio material (ou de pedra e cal), a Secult tem contado com o projeto Fortaleza Histórica, que tem visado à recuperação de algumas edificações, como o Forte Nossa Senhora da Assunção, as fachadas na Rua Doutor João Moreira e o Centro de Turismo. O projeto tem estado dentro de uma perspectiva de requalificação do centro, mediante um trabalho de recuperação de fachadas e de edificações de grande valor histórico e arquitetônico da cidade. Essa requalificação também consiste em valorização dessas edificações, além disso, numa etapa posterior, seria ressaltada a educação patrimonial. Isso porque, para Mardônio, o órgão governamental entende que o trabalho relacionado ao patrimônio não deveria se limitar apenas às intervenções físicas, mas procurar o engajamento

da população fortalezense na discussão do significado da preservação e quais políticas de preservação ela achava que seria prioridade a se desenvolver na cidade.

Além do projeto Fortaleza Histórica, a Secult tinha planos de recuperação do prédio da Coelce e da Associação Comercial. Mardônio Guedes dizia também estar pleiteando um recurso via Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) para intensificar esse trabalho e lhe dar continuidade. Até porque, para ele, toda política de preservação do patrimônio passava por uma política de gestão da cidade. A Secult, através dessa instância de peso econômico e de outras, tinha que promover ações que visassem organizar a cidade de Fortaleza, de forma sistematizada e integrada com a Funcet e o IPHAN, que trabalhavam com o patrimônio.

Para Mardônio (2002, p. 6-7), um caso de perda irreparável do patrimônio de Fortaleza, tinha sido a demolição do Centro Artístico Cearense, uma edificação de extrema importância em termos da memória para a cidade. Por isso, ele advertia:

O trabalho de preservação está, ultimamente, ligado ao engajamento da população na preservação desses espaços. Um tombamento é um elemento para garantir uma preservação, mais somente o tombamento não vai garantir que essa edificação seja preservada. O uso que é dado a esse espaço é extremamente significativo; um uso que tenha uma relevância para a sociedade e um trabalho das instituições que estão voltadas para a preservação.

Já para o presidente da 4<sup>o</sup> Superintendência Regional do IPHAN, Romeu Duarte, os órgãos oficiais tinham o inventário dos bens tombados pelo Estado do Ceará e Governo Federal, mas nada havia em relação ao município. Por isso, o IPHAN prestaria serviços de assessoria para coordenação técnica da Funcet, que contrataria os profissionais com a prefeitura.

Com o levantamento desse inventário, observava Duarte (2001), Fortaleza poderia se valer de programas como o Monumenta (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) e Urbes (Ministério da Cidade, IPHAN, Caixa Econômica Federal). Por exemplo, a Caixa Econômica Federal (CEF) já havia beneficiado a cidade de Sobral, no Ceará. Ambos os programas têm sido voltados à recuperação do patrimônio arquitetônico das cidades.

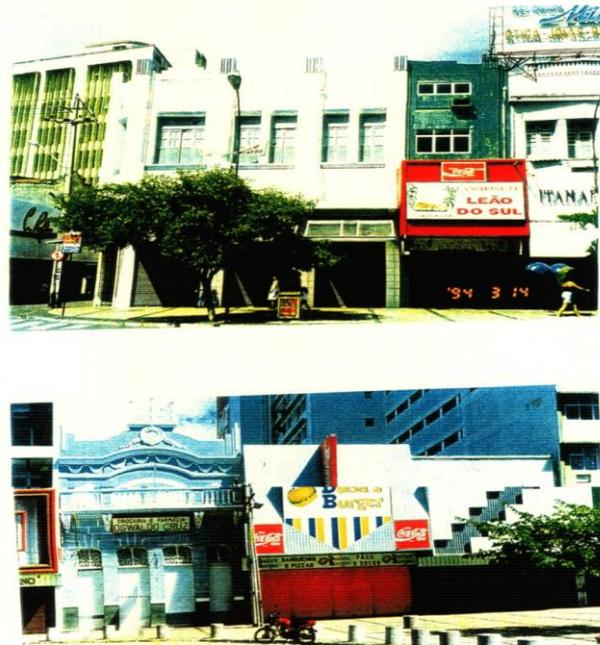
De qualquer forma, para Duarte, a ordem tinha sido procurar verbas para a recuperação do entorno da Praça do Ferreira, tida como o coração da cidade de Fortaleza. Para isso, o poder público já contava com apoio financeiro e articulação da CDL e da ONG Ação Novo Centro. Tanto o poder público quanto a iniciativa privada estavam em negociação com o Banco do Nordeste e a CEF, que tinha um Programa de Revitalização de Sítios Históricos, a

juros baixos e com grande prazo de carência. Além disso, para ele, os próprios proprietários das lojas podiam investir no projeto, pois sairiam ganhando com isso. Romeu Duarte, como observava a repórter do jornal o Povo (19 ago. 2001), sonhava com o dia em que os horrendos luminosos e placas que encobrem as fachadas originais do secular casario do centro da cidade saíssem de cena.

Essa política de embelezamento não se restringia apenas às fachadas dos antigos prédios do Centro Histórico de Fortaleza, mas também a outros equipamentos urbanos. Foi também no início da década de 1990 que edificações da área passaram a ser, de fato, recuperadas, como por exemplo o Theatro José de Alencar, prédio de 1910, reinaugurado em 26 de janeiro de 1991, após uma ampla reforma bancada na esteira das leis de incentivo fiscal criadas em níveis estadual e federal; e Praça do Ferreira, redesenhada sob encomenda da Prefeitura Municipal e entregue a população no dia 20 de dezembro do mesmo ano.

A respeito das praças do centro da cidade, a Ação Novo Centro (199?) conta com o Projeto de Requalificação do Centro cujas áreas pilotos têm sido a Praça do Ferreira e Praça dos Leões. Trata-se, portanto, de recuperar este sítio histórico e simbólico do centro de Fortaleza sob a ótica da melhoria urbana, de geração de investimentos privados e da criação de novos valores econômicos, elevando o grau de atividade e animação da área, que apresenta um potencial de desenvolvimento do ponto de vista paisagístico e econômico muito forte, que pode ser ativado através da articulação entre o poder público e a iniciativa privada, compreendendo um total de aproximadamente 180 imóveis, ocupando uma área de oito hectares (Fig. 4).

Figura 4 - Placas com luminosos nas fachadas de lojas do entorno da Praça do Ferreira



Fonte: Ação Novo Centro, 1999

Além dessas duas edificações urbanas, outro equipamento foi beneficiado por essa política do Governo do Estado. Desta vez foi a compra do prédio do Cine São Luís, pertencente à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF), na faixa de R\$ 670 mil, como atestavam a diretora geral do Centro de Estratégia de Desenvolvimento (CED), autarquia ligada à Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), Mônica Amorim, e o Secretário de Desenvolvimento Econômica da Prefeitura, João Alves de Melo.

Valorizado pelo fato de ultrapassar 1.315 lugares, ainda tem sido o mais antigo cinema da cidade, datado de 1958 e, por isso mesmo foi tombado como patrimônio estadual. De acordo com o depoimento de Mônica Amorim ao jornal O Povo, do dia 19 de agosto de 2001, as salas comerciais, que juntas totalizam 4.700 m<sup>2</sup>, viriam dar lugar ao Centro Digital, projeto inserido no Plano de Ação Ce@rá Digital. A rigor, a ideia era transformar o lugar em uma espécie de incubadora para novas e renomadas empresas privadas, ligadas à Tecnologia da Informação e Telecomunicações.

Além disso, para a secretária Mônica Amorim, essa iniciativa solucionava dois problemas relacionados ao edifício: primeiro, não só recuperaria inteiramente um prédio referencial da cidade, como daria a ele uma função dita nobre, sobretudo pelo caráter modernizado no processo de desenvolvimento da economia do estado. Ou melhor, para ela:

O setor da alta tecnologia agrega valor aquela área e atrai para o centro da cidade os nossos [cérebros], público dotado de conhecimento especializado e alto poder de compra. Queremos criar uma espécie de Distrito Industrial Vertical para empresas de *software*, de forma que os prédios do entorno, hoje ociosos, passem a ser visto como estratégicos pontos de negócios (O Povo, p.5, 19 ago. 2001).

Nesse sentido, para Zukin (2000) o enobrecimento redefine o significado social de um lugar especificamente histórico para um segmento do mercado. A descentralização densa redefine o mercado imobiliário em termos de um sentido de lugar. Os dois processos trazem implicações significativas para os valores de propriedade, em nível de emprego e outros fatores econômicos, que prometem corroer tanto o lugar como o vernacular, compreendidos como as construções dos sem poder.

Um detalhe a respeito disso foi que esse Centro Digital já tinha sido discutido entre os representantes do Planefor e da ONG Ação Novo Centro, que intercederam junto ao Grupo Severino Ribeiro para que o prédio do Cine São Luiz não fosse vendido à Igreja Universal, que se interessou por ele. Para João Parente, diretor do Planefor, em publicação do jornal O Povo, de 19 de agosto de 2001, “Achamos que não seria o melhor tipo de uso para aquele espaço”. Ele lembrou também o destino dado ao Cine Fortaleza, que foi fechado no final da década de 1990, e ao Cine Diogo, transformado em shopping Center - ambos eram cinemas do centro da cidade.

Para além das intervenções nas edificações e equipamentos centrais, ainda de acordo com o jornal, ambas as organizações pensavam em como movimentar o centro da cidade, sobretudo à noite. Para isso, havia o projeto de Animação Cultural no qual constariam shows mensais em praças públicas, concursos de novos talentos, passeios ciclísticos, desfiles de moda, encenações teatrais e gincanas histórico-culturais, com a participação das escolas públicas. Outro projeto, que contava com o apoio do jornal O Povo, era um encarte mensal sobre a zona central de Fortaleza. Ele foi lançado pela Ação Novo Centro e começaria a vigorar no dia 1º de setembro daquele ano.

Com todas essas estratégias, para João Parente o sucesso de revitalização da área passava diretamente por projetos imobiliários habitacionais. Dizia ele: “já temos um anteprojeto pronto, que prevê a compra de imóveis ociosos pela Prefeitura Municipal com recursos financiados pela Caixa Econômica Federal” (Os olheiros... O Povo, p.6, 19 ago. 2001).

### **2.2.2 A Revitalização: Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e Acuario do Ceará**

A Prefeitura Municipal de Fortaleza tem sido muito importante no processo de requalificação do perímetro central da cidade. Isso porque ela responde pelo Código de Obras e Posturas do Município, cabendo a ela a deliberação final sobre o uso e ocupação do solo urbano. De acordo com o secretário da Regional II (SER II), Alberto Oliveira, responsável direto pela administração de 20 bairros, dentre eles o centro, a Regional II tinha um projeto chamando Parque Pajeú, que era da Prefeitura junto com a iniciativa privada. De acordo com uma declaração do secretário ao jornal O Povo, de 19 de agosto de 2001, o projeto visava desapropriar a área ao longo do Riacho Pajeú, que seria urbanizado desde a Avenida Heráclito Graça. A ideia era que a iniciativa privada investisse na construção de edifícios residenciais. Para o secretário, somente quando se trazia moradia para o centro era que acontecia de fato uma revitalização. Lá, no entorno do Riacho Pajeú, existia todo um substrato para moradia, infraestrutura de água, luz, telefone, hospitais e escolas próximas. Outra coisa, para ele, “quando se passa a morar próximo ao seu local de trabalho ocorre a redução do número de viagens. Você não precisa tomar transporte coletivo. Isso é qualidade de vida em qualquer cidade” (PAULA, 2001. p.10)

Para o secretário, o projeto que mudaria a fisionomia do centro realmente era o Parque Pajeú, porque a partir dele a área passaria a ter moradia. Nos finais de semana a localidade era deserta. Então, era necessário que a iniciativa privada acreditasse e investisse no mercado imobiliário. Dizia-se que o prefeito daquele período estava aberto ao diálogo, embora tivesse que analisar toda e qualquer proposta que fosse viável e boa para os dois lados. Além do mais, não sabia que tipo de ocupação seria dada, nem mesmo o que deveria ser preservado no entorno do Riacho Pajeú. Também não podia especificar o prazo em que isso seria feito, porque a Câmara Municipal de Fortaleza ainda deveria votar.

Quanto à preservação do entorno do Riacho Pajeú, para Alberto Oliveira, isso cabia à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial (SMDT) e à Funcet. Nesse sentido, o Riacho Pajeú tem sido testemunha histórica da cidade de Fortaleza, pois dividiu e ainda tem dividido a cidade, restringindo-se atualmente a um fio de água que corre sob prédios e avenidas da Aldeota e deságua no Poço da Draga. Nos seus 4,7 km de extensão, enfrenta todos os tipos de degradação ambiental, desde o esgoto de casas e estabelecimentos comerciais, até o depósito de lixo e assoreamento (DIÁRIO DO NORDESTE, 12 mai. 2002).

Ainda em relação ao Riacho Pajeú, na Praça das Esculturas, ao lado da sede da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), um dos poucos trechos urbanizados, onde o riacho

tem corrido a céu aberto, o acúmulo de papéis e garrafas plásticas no leito dele chegava mesmo a entupir as galerias - lixo jogado pelos próprios pedestres.

Conforme o jornal, nem mesmo a manutenção feita por dois prestadores de serviço da CDL e dois funcionários da Prefeitura era suficiente para conter o depósito de lixo por comerciantes das imediações. Em dias de chuvas fortes, havia muita preocupação por parte dos moradores da vizinhança.

Um levantamento feito por técnicos da SER II em toda a extensão do riacho havia cerca de um ano (antes da publicação da matéria no jornal) foi incluído no projeto Ação Novo Centro, que seria desenvolvido em parceria pela prefeitura, CDL, Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb) e outros órgãos. Conforme a então chefe do Distrito de Meio Ambiente da SER II, Thereza Neumann, o projeto seria retomado ainda no ano de 2002 e seriam priorizados os pontos a serem trabalhados sem desapropriação.

Analisando as intervenções empreendidas pelo poder público e pela iniciativa privada, Pio Rodrigues achava que essas ações tinham sido bastante abrangentes, coletivas e democráticas. Para ele, o centro não era somente do lojista, do empresário, mas de toda a cidade, com referências para todos. Era por isso que a ONG estava agregando todas as entidades representativas - os órgãos, a universidade, os arquitetos, o patrimônio histórico, os grandes empreendedores e empreendimentos. Isso tudo para, de forma complementar, poder idealizar, sonhar e realizar um centro que completasse todas as faces da sociedade e que não fosse tendenciado para esta ou aquela questão. Isso envolvia as mais diferentes facetas.

Temos que pôr em discussão, já, já, a questão da nova Praça José de Alencar, que merece uma reflexão e deve ser resolvida. Estamos falando de futuro, porque defendemos que o Centro tem que chegar no mar, e as avenidas Tristão Gonçalves e Imperador e as ruas que possam chegar ao mar devem descer para o mar. Estamos falando nos belvederes que, a partir do Passeio Público, possam ser criados, com uma larga visão do mar. Estamos defendendo o Centro de Feiras e Negócios, que está ali próximo da Praia de Iracema. É um conjunto de ações (O POVO, p. 4, 29 mai. 2002).

Isso já havia sido previsto, pois, no o âmbito do Planefor, segundo João Parente, também vinha sendo discutido o projeto do Centro de Feiras e Eventos e Convenção, outra profunda intervenção pensada pelo Governo do Estado e que provavelmente se estenderia pelo trecho de armazéns antigos entre o Hotel Marina e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (O POVO, 19 ago. 2001).

Para Sousa (2000), O Centro Dragão do Mar tem sido apresentado como o carro-chefe de todo o movimento de modernização desenvolvido no sentido de capacitar a cidade de Fortaleza para competir no cenário de uma sociedade pós-industrial, em que o tempo livre vai se tornar maior e as pessoas têm sentido necessidade de mais e melhores oportunidades de vivenciarem o lazer e se informarem.

Localizado no perímetro do centro com a Praia de Iracema, local que marca as origens da cidade de Fortaleza, o complexo do Centro Dragão do Mar foi inaugurado em regime experimental em 7 de agosto de 1999. Ele custou mais de US\$ 20 milhões e ocupa uma área de total de 30.00 m<sup>2</sup>, dos quais, 14.500 m<sup>2</sup> são de área construída. Tem o efeito de uma “rua aérea”, expressão de Sousa, representada por uma passarela que interliga os quatro blocos que formam o conjunto.

Ainda conforme a descrição de Sousa, a conexão com a Praça Almirante Saldanha dá acesso a diversos bares e restaurantes, alguns deles funcionado em sobrados do início do século, recuperados pelo Projeto Cores da Cidade, uma parceria do Governo do Estado com a iniciativa privada, encerrado em 19 de janeiro de 2000, tendo recuperado 57 imóveis antigos nas cercanias do Centro Dragão do Mar.

As dimensões estéticas, a aparelhagem, o funcionamento público e as destinações em meio à nostálgica e boêmia Praia de Iracema do Centro têm sido alterados, desde os anos 1990, para se tornarem um polo de lazer e de turismo, frequentado predominantemente pela classe média de Fortaleza.

Ainda para Sousa (2000), existem várias críticas que questionam a construção do Centro Cultural na Praia de Iracema. Uma delas tem sido a de que esse conjunto arquitetônico, absolutamente novo, deporia contra a memória do lugar e contra o patrimônio histórico, por sua indiferença aparente à tradição dos sobrados e galpões do local, bem como ao passado portuário ali encerrado e ao uso cultural do lugar.

Outro ponto importante e que nos interessa é que o Dragão do Mar, com pouco mais de um ano de funcionamento, no mês de julho de 1999 já havia sido visitado por aproximadamente 360 mil pessoas. Para Sousa, o instituto se referia a uma perspectiva pós-moderna de sociabilidade, na qual a produção de bens simbólicos e a releitura do conceito de um público de consumidor de arte, redefiniram as vocações cearenses, surgindo a definição de Fortaleza como uma Global City, cujo nascimento seria vinculado a essas bases propostas.

È interessante notar que o Centro Dragão do Mar de inspiração pós-moderna tem sido capaz de guardar em si enquanto símbolo de uma sociabilidade, tantos sentidos polares como o provinciano e o moderno, o local e o global, a opulência e a pobreza. Para Sousa

(2000), o Dragão do Mar celebra a profusão de imagens e sentidos próprios da aceleração do tempo da metrópole.

Também o Centro Dragão do Mar, além do sentido de novo em que carrega a esperança de reconhecimento exterior e a satisfação do desfrute por parte dos seus visitantes; um shopping de cultura para Sousa, que afirma que há formas que insistem em não abandonar a cena urbana, há um mistério para ser desvendado através da compreensão do caleidoscópio que movimenta as formas do viver e a organização da cidade de Fortaleza como uma metrópole do semiárido. Enfim, através do que ela foi e do que aspira ser. Sousa toma o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura não como símbolo, mas como ícone, através do qual pode ser conhecida a modernidade fortalezense.

Na análise de Ireleno Porto, economista e doutorando em Geografia do Turismo pela Universidade de São Paulo, em publicação no jornal O Povo, de 17 de fevereiro de 2002, a dimensão e a complexidade do fenômeno urbano na capital cearense se refletem no seu vasto espraiamento territorial, no seu grande contingente populacional, no seu caráter de cidade multifuncional e no seu papel de cidade regional que extrapola o território cearense, implicando que o turismo seja um significativo vetor, embora não predominante para a produção e organização do espaço urbano, ao contrário de algumas outras situações. Existe uma estrada de mão dupla, uma pavimentação, uma sinergia entre turismo e desenvolvimento urbano.

Além disso, para Ireleno Porto, a revitalização de um centro implica em procurar novas funções para antigas edificações que poderiam ser polo de atração turística, principalmente de turismo cultural, compreendido como uma das atividades econômicas promotoras desta revitalização, através da recuperação de edificações, monumentos e prédios de valor arquitetônico e histórico (como tem sido possível demonstrar até o momento). Além disso, outros prédios mapeáveis podem abrigar concepções integradas de produção e de circulação de bens culturais e de atividades de lazer, como galerias, livrarias e cafés, que apresentem artistas locais. Isso despolarizará o turismo da monocultura de sol, praia e lazer, principalmente, noturno. Para ele, o turismo cultural compatibilizará, em muitos pontos, as estratégias da Ação Novo Centro e da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (Setur-CE), para diferenciação de produtos cearenses, resultando em reflexos sobre o aumento de tempo médio de permanência. Isso tem sido significativo para elevar as receitas monetárias do setor, bem como para fazer com que as práticas e os locais turísticos não mais continuem segregados à estreita faixa de praia, procurando outras praias e polos.

Para aumentar o tempo médio de permanência de turistas e visitantes na capital cearense, o Governo do Estado já construiu as bases da construção do Acquario do Ceará, com um orçamento de US\$ 150 milhões (sendo US\$ 45 mil do Tesouro Estadual e US\$ 105 mil de empréstimo do Ex-Im Bank), ou seja, pouco mais de R\$ 300 milhões, e com um custo de manutenção anual orçado em R\$ 14,4 milhões. O estudo do Instituto de Pesquisa e Estratégia, Econômica do Ceará (Ipece) tem previsto que o Acquario levará quatro anos e meio para ser pago, levando em consideração um cenário moderado, e o dobro do tempo, aproximadamente nove anos, com um cenário pessimista, somente com os turistas formais (pessoas que se hospedam na rede hoteleira). Mas, se forem somados ainda os informais (aqueles que ficam na casa de parentes e amigos, ou alugam *flats*, casas e apartamentos), a marca deve atingir cerca de três milhões de pessoas este ano de 2013 com efeito combinado de R\$ 675 milhões e R\$ 970,3 mil no valor adicionado, gerando 104,8 mil empregos. Sendo assim, o tempo para pagamento deverá ser ainda menor (O ESTADO, 07 dez. 2012).

O Acquario do Ceará pretende ser um equipamento com muitas funções, por exemplo: educacional, científico, turístico e de entretenimento (Fig. 5 e Fig. 6). Ele terá 21,5 mil metros quadrados de área construída e 38 aquários (tanques de exibição) com capacidade total para 15 milhões de litros. O Acquário terá também em seus quatro pavimentos, áreas de lazer, dois cinemas 4D, simuladores de submarino, equipamentos que proporcionarão interação entre público e aquários e túneis submersos que levarão os visitantes ao interior do tanque de tubarões. Uma grande fatia dos mil empregos diretos e indiretos estará relacionada ao setor da aquicultura ornamental: desde os pescadores artesanais que poderão se tornar fornecedores de peixes vivos para o Acquário Ceará - peixes estes que hoje são descartados por eles -, até os aquicultores, que hoje pretendem cultivar peixes marinhos em viveiros escavados em fazendas.

Figura 5 - Imagem externa do Acquario do Ceará



Fonte: [www.aquarioceara.blogspot.com.br](http://www.aquarioceara.blogspot.com.br)

Figura 6 - Imagem interna do Acquario do Ceará



Fonte: <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=265249&modulo=178>

O empreendimento, no entanto, tem encontrado um entrave relacionado à questão ambiental. Para Bismarck, secretário da Setor, o governo do Estado tem cumprido os procedimentos necessários para licenciá-lo (O ESTADO, 07 dez. 2012). Ele previa que ao final de 2014, o Acquario estaria pronto e seria um grande aglutinador de vários segmentos do turismo, único no Hemisfério Sul. Na reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), o Ministério Público entendia que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) deveria emitir a licença ambiental. No entanto, o órgão renunciou à atribuição, que acabou ficando com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Foram dois anos até isto ser decidido, e mais um ano para a secretaria obter a licença da SEMACE. Bismarck achava que essa discussão era um assunto vencido, pois a Setur tinha cumprido tudo o que os órgãos competentes haviam solicitado. Ele tinha certeza que, nos próximos dias, resolveriam a situação de modo apropriado.

Mesmo com isso, segundo o diretor do Ipece Flávio Ataliba (O ESTADO, 07 dez. 2012), o turismo tem tido uma capilaridade muito grande sobre toda a economia, pois por mais que os turistas fizessem suas compras em locais como shoppings, Mercado Central ou Feirinha da Beira Mar, quem trabalha com estes estabelecimentos teriam mais recursos, que seriam gastos no comércio local como um todo.

Régis Medeiros, vice-presidente da Associação Brasileira da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do Ceará (ABIH-CE), dizia acreditar que o equipamento Acquario teria o poder de atração anunciado pelo Governo do Estado (O POVO, p.11, 07 dez. 2012): “Uma vez, tive acesso aos dados sobre o impacto do Ocenário de Lisboa e sei que o do Ceará será um diferencial para o Estado, [assim como foi e é o Beach Park até hoje]”.

É nesse contexto que se pode situar melhor o esforço das cidades para forjar uma imagem distinta e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que atue como um atrativo tanto para o capital quanto para pessoas do “tipo certo” (HARVEY, 2006). O aumento da competição entre lugares deveria levar à produção de espaços mais variados no âmbito da homogeneidade da troca internacional. No entanto, na medida em que essa competição transforma as cidades em sistemas de acumulação, acaba sendo produzida a chamada monotonia “serial” e “recursiva”, gerando a partir de padrões ou moldes já conhecidos, lugares em diferentes cidades (BOYER, 1988 apud HARVEY, 2006).

Ainda para Harvey, é exatamente nesse ponto que encontramos a reação oposta, que pode ser mais bem resumida como a busca de identidade coletiva ou pessoal, à procura de comportamentos seguros num mundo cambiante. A identidade de lugar se torna uma questão importante nessa colagem de imagens superpostas que implodem em nós, porque, para ele, cada um ocupa um espaço de individuação (um corpo, um quarto, uma casa, uma comunidade plasmadora, uma nação) e porque o modo como nos individualizamos molda a identidade. Para o autor, fica a questão: se ninguém conhece o seu lugar nesse mutante mundo colagem, como é possível elaborar e sustentar uma ordem social segura?

### 2.3 DIFERENTES VERSÕES DO PATRIMÔNIO: O CASO DOS MORADORES DO POÇO DA DRAGA

Essas intervenções têm gerado discursos e depoimentos formadores de opinião sobre os processos urbanos em Fortaleza cujo conteúdo tem sido representado pela ideia de uma cidade desfigurada pelas transformações rápidas que têm tornado zonas residenciais em espaços para fins de atividades de comércio e lazer (BARREIRA, 2001a). Tomamos como exemplo a situação dos moradores do Poço da Draga. Nesse sentido, nosso interesse por esse grupo se deve ao tratamento dado pela mídia jornalística (Fig. 7) e televisiva de Fortaleza, que tem acompanhado e informado, por meios de seus relatos, a história das várias tentativas de remoção desses sujeitos do bairro centro, na divisa com a Praia de Iracema. O fato é que o caso desses moradores tem envolvido questões patrimoniais devido ao fato de estarem numa área do Centro Histórico (a qual, por sua vez, deveria estar sob a proteção dos órgãos governamentais). Assim, a situação dos moradores do Poço da Draga tem nos sensibilizado para refletir a temática do patrimônio cultural, tomando como perspectiva uma abordagem antropológica, que visa pensar as tensões existentes entre as diferentes enunciações do que vem a ser patrimonizável, dos usos do patrimônio e da memória do entorno do patrimônio.

Figura 7 - Matéria jornalística sobre o Poço da Draga



Fonte: Diário do Nordeste (p.12, 08 mai. 2001)

Isso posto, cabe aqui apontarmos também as diferentes formas de evocar o passado indicadas por Barreira (2001a). Ela considera que o passado pode ser visto sob a óptica de um

tempo mítico e sem retorno, ou como um tempo vivido em continuidade com os usos contemporâneos do espaço urbano, ou seja: “Com isso quero dizer que ‘a história ou a memória da cidade’ materializada no conceito de patrimônio expressam versões diferentes ou visões de um imaginário urbano nem sempre convergentes” (BARREIRA, 2001a, p. 30).

Esses pressupostos acima nos permitem descrever e analisar o caso dos moradores do Poço da Draga. Assim, nos primeiros meses de 2001, de acordo com Linda Gondim (2008), a imprensa de Fortaleza passou a veicular notícias sobre o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (CMFE), um megaempreendimento do Governo do Estado do Ceará a ser construído na porção inicial da Praia de Iracema, em área ocupada pela favela Poço da Draga. O projeto, com custo estipulado em R\$ 200 milhões foi elaborado por quatro consórcios, envolvendo 14 escritórios de arquitetura, professores da Universidade Federal do Ceará e consultoria internacional, e seria executado pela Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A área do terreno seria aumentada por um aterro marítimo de 19 hectares, aspecto que motivou severas críticas de ambientalistas. A área construída seria de 55 mil metros quadrados, incluindo um teatro para mil pessoas, auditórios, espaços para exposições, quadras esportivas e jardins (Fig.8).

Figura 8 - Planta do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras



Fonte: Jornal O Povo (p.4, 04 abr. 2002).

Além da área onde habitava a comunidade do Poço da Draga, cinco áreas foram sugeridas, na época, como locais ideais para a construção do Centro Multifuncional. Dentre elas, as áreas na Praia do Futuro; 10° GAC, no Bairro de Fátima; Cervejaria Astra, no Bairro do Papicu; Fazenda Uirapuru, no Castelão; e pátio da RFFSA, no centro. Esses locais foram descartados por motivos variados. No entanto, dois motivos se destacaram como principais, um deles foi o alto custo para a desapropriação, o outro foi a dificuldade de remover moradores daquelas áreas, porque em cada local não haveria disponibilidade de uma área de 15 mil metros quadrados no centro.

Devido às críticas feitas por ambientalistas, o retorno social da proposta foi avaliado, assim como o acesso ao local, porque se afirmava que existiria um “estrangulamento” da Praia de Iracema. E, na avaliação do arquiteto Renato Pequeno, Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), com esse Centro de Feiras, o acesso poderia ser ainda mais dificultado.

O grande impacto do projeto consiste na lógica de concentração de investimentos numa mesma área, o que deve agravar os problemas no trânsito e modificar todo o sistema viário. Isso gera um impacto social e não há um aproveitamento dos espaços, ficando a visão de uma cidade pequena. (DIÁRIO DO NORDESTE, p. 8, 29 ago. 2001).

Como coloca Jesualdo Pereira (coordenador dos estudos, que analisa a viabilidade da construção do Centro Multifuncional pela Associação Técnica-Científica Engenheiro Paulo de Frontin - ASTEF), os integrantes do projeto acreditavam que a cidade só tinha a ganhar. Ele afirmava não haver concentração de investimentos públicos com equipamentos na Praia de Iracema. Para ele, a Praia de Iracema estava se degradando. Com a construção desse Centro Multifuncional, ela e o “corredor da Monsenhor Tabosa” se reintegrariam ao turismo. Por isso, deveriam receber tratamento urbanístico adequado. Os outros locais apontados como áreas possíveis para o empreendimento foram inviáveis, por exemplo: O parque da RFFSA, que apresentou inconvenientes para expansão futura devido ao Cemitério São João Batista. O Mucuripe, por sua vez, é zona industrial por decreto (O POVO, 04 abr. 2002).

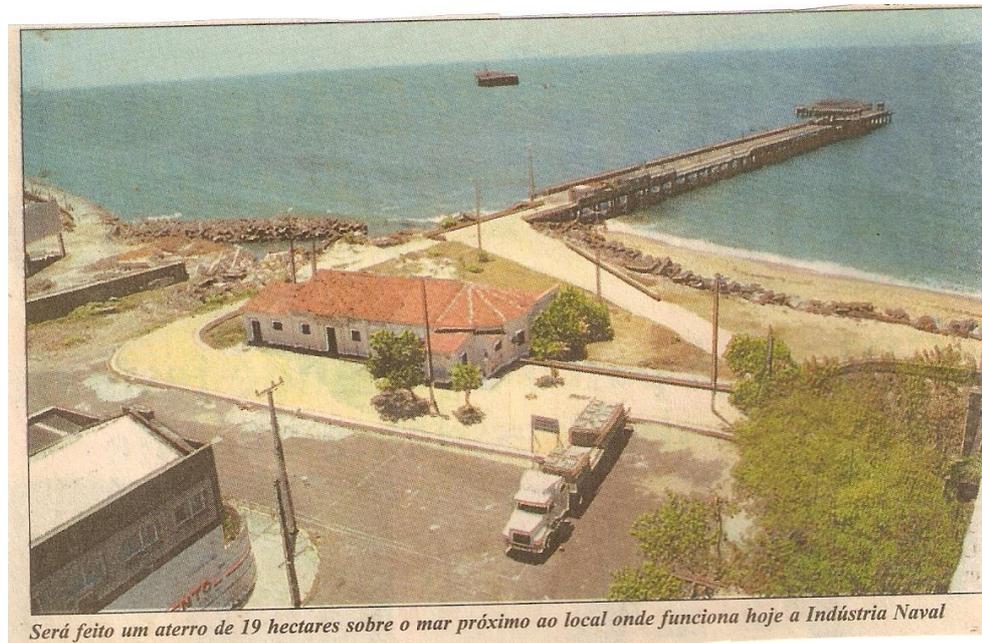
Não havia discórdia quanto à necessidade de se construir o Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará. Para o professor da Universidade Federal do Ceará, José Sales, a construção de tal Centro de Eventos era vista como revitalizadora. Ele achava, entretanto, que com a extinção do Instituto de Planejamento do Município (IPLAM), em 1990, Fortaleza tinha ficado sem planejamento, desta forma, passando a facilitar a privatização parcial da

Praia de Iracema. Quanto ao centro da cidade, este permanecia esquecido nos planos de urbanização, desde 1969. Um dos pontos criticado por Sales (2002, p. 8), era a vista para o mar, ou seja, para ele, uma edificação a sete metros do nível do mar: “Barra totalmente a linha de visibilidade da cidade. Será um impacto visual muito forte para quem está em Fortaleza. Se querem devolver a cidade para o cidadão, então é preciso voltar à maritimidade e não impedir o acesso ao mar”.

Quanto à questão do transporte, o geógrafo Borzacchiolo achava que era uma questão importante, porque as pessoas não iriam a pé para o equipamento. Elas se deslocariam de ônibus ou em automóveis. Além do mais, teria de se levar em conta a própria função do empreendimento, que era de feira, logo, veículos de carga pesada circulariam pelo local, ou seja, “Carretas vão trafegar para chegar à ilha”. Ele também questionava a má utilização da Praia do Futuro, no sentido de que poucas intervenções públicas eram investidas no local, onde se tem concentrado os novos hotéis, como o Hotel Vila Gallé. Por isso, ele também temia a concentração de atividades no local. O Geógrafo lembrava que o centro da cidade estava de fato degradado, mas que era preciso discutir as intervenções, pois muitas delas até aquele momento tinham sido ineficazes.

Além do mais, para Borzacchiolo, a desinformação o assustava porque até a Prefeitura de Fortaleza não estava a par dos impactos ambientais e sociais. Para ele, havia uma inversão. E se perguntava porque não havia sido feito primeiro a Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente (RIMA). Ele achava estranha a escolha do Poço da Draga porque a Fazenda Uirapuru dispensava desapropriações. Ou melhor, para ele, a equipe técnica estava fechada. E acrescentava que era preciso se ter certeza de que a área apontada era a ideal (Fig. 9).

Figura 9 - Local que deveria ser aterrado para a Construção do Centro Multifuncional



Fonte: Diário do Nordeste (p.10, 28 ago. 2001)

É importante dizer que o Centro de Feira, no Poço da Draga, teria de se adequar ao Plano Diretor de Transporte pensado para a cidade, que se encontrava em fase adiantada. Para o secretário de infraestrutura de Fortaleza, Joaquim Neto, a questão mais grave era realmente a viária. E mais, ele alegava a falta de um relatório para descrever os impactos do transporte no local e em outras regiões no sentido leste-oeste. O arquiteto Fausto Nilo acreditava que com o projeto de construção desse centro se poderia apoiar um processo de “reconfiguração da paisagem central”, que traria inegáveis benefícios para a sociedade e para o segmento turístico. Mas isto só aconteceria se a prefeitura quisesse.

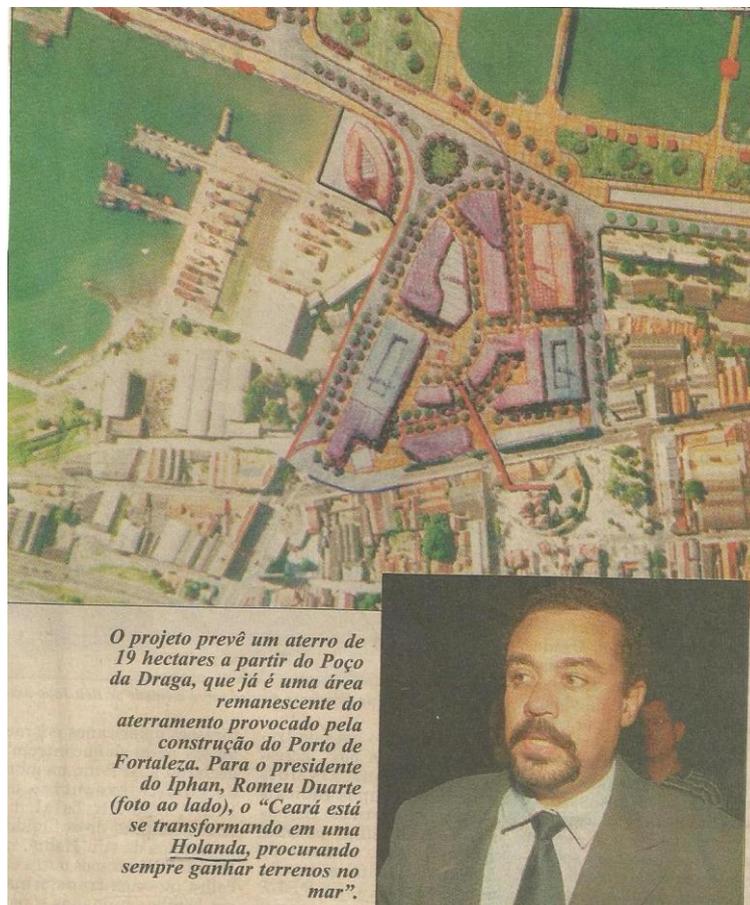
Mônica Barroso, defensora pública, criticava o “megaprojeto” que ficou durante dois anos nas “catacumbas”, ou seja, queria saber o custo financeiro e a origem do dinheiro, pois, para a profissional (2002, p. 4): “O princípio da administração pública é a transparência. Preocupo-me com o impacto social. Não me interessa ser cartão postal se eu não estiver feliz na minha cidade [...] Por que a obra é prioritária se faltam também escolas e hospitais?”.

A escolha do Poço da Draga teve a ver com a necessidade de revitalizar a área urbana do centro da cidade e adjacências. Ao mesmo tempo, pretendia-se aproveitar as atividades do Centro Dragão do Mar da Arte e Cultura. Ou seja, de acordo com depoimento de Fausto Nilo (2002, p. 8) para o Jornal O Povo, o projeto deveria:

Retirar os moradores do Poço da Draga e aterrar o mar para a construção do Centro Multifuncional, sairá três vezes mais barato que as demais opções estudadas no projeto. Ele não sabe informar em valores o que isso representa. A opção pelo Poço da Draga foi apropriada ainda pelo fato de ser próxima ao Dragão do Mar e da Monsenhor Tabosa; estar no ponto histórico da fundação da cidade; permitir a proteção e realce das arquiteturas históricas da áreas e potenciais benefícios; além de ser uma área de 1.800 metros de frente para o mar.

Estranhamente eram esses os critérios que deveriam ser desfavoráveis à construção de tal empreendimento. Por que, então, intervir num local considerado o ponto histórico da fundação de Fortaleza? O que isso significa para o patrimônio dessa cidade? É importante lembrar ainda que, o então Coordenador Regional do IPHAN, Romeu Duarte (Fig. 10), chegou afirmar que o Poço da Draga era uma área remanescente do aterramento provocado pela construção do Porto de Fortaleza. Duarte (2001, p. 8) dizia: “Em virtude de uma disfunção urbana, a área foi abandonada e as localidades que ficam entre os armazéns e o mar foram ocupadas por pessoas que não tinham onde morar”.

Figura 10 - Coordenador Regional do IPHAN, Romeu Duarte



Fonte: Diário do Nordeste (p.8, 19 ago. 2001)

Numa perspectiva histórica, foi na circunscrição da área ocupada pela Comunidade Poço da Draga que se desenvolveram, a partir do início do século XIX, operações portuárias que na década de 1940 entraram em decadência, devido à construção do Porto do Mucuripe, à Leste da cidade (quanto a isso, podemos dizer que a história do Poço da Draga tem estado ligada à História de Fortaleza e vice-versa - Fig. 11). No final da década de 1990, a área passou a ser objeto de um processo de requalificação, sobretudo após a inauguração do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, construído nas proximidades, no âmbito de uma política cultural voltada para a promoção turística e do lazer (GONDIM, 2006 apud GONDIM, 2008). Nesse contexto, o CMFE permitia consolidar a vocação turística da Praia de Iracema e da cidade, contribuindo ainda para a “revitalização” do centro de Fortaleza (CEARÁ, 2002 apud GONDIM, 2008).

Figura 11 - Matéria jornalística sobre a História do Poço da Draga



Fonte: Diário do Nordeste (p.12, 08 mai. 2001)

A Comunidade do Poço da Draga tem morado no local há mais de 50 anos (CEARÁ, 2002 apud GONDIM, 2008, p.100-111), e, em 2001, era constituída por cerca de 2.100 pessoas, distribuída em 300 domicílios, segundo o cadastro realizado pela Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA, 2001). Formada eminentemente por pescadores, ao longo do tempo ela diversificou-se, mas manteve laços de parentesco, amizade e vizinhança (Fig. 12).

Figura 12 - Imagem da comunidade do Poço da Draga



Fonte: O Povo (p.8, 26 mar. 2002)

Linda Gondim (2008) lembra ainda que não era a primeira vez que a comunidade se defrontava com a possibilidade de remoção. Em 1963, o Plano Diretor de Fortaleza, elaborado pelo urbanista Hélio Modesto - documento que serviu de referência ao projeto do CMFE - propunha a retirada da “favela” para a implantação de um “centro cívico”. Essa proposta não se concretizou, mas a ameaça renovou-se várias vezes, evidenciando que o crescimento econômico, o mercado imobiliário e as próprias políticas públicas caminhavam na contramão do atendimento ao direito à cidade, em geral, e à habitação, em particular.

Outra ameaça veio na década de 1980. Dessa vez foi o setor privado que investiu contra a favela: a Indústria Naval do Ceará (INACE), estaleiro criado em 1969, expandiu sua instalação em parte da área ocupada pelo Poço da Draga, acarretando a expulsão de vários moradores. Alguns destes, para Gondim, compraram casas em outra parte do assentamento; outros foram removidos para o Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza. A ação da INACE, além de atingir várias habitações, dificultou o acesso à praia, que na época constituía importante fonte de renda para a comunidade.

Em 1994, foi a Prefeitura Municipal de Fortaleza quem pretendeu removê-la, com um projeto denominado Rua 24 Horas, cuja realização implicaria a retirada dos moradores do Poço da Draga, muitos dos quais cadastrados junto à Delegacia de Patrimônio da União. Desta vez, a intervenção proposta encontrou resistência ativada. Expressando a nova política que se gestara nas mobilizações da década anterior, a comunidade estava organizada na

Associação dos Moradores do Poço da Draga e contava com a assessoria do Centro de Defesa e Proteção aos Direitos Humanos (CDPDH), ONG ligada à Arquidiocese de Fortaleza, como afirma Linda Gondim (2008, p. 101).

A fim de se contrapor à ameaça de expulsão, a associação entrou na Justiça com uma ação de Interdito Proibitório. A Prefeitura, então, resolveu negociar propondo a transferência dos moradores para um conjunto habitacional a ser construído nas proximidades. O prefeito eleito em 1996 descartou não só o projeto Rua 24 horas, como a construção do conjunto habitacional prometido aos moradores do Poço da Draga. A ameaça de remoção retornou, motivando a retomada da ação judicial, sustada durante as negociações com a gestão municipal anterior. Desde o final da década de 1990 a Associação de Moradores solicitou ao governo federal, por intermédio do Departamento de Patrimônio da União, a concessão do direito real de uso da área ocupada, mas, até o presente, não foi atendida.

Em 1998, novamente a comunidade atraiu a atenção dos gestores e do setor empresarial, devido à construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC). Por ocasião da elaboração do Plano Estratégico de Fortaleza, promovido por empresários com a colaboração do governo estadual, foram realizadas várias reuniões, ao longo de 2001 e 2002, com vistas a equacionar problemas criados ou agravados no entorno do centro cultural: trânsito caótico, poluição sonora, predomínio de usos comerciais (bares, restaurantes e casas de *show*) sobre usos culturais (teatros, galerias de arte etc.), ocupação desordenada do espaço público, aumento da delinquência e da prostituição infanto-juvenil. Representantes do Poço da Draga manifestaram seu temor de que a valorização turística e imobiliária da área implicasse o recrudescimento das ameaças de remoção (GONDIM, 2001 apud GONDIM, 2008).

Ao mesmo tempo, afirmavam o seu direito de permanecer no local, argumentando que teriam a concessão do direito real de uso - como se a mera solicitação bastasse para assegurar a posse. Na verdade, de acordo com a socióloga, o mais provável é que essa relativa segurança decorresse dos fortes vínculos sociais e espaciais desenvolvidos na luta cotidiana pela sobrevivência e pela permanência num local especulado, pela acessibilidade ao mercado de trabalho e aos serviços e equipamentos urbanos, e por instalação de equipamentos turísticos e de lazer, considerando aspectos paisagísticos e a proximidade de áreas requalificadas.

Sobre o Plano Estratégico de Fortaleza, é importante ressaltar que ele contou com a participação do IPHAN, por meios do Grupo de Trabalho Cultura e Identidade, responsável pela montagem do mesmo, sendo patrocinado pela Câmara de Dirigentes Lojistas, com o apoio da Prefeitura de Fortaleza e do Governo do Estado (RELATÓRIO DO IPHAN, 1998).

O plano, que remete aos interesses desses agentes, pode ser compreendido por meios do conceito de estratégia, elaborado por Certeau (2012). Assim, estratégia significa um conjunto de práticas que articulam espaço e poder. Essa prática cria delimitação física, no caso, a própria demarcação do Centro Histórico de Fortaleza, através das quais o poder tem se distribuído e tem se consolidado. Portanto, Certeau (2012, p. 99) chama de estratégia:

O cálculo [ou manipulação] das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica] pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças [os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos da pesquisa, etc.]. Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.

Além disso, a “estratégia”, interpretada por Leite (2004), como “algo próprio” significa uma autonomia ou estabilidade espacial sobre as circunstâncias ou efemeridade temporais. Ou melhor, ao circunscrever certo lugar, o qual conquista para si, a estratégia se afirma como poder especializado e implica a construção de uma visão totalizante, um panóptico, ou para compará-lo com uma “paisagem de poder” (ZUKIN, 2000).

Devemos observar aqui que, em se tratando dessas diferentes versões do patrimônio, Zukin elabora um conceito que parece ser bastante revelador. Ele usa o termo vernacular para se referir à construção tanto dos edifícios quanto das relações sociais feitas pelos desprovidos de poder, em contraste, e frequentemente em conflito, com a paisagem imposta pelos detentores do poder. Dessa forma, em contraste com a arquitetura faraônica do Centro Dragão do Mar, ou mesmo com outras edificações de valores históricos, temos as pequenas casas dos moradores do Poço da Draga. Para Zukin, há sempre alguma tensão entre o que as instituições poderosas, entre elas, o Estado, querem construir em razão da honra, da glória e do lucro, e as criações dos sem poder. O vernacular dos desprovidos de poder, para ele, sempre atrapalha a expansão dos poderosos; ele contesta a expansão física e econômica destes e o espaço social para sua autoexpressão.

Além disso, um exemplo de Zukin (2000) é bem apropriado no momento. Ele imagina que, se o centro de São Paulo fosse reestruturado para se tornar um centro financeiro e cultural, os “baianos” que agora se encontram próximos da Catedral da Sé seriam forçados a se mudar para outro lugar. Numa sociedade democrática, os “baianos” poderiam ser forçados

a se retirar por uma lei que estabelecesse que a catedral, as escadarias e a praça em frente fossem todas consideradas um “monumento histórico”. Assim, ainda para Zukin, nenhum “baiano” poderia usá-las como um espaço público vernacular. A catedral se tornaria um espaço público numa paisagem dos poderosos, como o foi historicamente, e os “baianos” seriam “realocados” em uma nova paisagem dos poderosos, definida pela memória histórica, pelo medo dos pobres e negros e pelo poder econômico. Essa hipótese acrescenta uma ideia que possibilita pensar a situação dos moradores do Poço da Draga.

Ainda, para a análise proposta aqui, outro conceito importante elaborado por Certeau (2012, p. 100) é o de tática, definida, ao contrário da estratégia, como:

A ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e observável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita a “ocasião” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva, este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Explicitados esses conceitos, consideramos a indicação feita por Leite (2004) a partir de sua interpretação da leitura de Michel de Certeau. Nesse sentido, ele afirma que Certeau oferece uma pista para repensar as formas de dissensões relativas aos usos do espaço urbano. Ou seja, Proença deduz que quando Certeau faz a distinção entre estratégia e tática, ele permite aferir distintas maneiras de atribuição de sentidos.

Por outro lado, também relevante para esse estudo, Proença destaca Jameson (1997), que afirma que o passado tem sido apropriado na forma alterada dos lugares políticos da cultura. Essa ideia permite repensar a construção desses lugares, especificamente a Comunidade do Poço da Draga, no contexto urbano contemporâneo a partir dos usos e contrausos que se fazem dos espaços enobrecidos. Desse modo, em áreas que passam por processos de *gentrification*, esses usos podem alterar a paisagem e imprimir outros sentidos às realocações da tradição e aos lugares nos espaços da cidade. Essas significações, observada

por Jameson, ou contra-sentidos, que diferem daqueles esperados pelas políticas urbanas, contribuem para uma diversificação dos atuais sentidos dos lugares.

Por todos esses elos, a Comunidade do Poço da Draga ainda tem permanecido firmemente no lugar, porque a construção do CMFE não chegou a ser concretizada no mandato do governador eleito para o mandato de 2003-2006, e foi descartado pelo seu sucessor, em 2007. Não se sabe ao certo o destino dos moradores do Poço da Draga, que permanece incerto no momento, mesmo estando incluídos no Programa de Regularização Fundiária da Prefeitura de Fortaleza. Esses moradores enfrentam uma nova ameaça de remoção atualmente, em decorrência da construção de Acquário do Ceará - outro megaprojeto turístico do governo estadual (GONDIM, 2008).

### **3 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS PRÁTICAS CULTURAIS DOS MORADORES DO POÇO DA DRAGA NO ESPAÇO DO CENTRO DE FORTALEZA**

Depois de expor o debate em que se discute a problemática do patrimônio cultural em nível institucional e governamental, indicando sua tensão e divisão entre patrimônio material e imaterial, no Capítulo I, e de procurar demonstrar as diferentes versões do patrimônio e da memória relacionadas ao caso dos moradores do Poço da Draga, no Capítulo II, é importante destacar, no Capítulo III, que os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida em que as transformam em patrimônio (GONÇALVES, 2007).

Para o antropólogo, transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de representação que funda a memória e a identidade de uma comunidade ou país. Nesse sentido, os diálogos e as lutas em torno do que seria o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de patrimônio, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e à memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes na luta por reconhecimento social e político no espaço público. Ou melhor, para Gonçalves (2007), na medida em que se torna público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada, altera-se as fronteiras entre um e outro domínio, modifica-se a posição em relação a interlocutores situados no espaço público.

Ainda em referência a esse autor, tomamos um enfoque diferente das discussões de ordem normativa e programática, e adotamos uma perspectiva que visa compreender o patrimônio como categoria de pensamento. Desse modo, Gonçalves (2003) acha que não podemos responder qual a melhor opção em termos de políticas públicas de patrimônio, mas podemos apontar para a dimensão universal dessa noção; assim, talvez, possamos iluminar as razões pelas quais os indivíduos e os grupos, em diferentes culturas, continuam a usá-la. Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, suas variadas representações parecem confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural. Ao que parece, para ele, estamos diante de um problema bem mais complexo do que sugerem os debates políticos e ideológicos sobre o tema do patrimônio, como foi possível entender nos capítulos anteriores.

Quanto à forma de autoconsciência sugerida por Gonçalves, outros autores como Silveira e Bezerra apontam no artigo intitulado “Educação patrimonial - perspectivas e dilemas” que é preciso que a participação dos grupos sociais vinculados aos bens por intermédio de práticas sociais e simbólicas cotidianas seja levada em consideração, a fim de que os mesmos reflitam acerca do valor que a sua cultura (atual ou ancestral) representa para contextos culturais mais amplos, em um sentido nacional e internacional. O problema reside no fato de que, por vezes, tais grupos sequer são ouvidos em seus anseios acerca dos destinos de seus patrimônios. Ou seja, para eles:

As pessoas [vivem o lugar] onde os mesmos existem como parte do cenário de suas paisagens de pertença, independente do que pensam os profissionais do campo do patrimônio, que, igualmente, têm tido dificuldades em ouvir outras áreas de conhecimento a quem o patrimônio também interessa (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p.88).

Silveira e Bezerra também afirmam que a noção de patrimônio é polissêmica. Por isso, é importante considerar as complexas nuances histórico-culturais envolvidas no fenômeno da (i)materialidade das paisagens do outro, sejam centros históricos – como é o caso do Centro Histórico de Fortaleza – ou outras denominações espaciais, como a própria delimitação da área na qual residem os moradores do Poço da Draga.

Dessa forma, antes de serem bens de caráter nacional voltados para as experiências turísticas, as paisagens patrimoniais seriam aqueles “lugares praticados” nos quais esses moradores têm realizado as suas atividades cotidianas de forma a manterem viva sua herança cultural (CERTEAU, 2012). Esse acervo comum não diz respeito apenas às coisas materiais, mas também a um conjunto de imagens e de ideias compartilhadas que dinamiza o “espírito do lugar”, ao mesmo tempo em que, segundo Halbwachs (1990), a elasticidade da memória coletiva – a memória enquanto espaço fantástico – revela o jogo sutil entre lembrança e esquecimento como algo relevante para os moradores (ROCHA; ECKERT, 2005 *apud* SILVEIRA; BEZERRA, 2007).

### 3.1 O BAIRRO CENTRO E A RELATIVA (IN)VISIBILIDADE DO POÇO DA DRAGA

#### 3.1.1 Localização geográfica do Poço da Draga

Conforme informações oficiais do Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009), o Poço da Draga situa-se no

perímetro da área central de Fortaleza, cujos limites territoriais do bairro são considerados em função da sua história de ocupação, da atuação dos diferentes órgãos públicos municipais e de características sócio-espaciais. Assim, a sul, a Rua Antônio Pompeu, em seu trecho, entre as ruas Padre Ibiapina e Rua João Cordeiro. A leste, a Rua João Cordeiro, até atingir a Av. Monsenhor Tabosa, quando este limite se estreita em direção ao Complexo Dragão do Mar e a Praça Almirante Saldanha até o Poço da Draga. A Oeste, a Padre Ibiapina e seu prolongamento para a Av. Filomeno Gomes, até seu encontro com a orla marítima. A Norte, a linha férrea a partir de seu cruzamento pela Rua Senador Jaguaribe até a Praça dos Mártires, e a partir daí a orla marítima até o Poço da Draga.

Figura 13 - Mapa de demarcação do bairro Centro



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2009, p.41)

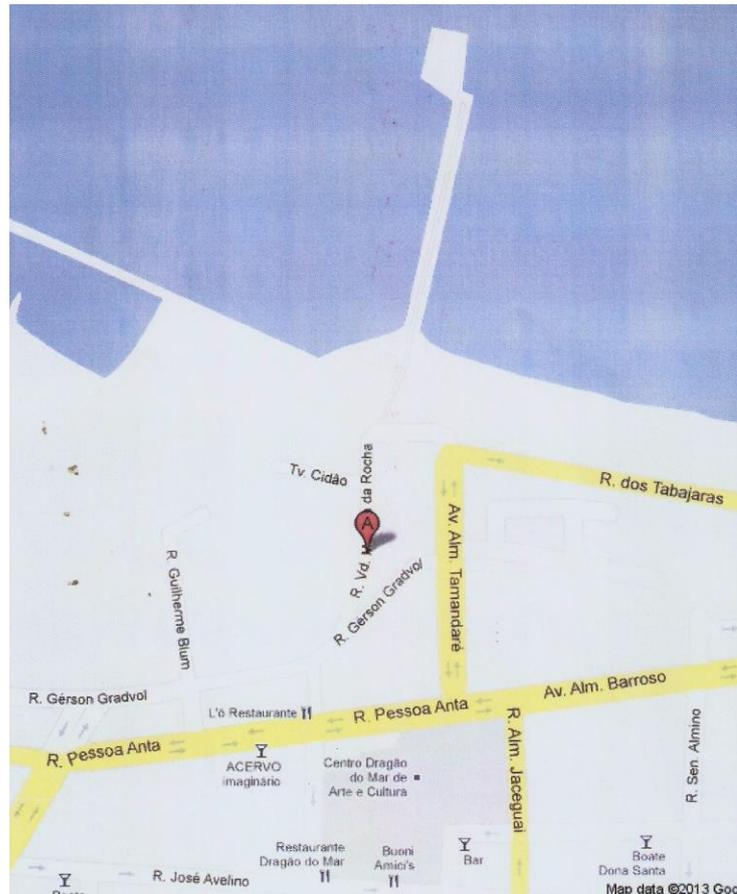
O mapa do Centro tem a forma de um polígono (Fig. 13), com uma superfície de 486 hectares. Ele faz divisa com os bairros de Jacarecanga e Farias Brito a oeste, Benfica, José Bonifácio e Joaquim Távora a sul e Aldeota, Meireles e Praia de Iracema, a leste. Desde o início o território constitui o Centro da cidade, marcado por seu papel de ligação entre a produção vinda do interior do estado (principalmente a algodoeira), e o escoamento feito pelo antigo porto, ligação retratada pela estrutura viária rádio-concêntrica da malha urbana de Fortaleza.

No interior do polígono, destaca-se o setor interno à Rua Tristão Gonçalves e o entorno do Riacho Pajeú. Estes dois limites formam a área central, mais tradicionalmente vinculada ao chamado Centro Histórico de Fortaleza e às atividades comerciais, tanto atacadistas, vinculadas ao antigo porto e à linha férrea, quanto varejistas, vinculados à dinâmica de mobilidade por transporte público de ônibus e trem. A leste e a oeste deste setor, o Centro passa a ser ocupado por usos predominantemente residenciais (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2009).

Com essa setorização para o plano habitacional, torna-se possível compreender o processo de ocupação urbana da área central de Fortaleza, que nos seus diversos momentos históricos não incorporou dois importantes elementos do ambiente natural construído: a orla marítima e o Riacho Pajeú.

A ocupação das margens desse riacho por edifícios encobriu e retirou esse importante elemento natural da paisagem urbana de Fortaleza. Conforme o plano, a cidade voltou às costas para o mar e para o rio, que têm servido de depósito de esgoto sem tratamento, o que tem contribuído para a sua degradação ambiental. E, ironicamente, é justamente essa área – que se transformou em um dos primeiros eixos de urbanização da cidade – que possui em seu entorno a presença de importantes conjuntos arquitetônicos de valor histórico a serem preservados.

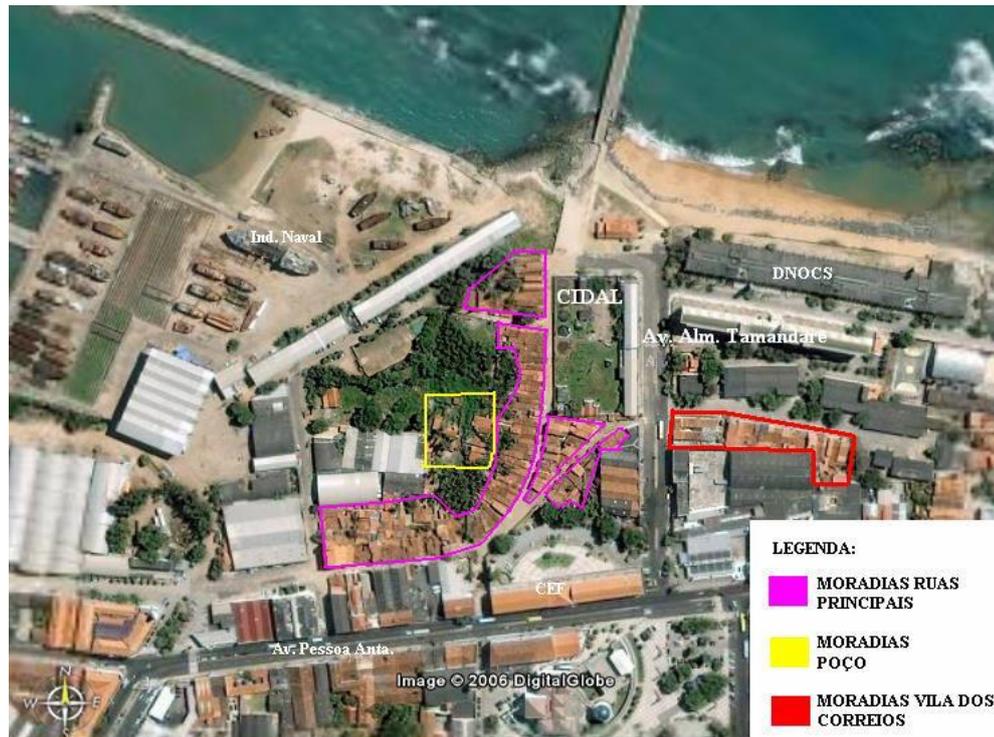
Figura 14 - Mapa de localização do Poço da Draga



Fonte: Rua Viaduto Moreira da Rocha - Google Maps (2013)

Nesse sentido, a localização do Poço da Draga tem chamado a atenção de todos aqueles pesquisadores que tem ido a campo, como Feitosa (1998), Gondim (2001a), Souza (2000), Gaspar (1970) e Oliveira (2003) *apud* Oliveira (2006). Sua delimitação tem sido a seguinte: as habitações estão situadas em frente ao mar para o norte; ao sul, pela Avenida Pessoa Anta; ao leste e ao Oeste, pela Avenida Almirante Tamandaré e pela Rua Boris, respectivamente (Fig. 14). Essa relativa invisibilidade se deve à configuração da arquitetura a sua volta, do chamado patrimônio material; ou seja, as casas ficam comprimidas entre o prédio histórico da Caixa Econômica Federal, na Rua Pessoa Anta, e os galpões da Indústria Naval do Ceará (INACE), que formam verdadeiros “paredões” a sua volta e o impede de ser visto pelos transeuntes (Fig. 15).

Figura 15 - Imagem aérea do Poço da Draga



Fonte: Oliveira (2006)

A existência do local pode até ser questionada por quem nunca leu nada sobre o mesmo, mas, na realidade, muito tem sido escrito sobre o Poço da Draga, como notamos no caso dos trabalhos referidos acima. Para Oliveira (2006), por exemplo, o Poço da Draga tem sido objeto de diversas reportagens, especialmente após a construção do Dragão do Mar.

A autora entende que o Poço da Draga parece ser mesmo uma área à parte da porção inicial da Praia de Iracema. Segundo ela, um passeio pela Rua dos Tabajaras vai mostrar dois mundos completamente diferentes. Essa rua se inicia no Poço da Draga e termina próximo à Igreja de São Pedro. A movimentada Rua dos Tabajaras, no coração da Praia de Iracema, nem se parece com a pacata rua que abriga o Poço da Draga e seus atores sociais tampouco se parecem. A primeira rua é composta, predominantemente, por turistas e visitantes, enquanto na segunda, predominam as pessoas do lugar.

Anteriormente, a presença do prédio da Coordenadoria Estadual do Ceará do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), construído na década de 1970 – e, atualmente, já destruído – tinha concorrido para separar o Poço da Draga do polo de lazer do bairro. Para Oliveira, no período de sua pesquisa, esse prédio era um verdadeiro obstáculo físico, impedindo ainda mais que as moradias fossem vistas por quem passasse pela Rua dos Tabajaras e adjacências.

Oliveira (2006) lembra que as diferenças ocorriam apenas em um raio de 100 metros, entre uma de suas entradas principais e o polo de lazer da Praia de Iracema. Embora estivessem fisicamente próximas uma da outra, havia uma distância social. Distância essa percebida pelos moradores que têm observado que o Poço da Draga serve de depósito de lixo para bares do entorno do Dragão do Mar. Ou melhor, não tem apresentado identificação com a imagem turística de Fortaleza e é pouco conhecido pelo restante da cidade. O Poço da Draga não é considerado por alguns de seus moradores como sendo, portanto, parte da Praia de Iracema.

Tudo indica que, com a demolição do prédio do DNOCS, O Poço da Draga deu mais um passo em direção a uma maior visibilidade geográfica, embora isso já tenha começado muito antes com a construção do Dragão do Mar. Como sugere Oliveira (2006), essa relativa “invisibilidade” do Poço da Draga, proporcionada por sua localização geográfica, parece ter terminado em decorrência das intervenções urbanas na porção inicial da Praia de Iracema, trazendo sérios problemas e alterando as relações de sociabilidade entre os moradores.

Por meio desse traçado arquitetural, esse espaço habitacional pode ser interpretado dialeticamente como “um de fora” e “um de dentro”. Um de fora segundo o modelo do panóptico, concebido por Foucault (2011) como um espaço que permite uma visibilidade (também uma visitabilidade) e uma transparência exigidas pelas edificações de valor histórico e pelo processo de urbanização da cidade; ou melhor, o panóptico tem sido uma técnica disciplinar generalizável, um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo, que favoreceria a opinião pública, poder esse que se exerce pelo simples fato das coisas serem sabidas. Esse poder, que se baseia na opinião, desempenharia um tipo de dominação por iluminação e não toleraria a escuridão.

Não se pode falar em desconhecimento por parte do poder público, quando se trata das condições sociais e “reais da opinião, as *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão” (FOUCAULT, 1998, p. 224). Por isso mesmo é que Canclini (1997) tem afirmado que a esfera pública vem passando por transformações culturais, no sentido de que essa noção já não é o lugar da participação racional a partir do qual se determina a ordem social, como pensara Habermas nas primeiras épocas da modernidade. Canclini (1997) atribui a essas transformações as mudanças na encenação da política, precisamente à mistura de burocratização e “mídiatização”. Neste sentido, as massas, convocadas até os anos 1960 para expressar-se nas ruas e formar sindicatos, foram sendo subordinadas em muitos casos à alta burocracia. De outro modo, o uso em massa da cidade para a teatralização política se reduz; as

medidas econômicas e os pedidos de colaboração ao povo são anunciados pela televisão. As passeatas, os atos nas ruas e praças são ocasionais ou têm menos eficácia. No âmbito dessa pesquisa, podemos nos indagar, por que esses atos têm acontecido com menos frequência? Qual o seu significado para a cidade de Fortaleza-CE? E qual a sua relação com o caso dos moradores do Poço da Draga?

Essa circunscrição do local permite pensá-lo, tomando como modelo Fortaleza, ou seja, as formas assimétricas de suas ruas e becos estreitos, como um labirinto, que tornou possível vigiar o exterior a partir de dentro; ao mesmo tempo em que suscita dialeticamente controlá-lo, de fora, por meio da exclusão, considerando a forma geral desse quase fechamento. Ou melhor: “A impressão que os moradores da favela passam é a de uma vida em constante sinal de alerta ante as investidas dos governos, estadual e municipal, que querem a área para projetos turísticos” (FEITOSA, 1998, p.121-122).

De outra maneira, o esquema de interpretação do exterior e interior aqui delineado possibilita pelo menos duas perspectivas: uma, a favela vista de dentro, podendo revelar muitas surpresas, que se opõem às imagens<sup>3</sup> que se tem dela olhando-a de fora. A outra, seguindo a abordagem acerca das violências a que está submetido o espaço das favelas. Vê-la de dentro implica desconfiar das classificações, como a do próprio termo “favela”, instituída pelos ordenadores sociais, que têm em mente a ideia de tirar as pessoas indesejadas do bairro enobrecido – uma operação de limpeza social na área (LEITE, 2004).

Essa exclusão, portanto, dos moradores do Poço da Draga do universo fronteiro da Praia de Iracema, tem ocorrido tanto a partir de uma perspectiva geográfica quanto simbólica. Assim, enquanto as classes médias altas preferem viver entre muros, com câmeras e segurança armada, protegendo-se dos pobres (CALDEIRA, 2000 *apud* OLIVEIRA, 2006), os habitantes do Poço da Draga, pelo contrário, parecem se proteger e se esconder dos ricos, isto é, esconder-se de quem tem poder para ameaçar sua permanência no bairro. Viver entre muros tem sido, também, um fator tático importante encontrado por eles; uma maneira de ir resistindo, mesmo que temporariamente, às ameaças da especulação imobiliária.

Sobre isso é relevante destacar que tornar invisíveis os pobres da cidade deslocando-os para periferias longínquas tem sido prática característica da política urbana no Brasil. Para Acocuglia (2010), esconder a pobreza foi, inclusive, um dos objetivos das reformas urbanas nas capitais brasileiras desde o final do século XIX e início do século XX. O ideal de uma

---

<sup>3</sup> Imagens construídas exatamente pela imprensa jornalística e televisiva local, como aquelas que me fizeram tomar conhecimento da situação desses moradores, que têm sido expostos a um excesso de visibilidade.

cidade moderna implicava além da demolição das estruturas antigas, na reconstrução do cenário urbano em suas áreas mais centrais, livrando-o de qualquer imagem que remetesse à pobreza.

Morar, portanto, no bairro central tem sido uma tática empregada pelos moradores do Poço da Draga. Bairro esse compreendido como o domínio, onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para esses moradores que desejam deslocar-se por ele a pé, saindo de sua casa. Por conseguinte, é o pedaço da cidade atravessado por um limite, distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência (CERTEAU, 2011).

Nesse sentido, pelo menos dois fatores têm sido favoráveis à ocupação do lugar: o fato de ser uma área central e de estar localizado perto do mar. Os moradores quase não usam vale-transportes ou mesmo pagam passagens de ônibus para irem para o núcleo comercial do Centro - eles costumam ir a pé. Daí alegarem que se fossem morar, por exemplo, em um bairro como o da Messejana, teriam que pagar passagens de ônibus. Trata-se de um dinheiro que eles não teriam, pois ganham baixos salários. Alguns deles ainda se perguntam se o governo daria uma passagem definitiva para as famílias, muitas constituídas por um grande número de membros. Além do transporte urbano, os moradores procuram os serviços de saúde do Hospital Santa Casa de Misericórdia. Conforme um dos informantes para esta pesquisa, os moradores pegam o doente pelo braço e o levam para esse hospital, que é, realmente, bem perto de suas moradias.

Os moradores têm observado também que o tratamento dado pelo Poder Executivo a suas casas deveria ser diferente porque, para eles, o Poço da Draga está localizado no bairro do Centro da cidade, espaço que conta com uma infraestrutura já bastante significativa, com serviços de água, luz e outros equipamentos sociais que visam à melhoria da qualidade de vida deles.

### **3.1.2 Pesquisa de campo entre os moradores do Poço da Draga**

A pesquisa de campo no Poço da Draga foi realizada no intervalo entre maio e dezembro de 2012. Nesse sentido, foram feitas anotações sobre pessoas e grupos de moradores, seus gestos e diálogos, os quais foram registrados em um caderno de campo. Alguns deles se tornaram mais presentes nas entrevistas realizadas em campo, especialmente Dona Francisca e Seu Valdemino. Com eles, desenvolvi a observação participante e, por

meios deles, obtive as informações sobre a comunidade através de conversas informais no botequim do casal.

Enquanto estive em campo, conversei e registrei comentários de moradores de diferentes gerações. Com o foco na temática da memória do lugar, entrevistei três moradores mais antigos, dos quais, um homem e duas mulheres: Seu José Ribamar dos Santos (Seu Loro), Dona Zenir e Dona Geralda, todos moradores da rua principal, a Rua Viaduto Moreira da Rocha. As entrevistas realizadas foram feitas, em sua maioria, de forma semiestruturada e gravadas em áudio. O conteúdo das perguntas realizadas foi relacionado à história de vida dos entrevistados. Uma vez que eu já conhecia um pouco das narrativas históricas dos moradores por meio da literatura escrita sobre a comunidade (FEITOSA, 1998, GONDIM, 2001 e OLIVEIRA, 2006), as perguntas em campo foram direcionadas para questões pontuais que surgiram ao longo da realização da pesquisa.

As perguntas realizadas giraram, portanto, em torno das seguintes questões: por que a comunidade do Poço da Draga ainda não teria sido retirada do local onde vive? O que teria contribuído para a invisibilidade geográfica do Poço da Draga? Como é para a comunidade viver no local onde vivem? Como se deu a construção das casas onde moram atualmente? Quais histórias eles teriam para contar sobre a comunidade? Qual seria a relação entre os moradores e o Dragão do Mar? Qual seria a relação entre os moradores e a Praia de Iracema? Em que medida a comunidade se considera localizada na Praia de Iracema? Qual seria o vínculo do Poço da Draga com Centro? Quais mudanças teriam acontecido no Poço da Draga? Como seria a relação entre os moradores do Poço da Draga e os carroceiros (catadores de lixo) e moradores de rua? Quais recordações marcaram os moradores da comunidade do Poço da Draga?

Dessa forma, as entrevistas e histórias de vida dos antigos moradores do Poço da Draga ajudaram a desvendar o sentido social das relações explícitas ou implícitas instituídas entre as pessoas da comunidade. Para Augé (1999) são enunciados circunstanciais que fazem alusão aos relacionamentos normais que não se limitam às relações de parentesco, mas que se esperam da parte dos parceiros da vida social, econômica, política, comportamentos globalmente de acordo com os tipos de conduta simbolizados e instituídos na e por essa sociedade.

Desse modo, na primeira exploração de campo procurei alguém que pudesse me informar onde ficava localizada a Associação dos Moradores do Poço da Draga. Dirigi-me a um vendedor ambulante que costumava ficar na praça do antigo Bar do Avião, logo em frente ao Instituto Dragão do Mar de Arte e Cultura. Ele vendia garrafas de água mineral, latinhas de

refrigerantes, cervejas e bebidas alcoólicas. Perguntei se ele sabia onde fica a Rua Almirante Tamandaré, nº 04, endereço da tal associação. O homem afirmou não conhecer o local, mas saiu comigo procurando a possível direção da rua. Depois de olharmos para todas as ruas do perímetro do Dragão do Mar, por fim deduzimos que deveria ser em direção ao mar.

Em seguida, atravessei a Avenida Pessoa Anta e passei pelo prédio da Caixa Econômica Federal. Fui caminhando e apreciando o contraste da paisagem, uma pequena casa entre o prédio da Caixa Econômica Federal e os galpões da INACE, o piso da calçada, a série de postes que ali se encontravam. Tudo isso chegou a criar um efeito visual.

Ao longo dessa calçada na Rua Almirante Tamandaré, uma mulher mal cuidada dormia em um sofá velho e esfarrapado, sem se preocupar com os transeuntes que a olham deitada ali, em um dos lados da entrada que dá acesso à comunidade. Do outro lado, um senhor velho, sentado ao lado de roupas estendidas em um varal improvisado e pendurado na estrutura desse armazém, cujas paredes eram todas decoradas com figuras de grafite, de impressionante beleza.

No lugar (Fig. 16) onde estava sendo construído o monumental Acquario do Ceará, pelo Governo do Estado, operários contratados por essa instância governamental trabalhavam. O local da obra estava cheio de barro misturado com areia, poça d'água, caminhões e outros materiais usados na construção civil (Fig. 17).

Figura 16 - Construção do Acquario do Ceará



Fonte: Pesquisador (2012)

Figura 17 - Operários trabalhando na construção do Acquario do Ceará



Fonte: Pesquisador (2012)

De lá até a Ponte Velha, bem no seu início, um grupo de rapazes da comunidade davam cambalhotas na areia da praia. Na beira mar um menino tomava banho. Ele tinha uma bola de futebol envolvida numa espécie de rede (Fig. 18), como se esta fosse uma teia de aranha que amarra a bola ao seu pulso. Esse instrumento servia para que a bola não fosse levada pelas ondas.

Figura 18 - Criança tomando banho de mar, moradora do Poço da Draga



Fonte: Pesquisador (2012)

Na ponte, duas garotas passavam de mãos dadas. Elas foram até o final. Um rapaz estava sentado à sombra projetada por uma estrutura de concreto (conhecida pelos moradores pelo nome de Paredão) e outro, de sunga. Mais dois pescavam de anzol. E, no lado Leste, barcos de pescadores estavam atracados. Ambas as garotas estavam fumando juntas a um pequeno grupo de jovens. Eles falavam gírias comuns entre eles. No início da ponte, três meninos tomavam banho de mar.

Do início da ponte até o Café Atlântico, antigo Pavilhão Atlântico (Fig. 19), cuja estrutura estava protegida por um compensado, encontrava-se pichações com palavras de ordem do tipo: “Sim, comunidade! Acquario, não! Na calçada desse prédio, outro grupo de esportistas da comunidade fazia ginástica com um professor. Todos estavam vestidos com camisetas e shorts, de tecido de poliéster. Eles, como exceção do professor, exercitavam os músculos, fazendo força em alguns paralelepípedos.

Figura 19 - Antigo Pavilhão Atlântico



Fonte: Pesquisador (2012)

Voltando pela mesma trajetória, era possível contemplar o muro do armazém grafitado com as mais variadas cores e a calçada cujo piso era feito de um tipo de azulejo especial. Na mesma calçada passavam um carroceiro e, logo em seguida, um operário com um carrinho de mão (Fig. 20). Ao longo dela, o Dragão do Mar era visto, até a entrada para chegar à associação. Perguntei ao senhor idoso sobre a localização da mesma, que me disse para seguir direto. Então andei pela Travessa Cidal; casas próximas umas das outras, varais de roupas estendidas improvisadamente nas paredes das casas. Cachorros e gatos transitavam livremente nessa rua. Moradores conversavam em uma das casas. Uma senhora estava sentada na frente de sua casa; de repente, um rapaz e uma moça que levavam um ventilador nas mãos passaram em uma motocicleta.

Figura 20 - Calçada dos armazém da INACE



Fonte: Pesquisador (2012)

Em frente a um muro havia uma chamada: “Assembleia Geral, dia 8 [...]. Dragão do Mar, 20 horas, auditório”. Uma moradora me observou sentada em frente ao seu botequim. Ela falou sobre a associação, que se encontrava fechada. E indicou a direção da casa de Dona Zenir, vice-presidente da Associação do Poço da Draga (conforme as informações de um jornal antigo), que já não exercia o cargo e que, então, era Seu Aluísio Ferreira o presidente da associação.

Um ex-morador contou que atualmente é evangélico, mas que já tinha sido bandido no passado. Disse também que estava trabalhando como porteiro e que a mãe dele tinha morado 35 anos na comunidade. Ele afirmou que há 50 anos ouvia falar que queriam tirar os moradores dali.

Depois falou um pouco sobre sua biografia, que trabalhou em alguns restaurantes da Praia de Iracema como segurança. Enquanto conversava, as pessoas que passavam o cumprimentavam. Conhecido como G. E, afirmou que os ricos ainda não tinham tirado a comunidade dali porque havia dois prédios importantes, o da Caixa Econômica Federal, que abrigava um museu, e o da Alfândega. Para ele, ninguém que passava pela Rua Almirante Tamandaré imaginava a existência da comunidade.

### 3.1.3 A invisibilidade dos moradores do Poço da Draga: perspectivas sociopolítica e econômica

Transferidos de uma invisibilidade geográfica (ocasionada pelas edificações de valor histórico) para uma invisibilidade sociopolítica, os moradores antigos alegavam estar invisíveis para as políticas de urbanização do Poço da Draga. Muitos deles, residindo há mais de 70 anos no lugar, afirmaram que durante todo esse tempo, tanto a Prefeitura Municipal, quanto o governo do estado nunca fizeram nada pela comunidade. Eles reivindicavam saneamento básico e urbanização.

Os moradores disseram que em época de eleição os políticos os procuravam para pedir votos, mas que estes acabavam não fazendo nada em prol da comunidade, afirmando não terem dinheiro e nem interesse. Mas o movimento na comunidade por moradia passou a ser grande. Estatisticamente, o Poço da Draga tinha, em 2009, 360 domicílios e uma população estimada em cerca de 1.300 habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2009).

A composição sócio-demográfica de Fortaleza apresenta grande contingente de população de baixa renda, em geral migrantes vindos do interior do Ceará em busca de emprego e melhores condições de vida. De acordo com o Plano da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2009), essa população não tem condição de acesso ao mercado formal de habitação e não tem capacidade econômica de financiar um imóvel produzido pelo poder público. A alternativa viável de moradia é a ocupação irregular de terrenos baratos, em geral desprovidos de infraestrutura e serviços urbanos. A partir de dados do censo IBGE (2000), a Fundação João Pinheiro estima o *déficit* habitacional básico de Fortaleza em 77.615 unidades, sendo 80,28% deste *déficit* situado nas faixas de rendas entre zero a três salários mínimos e 9,78% entre três a cinco salários mínimos. Conforme esse plano, além da demanda por novas unidades, a população moradora em favelas chega a 700 mil habitantes, o equivalente a 30% da população total do município, o que explica o foco quase exclusivo das políticas públicas para a solução do problema.

Os moradores também entendem que começaram a ter mais visibilidade a partir da construção do Instituto Dragão do Mar e da base de sustentação do Acquario do Ceará (Fig. 21), ambos empreendidos pelo Governo do Estado do Ceará. Talvez agora, para alguns deles, o governo municipal da Fortaleza faça alguma intervenção para melhorar as condições de vida dos moradores do Poço da Draga.

Figura 21 - Bases de sustentação do Acquario do Ceará



Fonte: Pesquisador (2012)

Nota-se, a partir das entrevistas realizadas que, com a construção do Acquario do Ceará, os moradores voltaram a sentir certa apreensão em relação ao futuro. Enquanto uns têm receio de terem de sair dali devido à desapropriação do terreno, outros acham que o empreendimento do governo poderá trazer emprego para os jovens do local.

Os moradores têm a suspeita de que o governo do estado, juntamente com a Prefeitura de Fortaleza, visem incentivar o desenvolvimento no setor imobiliário e desapropriar “as casinhas de gente pobre”; mesmo que para isso tenham de indenizá-los. Na realidade, eles têm sofrido muita pressão por parte de especuladores imobiliários. Ou seja, o domínio dos espaços e dos tempos é um elemento crucial na busca do lucro e o especulador imobiliário, que tem dinheiro para esperar enquanto controla o desenvolvimento dos espaços adjacentes, está numa situação muito melhor para obter ganhos pecuniários do que alguém que não tem poder em algumas dessas dimensões. Além disso, para Harvey (2006) o dinheiro pode ser usado para dominar o tempo (o nosso ou o de outras pessoas) e o espaço. Inversamente, o domínio do tempo e do espaço pode ser reconvertido em domínio sobre o dinheiro.

Além disso, segundo Oliveira (2006) a Praia de Iracema e seu entorno vêm sofrendo um contínuo processo de mudanças no uso e na ocupação do solo. Transformada em polo de lazer noturno, a Praia de Iracema assiste à instalação de equipamentos culturais e serviços em detrimento do uso residencial da classe média e baixa. A aprovação da Lei de Uso e Ocupação

do Solo nº 5122-A, de 1979, favoreceu a verticalização da Avenida Beira Mar e provocou uma nova ocupação na área, principalmente por hotéis e condomínios de luxo. A faixa praiana da Praia de Iracema seria classificada como ZE-7 pela lei, permitindo os mesmos índices praticados na Avenida Beira Mar, o que acarretou a vinda de investidores do setor imobiliário e donos de bar e restaurantes para o local.

Ainda para Oliveira (2006), insatisfeitos com a nova classificação da Praia de Iracema no zoneamento, moradores e grupos ambientalistas se mobilizam no intuito de barrar as mudanças no uso e ocupação do solo. Em 1984, conseguem a aprovação de uma lei estabelecendo a área como Zona de Preservação, com o objetivo de deter a verticalização em curso e estabelecer diretrizes para compatibilizar os usos residenciais e de lazer. Entretanto, a lei não foi regulamentada, o que acarretou a construção de edifícios no bairro. A continuidade da Lei 5.122-A, de 1979, concorreu para a migração de bares, restaurantes, pousadas e pequenos escritórios para o bairro. A mudança trouxe consigo a valorização dos imóveis, acarretando a elevação dos aluguéis e provocando a saída de antigos moradores da classe média, incomodados com a poluição sonora, congestionamentos de trânsito e outros problemas.

O terreno do Poço da Draga, por sua vez, tem sido considerado um terreno da Marinha, ou seja, é propriedade da União, e, portanto, os moradores não podem se beneficiar do usucapião, instituído em 2001 pelo Estatuto da Cidade. Para Oliveira (2006), tal instituto somente beneficia as populações de baixa renda que tenham ocupado área urbana de até 250m<sup>2</sup>, de propriedade particular, sem contestação, por um período de no mínimo cinco anos. Como área do Poder Público Federal, a regularidade fundiária do Poço da Draga poderia efetuar-se através da Concessão do Direito Real de Uso, existente desde 1977.

Nesse sentido, os moradores antigos acham que a prefeitura ainda não os tirou de lá porque não pode, de acordo com a lei. Preferem acreditar que caso sejam retirados, deverão ser alojados em uma área próxima à praia, pois se forem transferidos para longe da praia, eles não sairão. Muitos não querem deixar o Poço da Draga porque vivem lá há muito tempo e não querem perder os vínculos familiares, de amizade e a proximidade com o mar. Por isso, os moradores mais antigos, juntamente com associação dos moradores, têm lutado pela permanência do local, como podemos observar no seguinte depoimento:

Pesquisador: Como os moradores têm lutado para permanecerem neste local?

Seu Loro: Rapaz, tem lutado para ficar aqui, né. Eles [os técnicos da prefeitura] vêm falar com a gente aqui. Eles fazem reunião, essas coisas e tal. Tudinho. Mas tem nada concreto. Eles... A última reunião, que eu fui, eles falaram que onde fosse fazer uma obra, abrir uma rua. Eles querem fazer essa Rua Boris até na Naval, né, para pegar outra rua que vem lá da Beira Mar, da praia, para pegar a que vem lá dá Leste-Oeste, tudinho acolá. E a Rua Boris está lá. E querem abrir uma rua que vem da Rua Tamandaré, né, para lá também. Essas duas ruas vão pegar muitas casas. E essas casas que vão pegar. Eles disseram na reunião, eu não sei se isso é verdade, que eles vão botar num terreno próximo. Até disseram onde era o terreno, ali em frente na Naval, tem uns terrenos, umas coisas, uns armazéns. Umas casas para esse pessoal, que vão botar para lá. A gente já estava aguardando isso. Mas dizem que tem um negócio de umas ZEIS<sup>4</sup> aí, que a gente segura onde mora, né.

Pesquisador: Não estou sabendo.

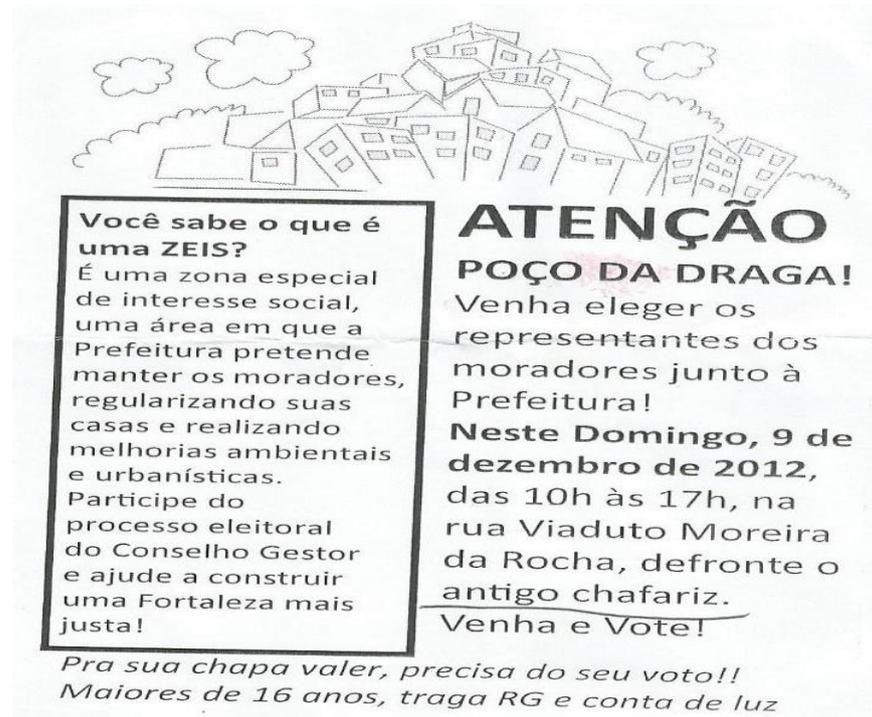
Seu Loro: Mas tem esse negócio. E nós estamos trabalhando para isso. Ninguém quer sair daqui não. Nenhum morador quer sair daqui, não.

Durante a pesquisa de campo ocorreu a eleição dos representantes da ZEIS, no dia 9 de dezembro de 2012 (Fig. 22). Havia uma mesa, uma urna, quatro membros da Comissão da Eleição composta por Geovania Silva de Lima, João Goes da Silva, Jocelhia do Nascimento Pereira e um representante da Prefeitura, o arquiteto Daniel Gonçalves Rodrigues (Fig. 23).

---

<sup>4</sup> Zona Especial de Interesse Social.

Figura 22 - Panfleto divulgado no dia da votação



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2012)

Figura 23 - Comissão eleitoral para a eleição dos representantes da Zeis



Fonte: Pesquisador (2012)

Um dos membros da Comissão falou sobre as queixas que tem com o presidente da Associação dos Moradores do Poço da Draga. Disse que o havia ajudado no dia da eleição e que até boca de urna tinha feito para ele. Mas que estava muito arrependido, porque o presidente não ligava para a comunidade, ele só pensava em seus próprios interesses. E que o presidente até poderia ter feito alguma coisa para evitar a desocupação do prédio da Associação dos Moradores do Poço da Draga (AMPODRA). Agora os moradores não tinham um local apropriado para as reuniões de interesses deles e a associação estava em um local que era um bar.

Naquele momento, o presidente estava sentado numa cadeira e lia uma matéria jornalística, como lhe era de costume em sua residência. Esse membro da Comissão também falou que o presidente não estava participando desse processo e que provavelmente fez umas pichações nas paredes de umas casas.

O representante da prefeitura, Daniel, afirmou que o Centro de Fortaleza ia até o mar, mas que havia uma barreira natural; e que a área do Poço da Draga estava localizada, oficialmente, na delimitação do Centro de Fortaleza. Alguns moradores, especificamente os mais jovens, ficaram impressionados com essa informação, pois para os moradores não havia um consenso quanto à localização do Poço da Draga. Uns achavam que era a Praia de Iracema, outros, o Centro. Um exemplo dessa incoerência estava relacionado com o registro de endereço no CEP. Havia um morador que tinha comprovante da água, por exemplo, com o endereço do Centro, e o mesmo morador, um comprovante da luz com o CEP da Praia de Iracema.

Em uma casa, atrás da Comissão, estava afixada a lista da Chapa 1 (única), seguida dos seguintes representantes: 01- Maria Ivoneide Gois da Silva; 02- Maria Aparecida Soares da Silva; 03- Izabel Cristina Lima Ferreira; 04- Francisco Sérgio Rocha; 05- Maria Noélia dos Santos; 06- João Brito Feitosa; 07- Antônio Gilmar (Mazinho); 08- Luis filho Alves (cupim); 09- Rosália Rodrigues Sales e 10- Francisco Claudemir Araújo Sales (Chiquinho).

Para ter o direito de votar, os moradores deveriam apresentar um comprovante de residência ou de água ou de luz e a identidade para o registro de votação. Ao menos que fossem moradores “conhecidos” pelos mesários, apenas esses eram dispensados de mostrarem o comprovante de residência. E votavam aqueles que residiam entre a delimitação do trilho do trem da Travessa Cidal até as casas próximas às margens do Riacho Pajeú. Aqueles que não eram conhecidos pela comissão, deveriam apresentar um comprovante. Quando não apresentavam, eram inquiridos por um dos membros da Comissão que perguntava ao morador se ele era morador do “terreno”.

Os membros da Comissão avaliavam os moradores, dizendo: “ah, eu conheço ele, ele é filho de fulano”. Teve um momento em que um dos responsáveis pela Comissão da Eleição foi explicar o que significava o processo eleitoral dos representantes e cometeu um lapso, disse o seguinte: “a comissão é para lutar contra a comunidade”. Depois, quis corrigir, dizendo: “Deus, apaga a luz”. Em seguida, o representante da prefeitura disse: “acende”.

Nesse processo, uma moradora chegou à mesa escrutinadora e disse: “eu quero é o dinheiro para comprar a minha casa, eu só não quero é morar no bairro Bom Jardim”. O representante da prefeitura respondeu: “como ela sabe que vai morar no Bom Jardim?!”.

Alguns moradores cujas casas não estavam localizadas na delimitação explicitadas pela Comissão Eleitoral não entendiam porque não podiam votar. Outra situação complicada era quando a fronteira separava a casa materna da casa de uma filha já casada. Álvaro, um dos membros da Comissão, explicava para a moradora: “fisicamente, você mora aqui (depois do trilho), toma banho aqui, dorme com o Renato aqui nessa casa”. Outros moradores faziam trocadilhos com a palavra ZEIS, no sentido do prefixo “ex”, como ex-morador ou ex-marido.

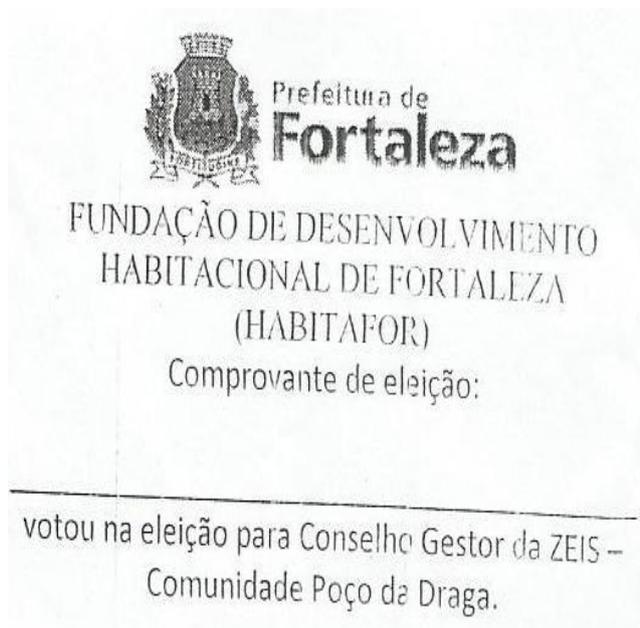
Dona Ivone (Fig. 24), vizinha de Dona Francisca, observou o processo eleitoral de sua casa durante a manhã inteira, até que, no início da tarde, ela decidiu votar. Afirmou que nunca tinha votado antes para nada ali, nem mesmo para escolher os membros da associação, mas que dessa vez ia votar. Assinou o registro de votação, depois a cédula, colocou-a na urna e recebeu o comprovante de votação (Fig. 25).

Figura 24 - Dona Ivone votando nos representantes da Zeis



Fonte: Pesquisador (2012)

Figura 25 - Comprovante de votação



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2012)

### 3.2 O SENTIDO SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO POÇO DA DRAGA: ESPAÇO *VERSUS* ALTERIDADE

Podemos afirmar, a partir das observações de campo, que o Poço da Draga tem sido um lugar onde o sentido tem se inscrito, podendo ser considerado, portanto, como um “lugar antropológico”. Para Augé (2001), esse lugar pode ser qualquer construção concreta e simbólica do espaço, contanto que designe um lugar a todos aqueles a quem se refere. Isso porque, para o etnólogo, toda antropologia é antropologia da antropologia dos outros. Sua necessidade de análise está, assim, confirmada, pois é também princípio de inteligibilidade para quem observa, a cada novo percurso, a cada reiteração trivial; qualquer que seja sua escala.

Por ser variável, essa escala vale para tantos lugares cuja noção sociológica de lugar seja associada por Mauss e por toda uma tradição etnológica àquela de cultura localizada no tempo e no espaço. Esses lugares foram investidos de sentidos por todos aqueles que o habitam e pretendem ser: identitários, relacionais e históricos. Essas duas primeiras características – a identitária e a relacional – são as que conferem a ocupação do lugar comum. Augé cita alguns exemplos: o projeto da casa, as regras da residência, os guardiões da aldeia, as praças públicas e outros. O que eles têm de peculiar, além dessas três

características comuns, são “prescrições e proibições cujo conteúdo é, ao mesmo tempo espacial e social” (AUGÉ, 2001, p. 36).

Quanto à característica de ser histórico, o lugar antropológico se define por uma estabilidade mínima. Através dessa estabilidade é possível reconhecer marcos, por aqueles que nele vivem, que não têm que ser objetos de conhecimento, mas caso estes desapareçam, não se preenchem com facilidade. Diferentemente dos lugares de memória, ele é histórico na exata proporção em que escapa à história como ciência. Sobre aqueles, Augé toma como referência a afirmação de Pierre Nora, dizendo o seguinte: “Neles apreendemos essencialmente nossa diferença, a imagem do que não somos mais” (1994, p.53) enquanto o habitante do lugar antropológico vive na história.

Com esta perspectiva em mente, a casa de Dona Francisca é como uma espécie de corredor. Na frente fica o botequim. Depois, tem uma sala tumultuada de cacarecos. Um banheiro que é bem pequeno e estreito. Tem cerâmica, vaso e uma pia. Ele é todo branco com uma portinha sanfonada.

Para Dona Francisca, todas as casas dos moradores, assim como a dela, não tinham sido planejadas. Elas foram construídas aleatoriamente, de acordo com as posses de cada proprietário. E o que era deles mesmos era só a estrutura das casas, as “paredezinhas”, porque o terreno sempre foi da União. Ela disse também que os moradores já tinham sido cadastrados duas vezes pela HABITAFOR<sup>5</sup>, e que a proposta da Prefeitura de Fortaleza tinha sido trocar uma casa por outra, a ser construída em um local ainda a ser estipulado. Comentou o exemplo ocorrido no Pirambú, onde alguns moradores de lá tinham sido retirados por estarem em um local considerado de risco pelos técnicos da prefeitura.

Dona Francisca afirma que embora não queira sair do Poço da Draga para outro local, se fosse para uma casa melhor, ela aceitaria, porque a casa dela enche d’água em tempo de chuva, já que não é forrada. Ela também comentou do córrego que fica no fundo de casa. Alguns moradores jogam lixo nesse local, impedindo o trajeto do riacho até o mar. Por conta disso, atrás de sua casa fica um mau cheiro insuportável. Ela afirmou que mesmo fechando a porta, o mau cheiro é grande.

Dona Francisca contou também que quando chegou do Meireles (depois de passar três a quatro anos morando atrás do supermercado Pão de Açúcar, próximo ao Clube do Náutico) para o Poço da Draga, achou muito ruim o “barraquinho” que o marido comprou. O

---

<sup>5</sup> Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza.

barraco era só a parte da frente<sup>6</sup> do botequim. Depois seu Valdemiro foi puxando para os fundos. E afirmou que “hoje em dia ela gosta muito, pois quem faz a moradia é o dono”. Ambos sobrevivem da venda do botequim. Seu Valdemiro compra peixe lá no Porto do Mucuripe para vender no estabelecimento. Ele pega ônibus até o Mucuripe e depois volta de táxi.

Nesse botequim, o casal vende de tudo, ovos, peixes, carnes, cerveja, refrigerantes, bebidas como Coca-cola e Fanta laranja, doses de cachaça, cigarros, pirulitos para crianças, chinelas havaianas e tocinho salgado. É um local muito frequentado pelos moradores. Por conta dessas mercadorias, Dona Francisca nunca deixa seu botequim sem ninguém, por causa dos carroceiros. Eles aproveitam qualquer descuido dos vendedores para roubar as mercadorias da venda. Além de roubar, os carroceiros fazem uso de drogas.

O casal não tem condição de melhorar a casa, de fazer fundo e mesmo se tivesse condições financeiras para fazer fundo, para Dona Francisca, eles não teriam mais terreno para aumentar. Para ela, a casa deles é como se fosse um beco, tem tamanho, mas não tem largura. Isso é uma característica de algumas casas da Rua Gérson Gradvol e da Favela dos Alemãos, que abriga casas que foram construídas sem planejamento, cujo terreno foi apossado e no qual cada morador que chegou, fez sua barraca, que depois foi sendo modificada.

No entanto, no Poço da Draga também tem casas boas, que, para os moradores, são casas feitas com pedra, em oposição aos barracos, feitos com taipa e com outros materiais e, por isso mesmo, são considerados esteticamente feios. As casas feitas com pedras ou alvenaria estão localizadas na Rua Viaduto Moreira da Rocha, um bom exemplo desse tipo de residência é a casa de Seu Loro (Fig. 26).

---

<sup>6</sup> Frente é a parte orientada para fora, para a rua, para o domínio público; fundo a área designada para a preparação de comida e eliminação da mesma, banho, lavagem de roupa, de lixo (HEYE, 1980, p.120).

Figura 26 - Frente da casa de Seu Loro



Fonte: Pesquisador (2012)

Atrás da casa de Seu Loro, nos fundos, foi possível construir oito casas para os seus filhos, porque o terreno era grande. A casa de Fábio, a casa de Wasghinton, a casa de Núbia, a casa de Francisco, a casa de Nádia, a casa de Bruno, que é neto dele, e casa de Ribinha e de outro que Seu Loro não lembrou o nome. Para acessá-las, ao lado da casa de seu Loro tem uma entrada, um corredor estreito (Fig. 27), no qual encontramos roupas estendidas em varais. Ao andar pelo corredor, portas dessas casas aparecem sucessivamente.

Figura 27 - Corredor de acesso ao fundo da casa de Seu Loro



Fonte: Pesquisador (2012)

Já em frente à casa<sup>7</sup> de Seu Loro, no outro lado da Rua Viaduto Moreira da Rocha, moram seus netos. Apenas três filhos de Seu Loro não moram no Poço da Draga. Destes três, um mora no Mucuripe e os outros dois no bairro da Parangaba. Assim, com exceção dos três filhos, todos os membros de sua família (contando também com seu cunhado e seus irmãos) são seus vizinhos.

Diferentemente de Seu Loro, que é um morador antigo, tem 77 anos, nasceu e se criou no Poço da Draga, há moradores que chegaram recentemente para morar no local. São os novatos que têm morado no Poço da Draga aproximadamente entre um ano e meio a dez anos. Tomei conhecimento por meio de um comentário de uma moradora da situação de um novato. Em frente à casa dele, traficantes estavam fazendo venda de drogas. A mulher dizia

---

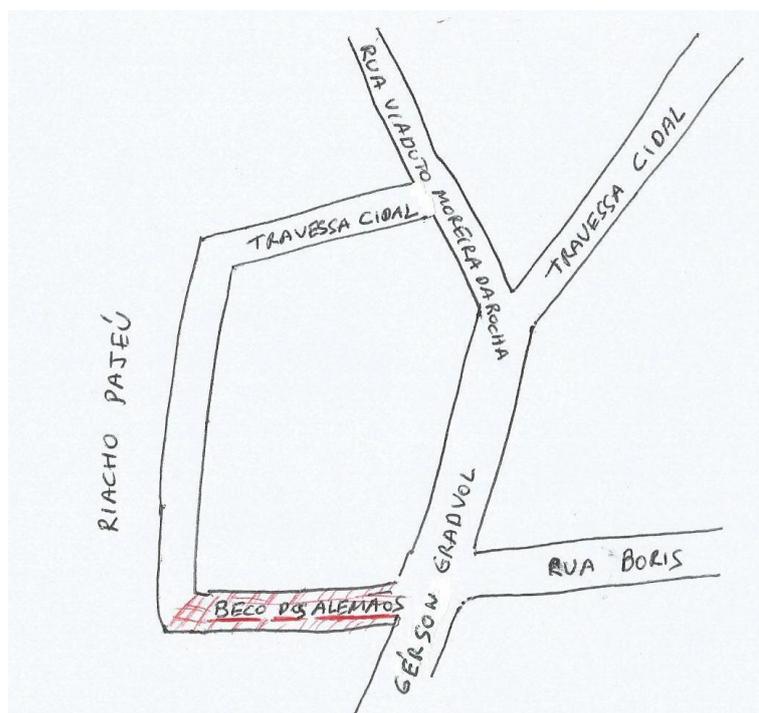
<sup>7</sup> A casa de Seu Loro era de madeira e foi construída em 1954. Em 1956, a casa foi reformada e passou a ser de taipa, e somente depois, foi modificada e melhorada com material de tijolo. Este dado é importante porque a casa de alvenaria reflete a duração de ocupação do terreno (HEYE, 1980).

que o novato tinha medo de falar dos “meninos” que vendiam na passagem, entrada do Beco dos Alemãos.

Nesse Beco dos Alemãos há tráfico de drogas e muitos marginais. As casas não são tão boas. É um local proibido para desconhecidos e muitos moradores evitam frequentá-lo. Soube que lá já teve três mortos e que, às vezes, ouviam-se tiros. Outro espaço perigoso era próximo ao prédio da Caixa Econômica Federal, porque lá aconteciam assaltos. E os assaltantes corriam e se escondiam nesse beco; segundo alguns moradores, uma favela.

Os moradores do Beco dos Alemãos (Fig. 28) são muito estigmatizados pelos moradores das ruas principais, principalmente os da Rua Viaduto Moreira da Rocha. O local é visto como um lugar de promiscuidade e de tráfico de drogas. Pelas informações obtidas com conversa com esses moradores, parece que todo tipo de drogas é vendida e consumida lá, como *crack*, maconha, cocaína e outros entorpecentes.

Figura 28 - Croqui do Beco dos Alemãos



Fonte: Pesquisador (2013)

Não entrevistei nenhum morador do local; achei melhor seguir os conselhos desses moradores, que me advertiram: “ali, quando a pessoa é desconhecida, é bom nem entrar ali, porque eles assaltam”. Mas entrei no Beco dos Alemãos no dia 16 de agosto, quando estava fazendo meu trabalho de campo. Uma comitiva, que acompanhava o candidato a prefeito de Fortaleza, Moroni Bing Torgan, e um vereador estavam no Poço da Draga. Eles falavam de

suas propostas para os moradores, sobre serviços de saúde e outros assuntos. Iam de porta em porta pregando fotografias de campanhas e entregavam adesivos aos moradores. O momento foi oportuno para ver alguns moradores que saíam de suas casas. A comitiva talvez fosse composta de umas 20 pessoas. Seguiam um carro com som, o qual divulgava o discurso de Moroni.

O Beco dos Alemães era bem estreito. Homens e um rapaz tatuado fumavam. E em uma casa específica, de uma janela, mãos passando papéis enrolados (poderia ser *crack* e/ou maconha) e dois homens pegavam o material do lado de fora. As pessoas, que compõem a comitiva, comentam sobre o cheiro que sentiram de maconha, e que alguns rapazes, sem blusas, estavam magros.

Nesse sentido, a comunidade tem passado por graves problemas sociais, principalmente o desemprego, que surgiram logo com a mudança do porto da Ponte Velha para o porto do Mucuripe. Outro problema tem sido a venda e o consumo de drogas no Poço da Draga. O consumo é feito por parte de um pequeno grupo de moradores alojados no Beco dos Alemães, como ficou retratado na passagem acima.

### 3.3 USOS DO PATRIMÔNIO: O ESPAÇO NO BAIRRO CENTRO

Vale lembrar a percepção de Barreira (2007) quando nota que o entorno da Praia de Iracema pode ser visto como exemplo paradigmático das disputas simbólicas que acontecem em função de concepções e usos do seu espaço, bem como questões postas no domínio do patrimônio. Em relação a esse ponto, a metodologia utilizada nessa pesquisa, ao dialogar com os autores Leite (2004), Canclini (1997), Certeau (2011 e 2012) e Arantes (2000a) privilegia mais a noção de usos do que de patrimônio em si, enquanto produto de uma determinada intervenção, ou seja:

Essa perspectiva, que não confunde com a avaliação de desempenho das políticas de *gentification* e entende ser o patrimônio resultante de escolhas e processos políticos, implicando abertamente compreender “[...] os processos sociais constitutivos das práticas de preservação, mais do que os atributos das coisas preservadas [...]” (ARANTES, 1997 *apud* LEITE, 2004).

Essa perspectiva, entretanto, não desperdiça o verdadeiro capital de uma nação ou do próprio Centro Histórico de Fortaleza, pois, para Certeau (2011) o patrimônio de ambos não é feito dos objetos que a cidade tem criado, mas das capacidades criadoras e do estilo

inventivos que articulam a maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregada e poetizadas. Ou melhor, o patrimônio, para ele, são todas as artes de fazer.

Com estas artes de fazer, Certeau (2011) se refere às maneiras de falar, de vestir e de morar, que são os fantasmas na arte contemporânea patenteada. Para ele, já estava mais do que na hora de um urbanismo ainda em busca de uma estética lhes reconhecer o mesmo valor. A cidade, assim, é sua permanente e móvel exposição: mil modos de vestir-se, de circular, de decorar, de imaginar traçam invenções nascidas de memórias ignoradas. Esse teatro se compõe dos gestos sem número que utilizam o léxico dos produtos de consumo para dar linguagem a passados estranhos e fragmentados. Ou seja, as práticas dos habitantes, como as dos moradores do Poço da Draga, criam no próprio espaço urbano uma multitude de combinações possíveis entre lugares antigos e situações novas. Essas práticas fazem da cidade uma imensa memória em que prolifera a poética.

Portanto, a contribuição dessa pesquisa à reflexão e ao entendimento da categoria patrimônio reside, talvez, na ambiguidade da noção antropológica da cultura, permanentemente exposta às mais diversas concepções nativas. Explorando essa direção de pensamento, é a própria categoria de patrimônio que vem a ser pensada etnograficamente, tomando-se como referência o ponto de vista dos moradores do Poço da Draga. Ou melhor: “em que medida essa categoria é útil para o entendimento de outras culturas? Em que medida permite entender o universal mental e social de outras populações” (GONÇALVES, 2003, p. 28). Logo, a resposta a essas questões que envolvem a categoria patrimônio passa, então, por diversos contornos semânticos que ela pode e poderá ainda assumir no tempo e no espaço.

Descrevendo, desta forma, os usos do patrimônio segundo as categorias dos moradores do Poço da Draga a partir de pesquisa de campo realizada, na Praça Almirante Saldanha, ao lado do Dragão do Mar, artesãos expõem seus trabalhos de 15 em 15 dias. Ao que parece, as vendas estão fracas.

Existem algumas boates que antigamente eram galpões do antigo Cais de Fortaleza que armazenavam algodão. Por exemplo, a Alfândega, uma boate, com serviços de bar e um complexo de lazer, e o Domínio Público, uma danceteria que havia na década de 1990, já em péssimo estado de conservação e sendo utilizado como um estacionamento de carro. Nesse dia estava havendo uma apresentação, pessoas cantavam ao microfone e outras dançavam. Um homem empurrou uma cadeira de roda com um cadeirante. Seguindo até a Ponte Velha foi notório os contrastes visuais. De um lado, o imponente prédio da Caixa Econômica Federal, e do outro, um casinha de um morador. Da janela dava para ver que uma televisão

estava ligada, e em frente dela havia um vendedor de bebidas alcoólicas, um morador do Poço da Draga.

Automóveis ficavam estacionados no meio da Rua Almirante Tamandaré e os proprietários vendiam cachorro-quente e bebidas. Nessa mesma rua, a entrada (Fig. 29) que dava acesso às moradias, uma mulher com duas ou três crianças vendia churrasco e dose de cachaça para um morador. Meninos entre 10 a 12 anos brincavam de bola na calçada (Fig. 30). Eles formavam dois times de futebol. Havia até mesmo uma trave imaginária feita com as chinelas deles. Logo no final da calçada, entre a rua e outra calçada, tinha um carro da polícia militar.

Figura 29 - Entrada para as residências pela Rua Almirante Tamandaré



Fonte: Pesquisador (2012)

Figura 30 - Futebol dos meninos do Poço da Draga



Fonte: Pesquisador (2012)

Em frente ao antigo Pavilhão Atlântico, havia uma proteção com madeira de compensado. Em alguns espaços, pichações que hostilizavam a construção do Acquario do governo, mas que apoiava a permanência dos moradores ali. Depois, muita areia de construção até o início da Ponte Velha, na qual um grupo de pessoas estava montando um projetor, um telão. Havia uma mesa com um aparelho de DVD. Algumas mantas estavam estendidas no chão. Um dos organizadores do evento estava amarrando um pedaço de pano qualquer numa vara improvisada. No chão eram perceptíveis os vestígios do passado. Dois trilhos de trem rasgavam a ponte em ruína.

Um as pessoas faziam caminhada (Fig. 31). Estas, com tênis de marca nos pés, iam até o final da ponte, retornavam e prosseguiam seus itinerários. Turistas e visitantes faziam poses para fotografias, tendo com pano de fundo o mar e a linha do horizonte. Um som veio de uma caixinha de um morador, que usava óculos de sol, espelhado, refletindo tudo ao redor. Ele segurava uma garrafa de vinho com uma das mãos. Com o restante do corpo, dançava e se divertia ao som do *funk* e, às vezes, do *reggae*, um música de cantor jamaicano, Bob Marley. Ele fazia um movimento característico desse estilo musical.

Figura 31 - Pessoas fazendo caminhada



Fonte: Pesquisador (2012)

Em um grupo de homens do Poço da Draga, um deles pediu a um pescador, que estava num barco a motor, que fosse pegar um morador que estava em alto mar. Aquele pescador disse que precisava de pelo menos R\$ 15 para comprar gasolina, a fim de completar o tanque. No barco havia dois peixes grandes nos quais o pescador tentou passar uma corda entre as guelras deles, que parecia não saber como fazer. Outro morador gritou de cima da ponte: “o rapaz não sabe mais”. Então, um garoto de calção pulou ao mar e nadou até o barco desse pescador, que reclamava talvez não poder encontrar aquele morador, pois já estava escurecendo.

O sol começou a se pôr. Ele disse que é muito difícil encontrar a pessoa no escuro, já que não tinha GPS. O garoto subiu a ponte por uma escada rústica, feita de corda e de madeira, que estava amarrada numa coluna. Os peixes foram içados por aquelas cordas até o alto da ponte. Depois disso, uma criança ficou a “cutucar” com o dedo indicador um dos peixes. Ela o observava atentamente, e parecia não gostar de ver o peixe ensanguentado. O tutor dela a deixou bem à vontade, depois a chamou e foram para o início da ponte.

Quando o sol estava se pondo, um homem o fotografou logo acima do horizonte. Na sua mão ele tinha uma máquina fotográfica profissional, que era bastante grande. Próximo a uma parede em ruína da ponte, uma família contemplava as ondas do mar e o vento forte, a

criança que olhava a paisagem acompanhada com as duas mulheres, perguntou a uma delas para que servia uma bola laranja, que boiava no mar.

No canto esquerdo da ponte, um morador do Poço da Draga pescou com um anzol improvisado, um pedaço de madeira, enrolado numa linha náilon, como se fosse um novelo de lã. Às vezes, gritava o nome do pescador que estava em alto mar. Em um trecho da ponte havia um cheiro forte de urina, mas também pessoas passavam perfumadas. Havia uma diversidade de gente que transitava e caminhava.

No início dela, lado direito, a mesma criança, que examinou o peixe, brincava com as áreas da praia. O pai (talvez fosse) nem se importava com a brincadeira da criança, conversando com seu amigo. Com um chamado, a criança se dirigiu a ele e saíram. Em outro momento, um rapaz mostrou a paisagem para uma garota na ponte. Ele disse: “Olha, ali é o Pirambú, acolá a catedral, deve ser interessante morar ali”.

Havia uma faixa de areia da Ponte Velha até a Ponte dos Ingleses ou Nova, depois, calçadão da praia no qual muitas pessoas o utilizavam das mais variadas formas, conforme os grupos de usuários, como: *skatistas* (Fig. 32), ciclistas (Fig. 33) e turistas com suas câmeras fotográficas (Fig. 34).

Figura 32 - *Skatista* do Poço da Draga



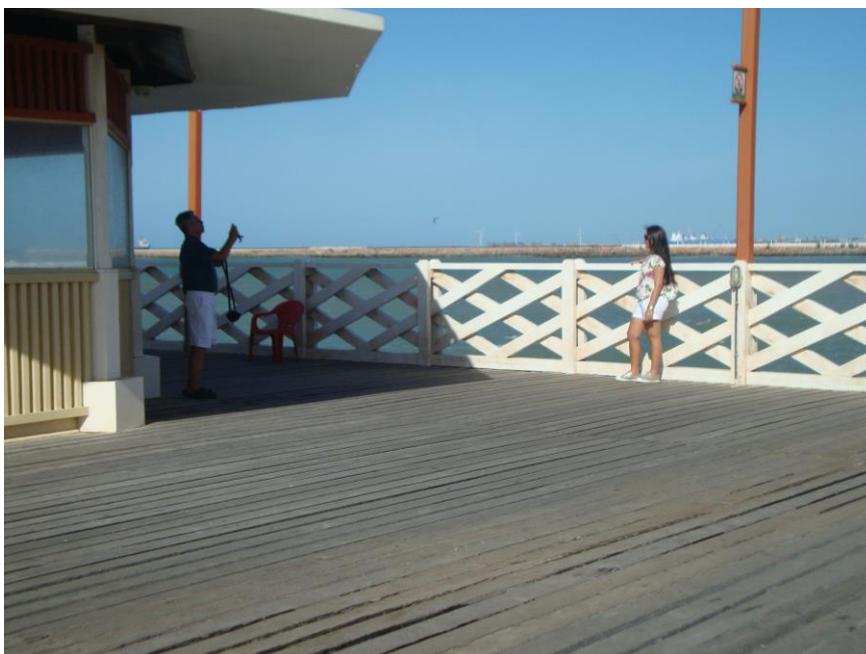
Fonte: Pesquisador (2012)

Figura 33 - Ciclistas do Poço da Draga



Fonte: Pesquisador (2012)

Figura 34 - Turistas na Ponte dos Ingleses



Fonte: Pesquisador (2012)

Aos domingos, alguns moradores costumavam frequentar a praia. Numa barraquinha que fica próxima a Ponte Velha, tinha uns três guarda-sóis grandes (Fig. 35), e lá uma senhora, que vendia cerveja, refrigerantes, baião de dois e outros aperitivos. Às 12 horas, a

temperatura estava bastante elevada, principalmente no mês de dezembro, como é de se esperar num mês de verão.

Figura 35 - Barraquinhas com guarda-sóis



Fonte: Pesquisador (2012)

Nesse dia da semana, moradores tomavam banho, e outros ficavam sentados na areia, ou mesmo, numas pedras e no calçadão. De longe os surfistas pegando ondas, ao lado da Ponte dos Ingleses (Fig. 36). Na realidade, muitos eram surfistas que moravam no Poço da Draga (Fig. 37). Eles começavam a pegar onda às 6 horas e/ou às 17 horas, aproximadamente.

Figura 36 - Surfistas do Poço da Draga pegando onda



Fonte: Pesquisador (2012)

Figura 37 - Jovens surfistas do Poço da Draga



Fonte: Pesquisador (2012)

A praia, para Dona Zenir, era como se fosse a mãe dos moradores, porque todo mundo gostava da praia, mesmo aqueles que não iam a praia tomar banho. Dona Zenir dizia não gostar de toma banho de mar aos domingos, mas que gostava muito da praia. Os filhos e netos delas viam a praia com um lazer. Dentre os netos tinha alguns que chegavam a praticar o *surf*.

Dia de domingo era bem diferente no Poço da Draga, era um dia em que o botequim de Dona Francisca ficava animado com os filhos do casal, que vinha com a família deles visitar os pais. Uns moradores ficavam à sombra de uma árvore, próximo ao muro do prédio da Caixa Econômica Federal, bebendo cervejas. Outros transitavam pelas ruas e travessas do Poço da Draga, inclusive crianças pequenas que corriam livremente, mas com o olhar atento dos pais, que as vigiam de certa distância, e às vezes gritavam para elas tomarem cuidado com os carros.

Muitos moradores também iam para a Feira na Rua José Avelino. Lá eram muitos vendedores ambulantes, muitas bancas com roupas, manequins de lojas, às vezes só membros de manequim com o tronco ou da cintura para baixo. Carregadores (Fig. 38) passavam gritando, dizendo que tem dinheiro no chão, fazendo graça com os sacoleiros para que eles olhassem para o chão. Eles carregavam sacolas cheias, em sua maioria de roupas. Esses sacoleiros (Fig. 39) vêm das mais variadas regiões do Brasil, por exemplo, Pará, Piauí (Teresina), Paraíba dentre outras. Eles dizem que 80% das mercadorias dos camelôs em Teresina têm sido compradas nessa feira.

Figura 38 - Carregadores da Feira na Rua José Avelino



Fonte: Pesquisador (2012)

Figura 39 - Sacoleira encaixotando manequins para viagem



Fonte: Pesquisador (2012)

Alguns moradores compravam suas roupas nessa feira, porque era mais em conta. Por exemplo, no dia 08 de dezembro, a filha de Dona Francisca e o esposo haviam comprado dois shorts e uma mochila para tio, doente após um AVC. O irmão de Dona Francisca estava muito contente com os presentes. Além dessa compra, a filha de Dona Francisca comprou duas blusas infantis para sua filha recém-nascida, que havia ficado aos cuidados da avó.

A criança passou a tarde inteira dormindo, às vezes Dona Francisca saía do balcão do botequim e ia balançá-la, que logo voltava a dormir. Esse fato surpreendeu a mãe da criança, pois já achava que ela já tivesse acordado com a demora das compras.

Todos esses gestos, para Certeau (2011), são verdadeiros arquivos da cidade, se entendermos por “arquivos” o passado selecionado e reempregado em função de usos presentes; eles refazem diariamente a paisagem urbana do bairro. Assim, esculpem nele mil passados que talvez já não são inomináveis e que menos ainda estruturam a experiência da cidade. Eles são as artes de fazer usos polissêmicos dos lugares e das coisas. Para Certeau, eles deveriam ser mantidos pela “restauração”.

Então, a partir do que tem sido descrito e analisado aqui, a indicação sobre como se daria a “construção sócio-espacial da diferença” dos moradores do Poço da Draga no bairro Centro, no contorno com a Praia de Iracema, poderia encontrar uma primeira resposta possível. Seria a partir dos usos e contrausos do espaço, os quais se constituem em contranarrativas em relação às concepções oficiais de patrimônio e asseguram o caráter eminentemente político do espaço público (LEITE, 2004).

Essa imagem dos moradores pobres do Poço da Draga e os seus usos e contrausos do espaço e adjacências têm imprimido ruídos visuais à paisagem enobrecida, que muitas vezes impõem formas de negociações, acompanhadas pelas demandas de pertencimentos e reivindicações relativas a sua diferença sócio-espacial, que tem sido uma forma dos lugares sociais desses moradores no espaço público e a sua consequente repolitização (LEITE, 2004).

Nessa perspectiva, não somente a questão econômica tem estado em jogo aqui, mas também a luta no campo da memória, ou seja, a construção do simbolismo desse bairro tem sido sustentada pelas memórias de grupos de uma elite econômica, social e política, entendida como a tradição do bairro, em detrimento das memórias de outros grupos, especificamente os moradores do Poço da Draga, que foram apagados ou obscurecidos (SCHRAMM, 2001 apud OLIVEIRA, 2006). A área compreendida entre a Rua dos Tabajaras e adjacências, entre a Ponte dos Ingleses e a Igreja São Pedro, tem sido alvo da maior intervenção urbanística dos últimos anos; ao mesmo tempo, vendida (no sentido do patrimônio como mercadoria cultural) e conhecida como o que de melhor representa a memória do bairro e da cidade. Logo,

enquanto certos espaços têm sido consagrados como lugares de memórias (AUGÉ, 2001), os moradores do Poço da Draga ainda aguardam o reconhecimento de serem legítimos moradores desse bairro.

### 3.4 NARRATIVAS DE LUGARES E ESPAÇOS NO POÇO DA DRAGA

Em termos patrimoniais, para o historiador Oriá (2000), a política de preservação urbana tem objetivado passar aos habitantes da cidade a ideia de uma memória unívoca e de um passado homogêneo e uma história sem conflito e contradições sociais. A concepção predominante tem sido de forjar uma identidade nacional para o país, excluindo as diferenças à pluralidade étnico-culturais. No caso específico de Fortaleza, para ele, vários exemplos têm dado sustentação à ideia. Entre os bens culturais tombados pelo poder oficial, temos: o Passeio Público, o Theatro José de Alencar, o prédio da antiga Assembleia Provincial e a Praça General Tibúrcio, entre outros. Todos eles ligados à memória do poder ou dos setores dominantes da sociedade.

Para Oriá, até aquele momento a preservação não deveria se pautar somente pelo fato de um bem ter valor estético, arquitetônico e/ou histórico. Os órgãos oficiais deveriam preservar um bem cultural se esse bem tivesse significação para a comunidade em que estava inserido e se essa preservação possibilitasse a melhoria da qualidade de vida de seus moradores e contribuísse para a construção de sua identidade cultural e exercício da cidadania. A preservação do patrimônio histórico da cidade de Fortaleza deveria ter como modelo o binômio indissociável: identidade cultural e qualidade de vida. Para ele, a identidade cultural da cidade se faz com memória individual e coletiva. Somente a partir do momento em que a sociedade resolvesse preservar, conhecer e divulgar os seus bens culturais era que se iniciaria o processo de construção de seu *ethos* cultural e de sua cidadania.

E por que a memória era tão importante na construção da identidade e da cidadania? Ele se perguntava. A resposta tem sido, para ele, porque a memória dos habitantes faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória, para Oriá, tem sido imprescindível na medida em que ela tem esclarecido sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que os acompanha. Sem isso, para ele, a população não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, a origem do processo que a caracterizou. Resumidamente, para Oriá, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois, para ele, o elo afetivo que propicia a relação “habitante-cidade”,

impossibilitando ao seu morador se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história.

Destruídos os lugares de memória da cidade resta, ainda para Oriá (2000), apenas o que o poder econômico dos setores dominantes construiu e resolveu manter como símbolo de uma memória elitista e excludente, a memória do poder e a memória oficial contrapõe-se a ideia de uma memória cidadã, plural e possibilitadora da construção de uma identidade cultural para todos os fortalezenses.

Nesse sentido, a parte mais antiga da porção inicial da Praia de Iracema, onde se implantou o Centro Dragão do Mar, foi recontextualizada. A transferência das operações portuárias para o Mucuripe, nos anos 1940 e 1950, acarretou a perda de seu caráter de área comercial e portuária, ao mesmo tempo em que o avanço do mar das marés a fez perder sua função de balneário da classe média e alta, desenvolvida a partir das primeiras décadas do século XX (ROCHA Jr, 1984 apud GONDIM, 2001a). Para Gondim (2001), mais recentemente, ocorreu a perda de sua feição, ao mesmo tempo bucólica e decadente, devido à construção do Centro Dragão do Mar - espécie de cirurgia urbana que alterou radicalmente o conjunto arquitetônico remanescente, e a invasão dos usos de lazer, acompanhados do barulho, congestionamento e violência. Restou, para Gondim, o Poço da Draga, “comunidade afetiva” excluída dos direitos sociais de cidadania, mas que mantém a sua identidade, afirmando-se como guardiã da memória de um lugar cujos usos tendem a excluí-la ainda mais.

Essa memória dos moradores do Poço da Draga que é tanto individual quanto coletiva, para Feitosa (1998), se sustenta prioritariamente numa dimensão narrativa. Para ele, tem sido através da narrativa que os eventos, fatos e dados históricos vão sendo contados. Feitosa critica as intervenções feitas na Praia de Iracema. Ele afirma que em busca de “resgatar” a memória da Praia de Iracema, os projetos de reurbanização envolvem a completa ocupação da área onde se situa a “favela”. Para ele, mais uma vez em nome da memória destroem-se memórias. A ideia tem sido aprisionar a memória em materiais já portadores dessa função, como pedras, a arquitetura de um modo geral, o mármore, as praças, as ruas, passarelas, vitrines e os santuários dos deuses, como os teatros, bibliotecas e museus (FEITOSA, 1998).

Além disso, nessa relação de poder, para Feitosa, entre a memória das instituições oficiais e a memória popular, no que concerne à ocupação do espaço, em nome do poder, ainda que arbitrário e adquirido pelo aprisionamento e pela guarda da memória coletiva, as castas superiores decidem a que memórias se deve um esforço de investimento.

Esse quase isolamento do Poço da Draga serviu também para que o passado deixasse muitos traços, visíveis algumas vezes, e que é possível perceber na expressão dos rostos dos moradores, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, sem nos apercebermos disso, geralmente. Mas, basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que afloram em mais de um lugar (HALBWACHS, 1990).

A respeito disso, passo a relatar a situação vivenciada por mim quando estive fazendo a pesquisa de campo. Ao chegar à frente do botequim de Seu Valdemiro, uma vizinha dele, Dona Ivone, perguntou por Dona Francisca. Ele respondeu que ela tinha ido para o Dragão do Mar. Neste dia estava sendo comemorado o Dia do Idoso. Muitos velhos do Poço da Draga e de outras áreas próximas estavam lá, como os da Moura Brasil e da favela Graviola. Dona Zenir disse que sempre que os moradores do Poço da Draga faziam festinhas os mandavam convidar.

Nesse dia, alguns velhos do Poço da Draga passavam andando pela Rua Gérson Gradvol; na sua maioria mulheres, formando grupos variados. Todos traziam sacos plásticos de compras, branco translúcido. Esses sacos eram enfeitados com duas fitas: um vermelha e outra amarela. Dentro deles, uma série de produtos alimentícios, uma cesta básica.

Seu Loro caminhava em direção à casa dele com um grupo de velhos. Seu nome verdadeiro era José Ribamar dos Santos, 77 anos, residente na Rua Viaduto Moreira da Rocha. Ele me concedeu duas entrevistas semiestruturadas sobre sua história de vida. A primeira no dia 21 de agosto de 2012 e a outra no dia 19 de outubro de 2012. Ele nasceu e se criou no Poço da Draga. Estudou no Sindicato dos Estivadores, na Praça Franco Rabelo. Serviu o Exército Brasileiro aos 18 anos. Depois se tornou portuário até se aposentar. Casou-se e constituiu família com 11 filhos, todos já adultos. E no momento estava ajudado a netos e a bisnetos.

Além dele, Maria Zenir Gois da Silva, Dona Zenir, 70 anos. Entrevistei-a uma vez, no dia 25 de outubro de 2012. Chegou ao Poço da Draga aos 18 anos. Morou na Praia Formosa, atualmente a Indústria Naval. A mãe dela teve um barco com o nome de Mercantil, que era moda na época por causa do surgimento dos mercantis. Ela era de uma família de pescadores. Casou-se e constituiu uma família com 10 filhos dos quais todos estudaram no Colégio Elvira Pinho.

E Dona Geraldina, conhecida como Dona Geralda, com quem fiz duas entrevistas - uma no dia 19 de outubro de 2012 e a outra, 18 de dezembro de 2012. Ela nasceu em Juazeiro

do Norte-CE, chegou ao Poço da Draga com 10 anos de idade. Casou-se com um embarcadiço e teve seis filhos com ele. Hoje Dona Geralda encontra-se na condição de viúva.

A análise dessas experiências possibilitou compreender os caminhos para a construção tanto de uma memória coletiva, como de um sentido de identidade guiada pela busca da cidadania (GONDIM, 2001a). Além do mais, a memória, neste caso, assume a conotação positiva de algo que serve para apoiar as lutas presentes, e não, somente, para lamentar o que foi perdido. Podemos constatar por meio das entrevistas gravadas desses moradores a construção das suas memórias individuais, manifestadas pela história de vida de cada um deles, concomitantemente à memória coletiva, fruto das representações sociais, lembranças e símbolos do passado (FEITOSA, 1998).

Os relatos desses moradores têm como características as cadeias de operações feitas sobre e com o léxico das coisas. No sentido linguístico do termo, eles manipulam e deslocam objetos, modificam-lhes as repartições e os empregos. São, para Certeau (2011), bricolagem, de acordo com o modelo reconhecido ao mito por Lévi-Strauss. Investem colagens casando citações de passados com extratos de presentes para fazer deles séries (processos gestuais, itinerários narrativos) onde os contrários simbolizam. Além disso, é importante aqui deixar claro que sem os relatos, os bairros novos permanecem desertos. Pelas histórias de lugares, os bairros se tornam habitáveis. Isso porque, para Certeau (2011), habitar é narrativizar. Por isso, fomentar essa narratividade dos moradores antigos do Poço da Draga é também uma tarefa de restauração, a fim de despertar a histórias que dormem nas ruas e no bairro. Quanto a isso, cito:

Pesquisador: E... o quê que a senhora acha de morar aqui? Por que de tanta perseverança de permanecer aqui?

Dona Zenir: A perseverança é que... veja bem. Eu cheguei com 18 anos. Casei aqui. Na época que eu casei a catedral [da Sé] nem funcionava. Eu casei na Igreja do Rosário, um ano depois, foi que meu irmão casou. E já foi na catedral, foi em 1960. Eu casei... cheguei aqui com 18 anos, casei, construí família de 10 filhos. Todos nasceram aqui nessa beira de praia. Já tenho 18 netos. Tudo nasceram nessa beira de praia. E aqui, minhas raízes estão muito profundas. Aí eu gosto de morar aqui. Meus filhos, às vezes, dizem: Ah mãe, vamos sair daqui. Vamos para outro canto. Para onde quer que a gente vá, a gente vai enfrentar droga, vai enfrentar violência, vai enfrentar tudo. E aqui, no Poço da Draga, ainda é um cantinho dos melhores para gente morar, apesar das barras mais pesada que tem por aí. Aqui... Sair do canto que tem droga. Que tem isso, que tem aquilo. Para ir para outro que tem a mesma coisa. Então, fico aqui mesmo. Daqui, na minha opinião, eu só saio para o Bom Jardim, quando Deus me manda buscar (entrevista, 25 out. 2012).

Para Benjamin (1983), narrar histórias é sempre a arte de as continuar contando e esta se perde quando as histórias já não são mais retidas. Perde-se porque já não se tece e fia quando elas são escutadas. Quanto mais esquecido de si mesmo está quem escuta, tanto mais fundo se grava nele a coisa escutada. No momento em que o ritmo do trabalho o capturou, ele escuta as histórias de tal maneira que o dom de narrá-las lhe advém espontaneamente. Assim, para Benjamin, portanto, está construída a rede em que se assenta o dom de narrar. Rede essa que hoje em dia tem sido desfeita em todas as extremidades, depois de ter, para ele, sido atada há milênios no âmbito das mais antigas formas de trabalho artesanal. Conforme o exemplo dado por Seu Loro sobre como era antigamente o Poço da Draga.

Seu Loro: Aqui era uma comunidade pequena, né. Mas era movimento marítimo, porque o cais era aqui. Afastado um pouco. E com a evolução dos tempos foi modificando tudo, o cais que era aqui, mudou para o Mucuripe, 54, 55, acho que foi 54. Ai eu foi trabalhar lá, né. Ficamos aqui. Aqui a comunidade foi aumentando, aumentando. E aqui a gente vivia do trabalho aqui, né, na ponte. Os navios atracavam aqui, descarregavam aqui. Passam uns troles... tinha as linhas dos trilhos... a carga vinha dos troles para os armazéns. E a gente vivia disso. Pouca gente morava aqui, tinha mais eram trabalhadores, eram estivadores, eram portuários, arrumadores que trabalham aqui, mas tudo morava mais ou menos afastado daqui. Então essa comunidade aqui, naquela época, talvez fosse uma quatrocentas, quinhentas pessoas só e tal. Agora tem muito mais. E foi aumentando ai, o pessoal foi evoluindo, fizeram essa rua aqui [Viaduto Moreira da Rocha], eu morava mais lá na frente, na casa do meu pai. Foi fazendo casa aqui, fazendo casa, fazendo casa e tal. E fizeram casa aqui em frente, que dizem que vão tirar. Dizem que vão tirar essas casas daí da frente, vão botar aqui perto, dizem o povo, eu não sei. Em político a gente não acredita muito não (entrevista, 19 out. 2012).

A narrativa, ainda para Benjamin, da maneira como prospera longamente no círculo do trabalho artesanal, agrícola, marítimo e depois urbano, é ela própria algo parecido a uma forma artesanal de comunicação. Não pretende transmitir o puro em si da coisa, como uma informação ou um relatório. Mergulha a coisa na vida de quem relata, como é possível compreender na fala de Seu Loro, a fim de extraí-la outra vez. É assim que adere à narrativa a marca de quem narra, como à tigela de barro a marca das mãos do oleiro. A tendência dos narradores é começarem sua história com uma apresentação das circunstâncias em que eles mesmos tomaram conhecimento daquilo que segue, quando não as dão pura e simplesmente como experiência pessoal.

Mais do que isso, para Santos (2003), a memória é vista como um atributo que permite ao homem a percepção de sua finitude. Temos, portanto, dentre os valores mais caros

associados ao ser humano, a memória. Sua preservação tem sido vinculada à condição humana no que ela tem mais forte e consistente e que pode ser usado na defesa da justiça e liberdade.

Na realidade, a memória dos moradores do Poço da Draga tem mediatizado transformações espaciais. Segundo o modo de momento oportuno, conforme Certeau (2011), ela produz um ruptura instauradora. Sua estranheza torna possível uma transgressão da lei do lugar. Saindo de seus insondáveis e móveis segredos, um “golpe” modifica a ordem local. A finalidade da serie visa, portanto, uma operação que transforme a organização visível. Por exemplo, a demolição do prédio do DNOCS em substituição à construção do Aquário do Ceará. O que isso representa em termos de imaginário e de memória? Cito o relato de Seu Loro:

Pesquisador: O senhor pegou na época que não tinha água aqui?

Seu Loro: Peguei sim. A gente ia pegar água lá no DNOCS. Ali tinha um... Um departamento do DNOCS ali em cima. Ali onde vai ser o Aquário... Um departamento do DNOCS. E gente ia buscar água.

Pesquisador: Que era um chafariz que tinha?

Seu Loro: Era um chafariz que tinha torneira mesmo, comum mesmo. Tinha uma torneira lá no jardim do DNOCS. A gente chegava lá, enchia o balde e trazia. Mas aqui mesmo, não tinha água não. Aqui foi nós que conseguimos (entrevista, 19 out. 2012)

Além disso, o Centro Histórico de Fortaleza tem sido um fragmento fundamental da memória pública. E, por isso, esse espaço tem sido invocado pelos moradores do Poço da Draga como testemunho de sua história. No sentido de ter sido o palco em que um evento simbolicamente importante tem ocorrido como autêntico, ao mesmo tempo, definido e destruído pelo desenvolvimento moderno. Assim, quando se reivindica um espaço histórico, recupera-se uma interpretação específica da história, do ponto de vista dos moradores (ZUKIN, 2000). Por exemplo:

Pesquisador: Esse tempo todo, Dona Geraldina, que a senhora tem aqui, quais são as coisas que você mais se recorda? Você gosta de lembrar?

Dona Geralda: Tempo dos navios, quando os navios atracavam aqui. Nesse tempo era bom. Meu marido também trabalhava a bordo. Então, eu tenho aquela lembrança daqueles tempos bons, que ele trabalhava no navio. E tinha aquelas amizades boas. Aquele pessoal de navio que vinha para minha casa e tudo mais. Depois que ele morreu, se afastou todo mundo. Que acabou. Até os navios que vinham para cá. Até os navios vinham para minha casa, ficaram fazendo outra linha. Não vieram mais pra cá, nem nada. Aí acabou tudo (entrevista, 18 dez. 2012).

Assim sendo, a memória é tocada pelas circunstâncias como o piano que “produz” sons ao toque das mãos. A memória é o sentido dos moradores antigos do Poço da Draga. E, por isso, para Certeau (20011), ela se desenvolve também com a relação nas sociedades tradicionais, como o amor - ao passo que se atrofia quando se dá a autonomização de lugares próprios. Eis, portanto, o relato de Dona Geralda, a moradora mais antiga da comunidade, que detém o “invisível tesouro da memória”:

Pesquisador: A senhora tem saudades desses barcos, que vinham pra cá?

Dona Geralda: Barco, não, eram navios mesmo.

Pesquisador: Esse nome draga é um navio, Dona Geralda?

Dona Geralda: A draga era, assim, como um barco grande que vinha pra fazer conserto aí atrás no estaleiro, que tinha aí atrás. O estaleiro agora tem dono. Agora é o Doutor Gil, um grande milionário daqui. É só pra fazer os consertos dos navios dele ai. Pronto.

Pesquisador: Então esse nome Poço da Draga é por causa desse navio?

Dona Geralda: É.

Pesquisador: Bonito, então, interessante... (entrevista, 18 dez. 2012).

Há mesmo um navio grande, que encalhou próximo a Ponte Velha. Talvez ele seja a draga cujo nome deu origem ao Poço da Draga. Ele é muito visível para quem vem do mar para terra firme. É importante que essa narrativa seja repassada de boca em boca entre as gerações, assim as crianças da comunidade crescerão e acumularão na memória mil fragmentos de saber e de discurso que, mais tarde, determinarão sua maneira de agir, de sofrer e de desejar. Dona Geralda costuma sentar em uma cadeira de bambu, em frente a sua casa, à espera de ouvintes que queiram aprender com a experiência de vida dela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação bibliográfica da pesquisa apontou para os antigos moradores do Centro da cidade de Fortaleza, especificamente para os da Rua 24 de maio e para os moradores do Poço da Draga. A escolha por estes moradores deve-se à exposição excessiva da imagem deles pelas mídias jornalística e televisiva, que têm noticiado as várias tentativas de remoção dos moradores do bairro central, na divisa com o bairro da Praia de Iracema.

Para efeito da problemática dessa dissertação, que foi compreender e descrever os significados da categoria de patrimônio, depois da proposta do Decreto n° 3.551, que tem instituído o registro de bens de natureza imaterial na vasta cultura brasileira, o caso dos moradores do Poço da Draga também foi muito importante porque a situação social vivida por eles tem envolvido questões patrimoniais na delimitação do Centro Histórico, cujo espaço tem sido disputado e controlado pelos mais variados agentes: Ação Novo Centro, Planefor, Funcet, Secult e outros.

Assim, o caso deles serviu para refletir o que vem a ser definido como patrimônio cultural significativo. O estudo em questão foi abordado a partir de uma perspectiva antropológica, tendo como foco as tensões existentes entre as diferentes versões de sentidos do que vem a ser patrimonizável, dos usos e da memória do entorno do patrimônio, enfatizando o ponto de vista desses moradores. Tudo indica que esses moradores têm vivido quase como numa espécie de exílio, podendo ser analisado por no mínimo duas perspectivas: (in)visibilidade geográfica e sociopolítica.

Na relativa invisibilidade geográfica, o fato do Poço da Draga ter ficado encravado ao redor dos prédios da Caixa Econômica e da Alfândega, edificações essas valorizadas pelo seu caráter histórico e arquitetônico, do chamando patrimônio material pela elite local, tem assegurado ainda a permanência das residências dos moradores na localidade. Nesse sentido, aqui cabe uma interpretação histórica do processo de ocupação urbana da área central de Fortaleza, destacando o entorno do Riacho Pajeú como indício para a compreensão dessa relativa invisibilidade do Poço da Draga, e também como um elemento que compõe uma das partes da delimitação do Centro Histórico de Fortaleza. De acordo com a pesquisa bibliográfica, ficou claro que, nos seus diversos momentos históricos, a cidade de Fortaleza, quando ainda era um núcleo original, não incorporou dois importantes elementos do ambiente natural: a orla marítima e as margens desse rio.

As margens dele foram encobertas exatamente pelos prédios já citados. Logo, de outro modo, Fortaleza voltou-se às costas para o mar e para o Riacho Pajeú, que tem servido de depósito de esgoto e cuja situação é de grande perda ambiental. Além do mais, é justamente nesse ponto que ela se transformou em um dos primeiros eixos de urbanização da cidade.

O processo de urbanização da cidade de Fortaleza somente se espalhou em todas as direções pelos meados do século XIX. Com ele também se pretendeu disciplinar o grande crescimento populacional que a cidade começava a concentrar. Para isso foi preciso sujeitá-la à Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios em 1875, elaborada pelo engenheiro Adolfo Herbster. Com esse plano, a capital do semiárido ficou mais aberta e transparente, facilitando a vigilância dela pelas autoridades. No entanto, essa expansão encontrou dois obstáculos: o Riacho Pajeú, ao Leste, e, ao Norte, o Oceano Atlântico.

É interessante notar também que a delimitação da área de expansão é também circunscrição da área de atuação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio arquitetônico e histórico de Fortaleza, como da Funcet; ou seja, o centro de Fortaleza era a cidade antiga, que surge depois do pós-guerra, aproximadamente em 1950, cujos limites têm sido feito pelos três bulevares, representados pelas Avenidas Dom Manuel e Imperador, na direção Oeste- Leste, Avenida Duque de Caxias ao Sul e, ao Norte, pelo Oceano Atlântico.

Diante disso, os moradores do Poço da Draga têm se protegido e se escondido dos ricos, daqueles que têm o poder para ameaçar sua permanência no bairro. Além do mais, é possível dizer que isso tem sido uma forma tática de ir resistindo transitoriamente às ameaças de remoção e da especulação imobiliária, e também porque morar no bairro central permite aos moradores se deslocarem a pé pelo núcleo comercial do Centro, sem a necessidade de pagar ônibus coletivo ou utilizar vale-transportes.

Quanto à invisibilidade sociopolítica, muitos dos antigos moradores, com mais de 70 anos residindo no lugar, têm afirmado que a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o governo do estado nunca promoveram uma ação pública em prol dos moradores, principalmente relacionada aos serviços de saneamento básico e urbanização.

Esses moradores acreditam que passaram a ter mais visibilidade a partir da construção do Instituto Dragão do Mar e das colunas de sustentação do Aquário do Ceará, ambos os empreendimentos feitos com recursos estatais. Para alguns moradores, talvez essas instâncias governamentais promovam o desenvolvimento de empregos e melhorem a qualidade de vida deles.

As duas construções têm sofrido severas críticas. Uma delas tem sido a de que a construção do Centro Dragão do Mar tem deposto contra a memória do lugar e contra o patrimônio histórico. Muitos desses críticos acham que esse conjunto arquitetônico não levou em consideração a tradição dos sobrados e galpões do local, bem como o passado portuário ali encerrado e o antigo uso do local.

Já em relação ao Acquario do Ceará, que pretende ser um equipamento com muitas funções, sendo uma delas a de exibir peixes exóticos que ficarão confinados em aquários, na quantidade de aproximadamente 38, a crítica vem da própria memória dos moradores que no momento têm de comprar peixe no Mucuripe, gastar dinheiro com passagem de ônibus ou mesmo táxi, como no exemplo de Seu Valdemiro. Ou seja, anteriormente havia a Praia do Peixe; nela muitos pescadores do lugar pescavam e vendiam o apurado. Com a privatização da praia pela INACE, os pescadores foram indenizados e expulsos. Uma parte foi para o Conjunto Palmeiras; outra, para o Conjunto Ceará. De outro modo, ao invés de os peixes serem somente exibidos para o olhar dos visitantes, como pretende fazer o Acquario, antes os peixes serviam como sustento de muitas famílias do Poço da Draga.

Não somente quanto ao Acquario, mas outro equipamento que está sendo reformado para o consumo dos turistas e visitantes e que tem sido também criticado é o Café Atlântico, antigo Pavilhão. Ele já teve vários usos, um deles foi o de ser escolinha para as crianças dos moradores, coordenada pelas Irmãs Josefinas. Depois, ele ficou sendo utilizado como prédio da Associação dos Moradores do Poço da Draga (AMPODRA), mas foi desocupado. Agora, os moradores não têm mais nenhum local onde possam se reunir para tratar dos interesses comuns.

Com tudo isso, em uma tentativa de concatenar os três capítulos construídos, o caso dos moradores do Poço da Draga parece ser um exemplo paradigmático de disputas simbólicas que acontecem em função de concepção e de usos do espaço relacionadas às questões patrimoniais. Nesse sentido, esta dissertação privilegia a noção de uso. Nessa pesquisa, patrimônio aqui tem sido usado como categoria de pensamento. Isso porque o patrimônio, assim, não é um objeto que a cidade de Fortaleza tem criado, mas sim fruto das mais variadas práticas dos habitantes que as manipulam. Ou seja, as práticas dos moradores do Poço da Draga criam uma multiplicidade de combinações possíveis entre lugares antigos e situações novas no próprio bairro central e adjacências.

Todos os gestos desses moradores refazem a paisagem do bairro, como foi possível demonstrar no terceiro capítulo. Eles esculpem o passado, talvez não sendo possível dar nomes e, menos ainda, estruturar a experiência da cidade.

Com isso, os moradores do Poço da Draga construíram sua diferença por meio de uma espécie de exílio sócio-espacial, que tem disseminado os mais variados usos e contrausos do espaço no bairro central, fronteira com o bairro da Praia de Iracema (imprimindo ruídos visuais à paisagem enobrecida), os quais também se expressam como contranarrativas em relação às concepções oficiais de patrimônio (ver capítulo I) e têm assegurado o caráter eminentemente político do espaço público.

Essa repolitização do espaço por parte dos moradores não acontece somente em termos de prática, mas também no campo da memória, tendo como suporte a dimensão narrativa, pois através dela os acontecimentos diários e marcos das histórias dos moradores têm sido contados. Com a pesquisa de campo, é possível perceber que os projetos de reurbanização, que buscam preservar a memória do bairro, acabam por envolver uma completa ocupação da área. Diferente da dimensão narrativa, eles procuram aprisionar a memória da elite local em materiais como pedras, arquitetura em geral, monumentos e outros.

A memória dos moradores, assim, tem um sentido de identidade para eles. Ao mesmo tempo, tem sido através dela que eles têm buscado a cidadania, pois a memória tem sido utilizada como instrumento para apoiar as lutas do presente. Também tem sido por meio dela que o bairro central e adjacências têm sido habitados, no sentido de que habitar é narrativizar. Logo, incentivar as narrativas desses moradores das mais variadas gerações é um trabalho de restauração para que possamos conhecer os contos que estão adormecidos nas ruas desse bairro.

Tudo isso indica que os moradores atribuem valores completamente diferentes às concepções dos órgãos estatais de preservação (Funcet e IPHAN), porque eles consideram que há necessidades mais importantes a serem atendidas pelo poder público na área de infraestrutura e saneamento básico. Além disso, as edificações ao redor deveriam ter uso para os moradores do bairro. De outro modo, os bens a serem preservados devem possibilitar a qualidade de vida deles.

Podemos dizer agora que, com o Decreto 3.551, a definição de patrimônio cultural foi ampliada e que o IPHAN recuperou uma de suas linha de pensamento, que visa à valorização da cultura popular, quando foi criado pelo anteprojeto de Mário de Andrade. Ao mesmo tempo, com tal intenção parece haver um equívoco quanto ao registro de bens de natureza imaterial, porque um dos argumentos contra tal prática tem sido de que será possível preservar efêmeras manifestações culturais que se caracterizam pela mobilidade e pela transformação. Ou seja, os bens culturais fazem parte dos códigos que instituem os homens como seres semióticos e que são parte de nossa estética-em-uso.

Talvez a saída, longe de responder qual a melhor opção em termos de políticas públicas de patrimônio, seja tomar a noção de patrimônio como processos e práticas culturais (como foi feito até o momento). Nessa perspectiva, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem a tradição pela oralidade; elas são mais importantes do que as coisas que as corporificam.

Tratando-se dessas diferentes versões do patrimônio, as casas dos moradores do Poço da Draga têm gerado uma tensão, que tem atrapalhado a expansão dos poderosos. Elas têm contestado a expansão física e econômica destes, como também das instituições estatais, que querem remover os moradores em razão do lucro e dos investimentos no setor de serviços e de turismo.

## REFERÊNCIAS

ACOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

ADERALDO, Mozart Soriano. **A Praça.** Fortaleza: Gráfica Editora R. Esteves Tipoprogresso LTDA, 1989.

AGUDO TORRICO, J.; FERNANDEZ DE PAZ, E. Introducción. En: **Patrimonio Cultural y Museología.** Santiago de Compostela: FAAEE, 1999.

AGUIAR, Leila Bianchi. **Turismo e Preservação nos Sítios Urbanos Brasileiros: o caso de Ouro Preto.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social/UFF, 2006.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho.** Rio de Janeiro: MEC –SPHAN, Pró-memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o Sphan.** Rio de Janeiro: MinC/Sphan/FNpM, 1987.

ARANTES, A. “**Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional**”, *Novos Estudos Cebrap*, nº 49, 1997.

ARANTES, A. A. As tramas da memória: antigas estruturas e processos culturais contemporâneos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 49, 1997.

ARANTES, A. A. **Revista Tempo Brasileiro.** Rio de Janeiro, n. 147, p. 129-139, out. dez. 2001.

ARANTES, A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público.** Campinas: Editora da Unicamp, 2000a.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** 2ªEd. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

AUGÉ, Marc. **O Sentido dos Outros: Atualidade da Antropologia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BARBALHO, Alexandre. **Relação entre Estado e Cultura no Brasil.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

BARREIRA, Irllys Alencar F. Preservar a Cidade: o Centro como Patrimônio. In: AGUIAR, Odílio et al. (Org). **Olhares Contemporâneos: cenas do Mundo em Discussão na Universidade.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001a, p. 29-39.

BARREIRA, Irllys Alencar F. **Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro.** *Anál. Social* [online]. 2007, n.182, p. 163-180.

BELTRÃO, Jane Felipe; CAROSO, Carlos. Patrimônio, linguagem e memória social: problemas, estudos e visões no campo da Antropologia. In: LIMA FILHO, Manuel F et al (Org.). Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-56.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. In: textos escolhidos. 2º Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

BOYER, M. (1988): “**The return of aesthetics to city planning**”. Society, nº 25 (4), p.49-56.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997.

CASTRO, Sônia Rabelo de. **O estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CEARÁ – Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA. Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará – Estágio atual dos estudos e projetos. 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: vol. 1**. 11º Ed. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: vol. 2**. Morar, cosinhar. 10º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CLIFFORD, James. **The predicament of culture: twentieth-century ethnography, literature and art**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Metamorfoses conceituais do Museu de Magia Negra: primeiro patrimônio etnográfico no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel F et al (Org.). Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 287-318.

FALCÃO, Joaquim. **Patrimônio Imaterial: Um Sistema Sustentável de Proteção**. In: Revista Tempo Brasileiro, out.-dez. – nº 147 – 2007 – Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Ed. Trimestral.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O Poço e a Draga: a favela e a biblioteca**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e desporto, 1998.

FIRMINO, R. F. **A Praça do Ferreira, Além do Esconderijo: Patrimônio de Pedra e (E)ventos. Uma Análise Social das Práticas do Cotidiano**. 2004. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2º Ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13.Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 39.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GASPAR, L. M. **Integração econômica e social de uma favela: estudo sobre o “Poço da Draga”**. Fortaleza, [s.n.], 1970.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. 2.Ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1979.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007. 256 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel F et al (Org.). Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 239-248.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina.; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GONDIM, Linda M. P. A Construção Social da Memória na Moderna Fortaleza. In: AGUIAR, Odílio et al. (Org). **Olhares Contemporâneos: cenas do Mundo em Discussão na Universidade**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001a, p. 174-189.

GONDIM, Linda M. P. **A Favela depois do Estatuto da Cidade – Novos e Velhos Dilemas à Luz do Caso do Poço da Draga (Fortaleza-Ce)**. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.10, n.2, 2008**. p. 97-144.

GONDIM, Linda M. P. O dragão da cultura contra a cidade partida: o Centro Cultural Dragão do Mar e a problemática do espaço público em Fortaleza. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional da Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e regional (ANPUR)**, 9, 2001. Rio de Janeiro. Anais... vol. 2, p.922-935, jun. 2001, CD-Rom.

GONDIM, Linda M. P. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

GUEDES, Tarcila. **O Lado Doutor e o Gavião de Penacho. Movimento Modernista e Patrimônio no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**. São Paulo: Annablume, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, editora revista dos Tribunais, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HEYE, Ana Margarete. A questão da moradia numa favela do Rio de Janeiro ou como ter Anthropological Blues sem sair da casa. In: VELHO, Gilberto (coord.). **O desafio da cidade: nova perspectiva da antropologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. **Destination culture: tourism, museums, and heritage**. Berkeley: University of California Press, 1998.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, Aracaju: Editora da UFS, 2004.

LIMA FILHO, Manuel F.; ABREU, Regina. Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, Manuel F et al (Org.). Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 21-43.

MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais: instrumentos para um desenvolvimento harmonioso**. Revista do patrimônio Histórico e artístico Nacional. Rio de Janeiro, n.20, 1984. MEC-SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **A proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980.

MENEZES, E. D. B. de. Patrimônio Cultural Imaterial “Bem Cultural de Natureza Imaterial: Que é isso?”. In: **Revista de Ciências Sociais**. Produção Cultural e Comunicação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (UFC), v.31, n.1, 2000. p.78-82.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 5.Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

OLIVEIRA, H. M. A. **O Poço da Draga “premiado”**: O projeto de realocação e a construção do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará. 2003. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

OLIVEIRA, H. M. A.. **O Poço da Draga e a Praia de Iracema: convivência, conflitos e sociabilidades**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: os lugares de memória. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 237-256.

ORLANDI, Eni Puccnelli. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. A *Belle Époque* em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUSA, Simone (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 162-191.

ROCHA Jr., A. M. **O mar e a expansão de Fortaleza.** Monografia de especialização em arquitetura. Fortaleza: UFC, 1984.

ROCHA, A.L.C. da; ECKERT, C. **O tempo e a cidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ROTMAN, Mónica Beatriz.; CASTELLS, Alicia Norma González de. Patrimônio e Cultura: Processos de Politização, Mercantilização e Construção de Identidades. In: LIMA FILHO, Manuel F et al (Org.). Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e Desafios contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 57-79.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina.; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio** – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.46-55.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. **Território Livre da Iracema: só o nome ficou?** Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema. Fortaleza: Departamento de Ciências Sociais. UFC. Dissertação de Mestrado, 2001.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. **Paisagens do Consumo: Fortaleza no Tempo da Segunda Grande Guerra.** Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: In: LIMA FILHO, Manuel F et al (Org.). Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e Desafios contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 81-97.

SMITH, Anthony. **The new urban frontier: gentrification and revanchista city.** Londres, Nova Iorque: Routledge, 1996.

SOUSA, V. B. **A cidade e a favela: o Poço da Draga e a requalificação urbana em Fortaleza.** 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

SOUZA, V. B. **Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: política cultural no discurso de modernização de governo das mudanças.** Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Dissertação de Mestrado, 2000.

VELOSO, Mariza Motta Santo; MADEIRA, M. A. G. B. **Leituras Brasileiras: Itinerários No Pensamento Social e Na Literatura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000. p. 104-115.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000. p. 80-103.

ZUKIN, Sharon. **The cultures of cities**. Cambridge: Blackwell, 1995.

### **Documentos, Periódicos e Leis.**

**A Praça que Ninguém Esquece**. Diário do Nordeste. Fortaleza, p.5, 13 abr. 2002. Caderno 3. Ação Novo Centro. Projeto de Requalificação do Centro. Área Piloto: Entorno da Praça do Ferreira/ Praça dos Leões. 199?

**Acquario Ceará**. O Estado. Fortaleza-CE. Brasil. p.11, 07 dez. 2012. Economia.

**Área residencial do Poço da Draga está desaparecendo**. Diário do Nordeste. Fortaleza, p.12, 8 mai. 2001. Cidade.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1989. (p.141-142).

**Carta de intenção para o coração da cidade**. O Povo. Fortaleza, p.5, 19 ago. 2001. Vida e arte.

**De volta ao Centro?** O Povo. Fortaleza, p. 4, 19 ago. 2001. Vida e Arte.

**Divergência quanto à localização**. O Povo. Fortaleza, p.4, 04 abr. 2002. Turismo.

**Faça um x onde seu coração bater mais forte**. Diário do Nordeste. Fortaleza, p.1, 23 ago. 2001. Negócios.

FONTES, Rebecca **Acquario**. O Povo. Fortaleza-CE, p. 36-37, 07 dez. 2012. Economia.

**Governo vai desapropriar o Poço da Draga**. Diário do Nordeste, Fortaleza, p.10, 28 ago. 2001. Cidade.

**Habitação: Quem se atreve?** O POVO. Fortaleza, p.10, 19 ago. 2001. Vida e Arte.

**IAB e CREA desconhecem licitação para projeto do Centro de Eventos e Feiras**. Diário do Nordeste. Fortaleza, p.8, 29 ago. 2001. Cidade.

LEITE, Sílvia. **Como reinventar Fortaleza**. O Povo. Fortaleza, p.3, 17 fev. 2002. Ação Novo Centro.

**Lixo e Poluição estão matando o Riacho Pajeú**. Diários do Nordeste, p.11, 12 de mai 2002. Cidade.

**Moradores querem incluir Barra do Ceará na eleição para ícone da cidade.** Diário do Nordeste. Fortaleza, p.15, 12 ago. 2001. Cidade.

NEVES, Frederico de Castro. **Por um Patrimônio Popular.** E-mail to Raniery Fontelene Firmino (ranyfirmino@bol.com.br). p.01, 08. set. 2001.

**O comércio em perspectiva.** Diário do Nordeste. Fortaleza, p.5, 16 jul. 2001. Especial.

**O que dizem IPHAN e o IAB.** O Povo. Fortaleza, p.6, 19 ago. 2001. Vida e Arte.

**Os olheiros extra-oficiais.** O Povo. Fortaleza, p.6, 19 ago. 2001. Vida e Arte.

**Praça do Ferreira escolhida como símbolo de Fortaleza.** Diário do Nordeste, p.9, 13 set. 2001. Cidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR. Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza. Fortaleza, 2009.

**Questionado local para Centro de Feiras.** O Povo. Fortaleza, p.8, 26 mar. 2002. Fortaleza, Relatório de Atividade do IPHAN do ano de 1998.

**Um inventário para o Centro.** O Povo, Fortaleza, p.6-7, 24 de fevereiro de 2002. Patrimônio.

**Um novo centro para Fortaleza.** O Povo. Fortaleza, p.4, 29 mai. 2002. Fortaleza.

**Um símbolo para Fortaleza.** Diário do Nordeste. Fortaleza, p.1. 22 jun. 2001. Turismo.

UNESCO. **Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial.** 2003.

UNESCO. **Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural.** 1972.

UNESCO. Recomendación de la UNESCO sobre la salvaguardia de la cultura tradicional y popular. **Actas de la Conferencia general** (volumen 1)- Resoluciones. 25ª. Reunión, París, 17 de octubre-16 de noviembre de 1989. Organización de las Naciones Unidas para la educación, la Ciencia y la Cultura.